

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

JOSÉ ORLANDO CARNEIRO CAMPELLO RABELO

**TEIAS E TRAMAS: PERFORMANCES, MELANCOLIA E VIOLÊNCIAS EM
RELACIONAMENTOS CONJUGAIS ENTRE LÉSBICAS**

Área de Concentração: Família, Gênero e Interação Social

RECIFE, 2015

JOSÉ ORLANDO CARNEIRO CAMPELLO RABELO

**TEIAS E TRAMAS: PERFORMANCES, MELANCOLIA E VIOLÊNCIAS EM
RELACIONAMENTOS CONJUGAIS ENTRE LÉSBICAS**

Trabalho de tese apresentado ao programa de Pós-graduação, Doutorado em Psicologia, da Universidade Católica de Pernambuco pelo doutorando José Orlando Carneiro Campello Rabelo sob orientação da Prof^a Dr^a **Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas**.

RECIFE, 2015

JOSÉ ORLANDO CARNEIRO CAMPELLO RABELO

**TEIAS E TRAMAS: PERFORMANCES, MELANCOLIA E VIOLÊNCIAS EM
RELACIONAMENTOS CONJUGAIS ENTRE LÉSBICAS**

Comissão Examinadora:

Profª Drª Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
1ª Examinadora / Presidente

Profª Drª Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto
1ª Examinadora / Interna

Profª Drª Maria Consuêlo Passos
2ª Examinadora / Interna

Profª Drª Karla Galvão Adrião
1ª Examinadora / Externa

Profª Drª Ana Maria de Barros
2ª Examinadora / Externa

À minha mãe
Pelo ser humano iluminado
Exemplo de amizade, fidelidade e compreensão
Dedico

À todas as pessoas que padecem das dores e marcas das violências de gênero
Ofereço

AGRADECIMENTOS

Ao adorado companheiro: meu Deus.

À todas pessoas e instituições que colaboraram, direta ou indiretamente, com apoio infinito para a construção deste trabalho:

À minha orientadora, Cristina Amazonas, pelo cuidado e delicadeza. Nessa relação tão singular da (re) escrita, agradeço-lhe imensamente a leitura inteligente e cuidadosa, me mostrando cada pedra em meu caminho sem jamais desistir.

Às professoras e professores do curso de Doutorado, suas aulas foram fundamentais para minha formação, e contribuíram fortemente a realização e inspiração desta tese.

Aos companheirxs de turma pela amizade e contenção assim como por nossas conversas nos intervalos que deixaram saudades. Em especial a companheira de angustias e desafios Virginia (minha irmã de doutorado).

Aos membrxs da banca examinadora, por terem me honrado em aceitar participar do processo de avaliação desta tese.

À Nélia Queiroz e o pessoal da Secretaria administrativa do doutorado, pela dedicação atenciosa.

À Faculdade ASCES, minha segunda casa nos últimos cinco anos, onde posso desenvolver meus estudos com respeito à liberdade temática na pesquisa acadêmica. Em especial a Marileide Rosa, por toda gentileza e companheirismo em diferentes momentos em que enfrentei desafios institucionais e pessoais.

À Eloah Risk pelo aprendizado constante e infindável.

À querida Wanda Medeiros sempre presente nas minhas horas de desvario e desabafo, fiel companheira nas incursões na Penitenciária, pareia no 'mundo do crime'.

À Perpétua Dantas pela amizade e generosidade em me receber no Escritório de Práticas Jurídicas e, sobretudo em seu convívio.

À Manuela Donato pela gentileza e apoio sempre presentes.

À minha mãe que continua apoiando minhas escolhas com confiança e dedicação.

Aos meus filhos Rodrigo e Laura, por compreenderem minhas ausências e terem sempre o acolhimento de um sorriso e um abraço carinhoso. Que este desafio lhes sirva de inspiração.

Meu profundo agradecimento a minha esposa, e acima de tudo companheira, Jeyce.

Sem ela teria sido difícil conseguir a liberdade e a autoconfiança que hoje corre pelas minhas veias. Muito obrigado, sem você esta caminhada seria impossível.

À Júnior e Cleide pelo oásis nos finais de semanas desérticas. A vovô e vovó (Clóvis e Jôse) pelo carinho e pela reexperiência de ser neto.

Aos amigos que fizeram parte desses momentos sempre me ajudando e incentivando. Em especial ao querido compadre-irmão Kildare, por se manter ao meu lado, mesmo com quilômetros de distância que nos separam.

A Pedro e Ligilvânea, nada mais e nada menos do que minha família em Caruaru.

*“Fomos socializad*s para respeitar mais ao medo que às nossas próprias necessidades de linguagem e definição, e enquanto a gente espera em silêncio por aquele luxo final do destemor, o peso do silêncio vai terminar nos engasgando”*

Audre Lorde

RESUMO

O presente estudo objetiva problematizar situações de violência em relacionamentos conjugais entre lésbicas numa perspectiva de gênero. O mito da mulher dócil e submissa em muito contribui para o aumento da vulnerabilidade e invisibilidade destes casais. Assim, resolvemos escutar os discursos de mulheres lésbicas envolvidas em relações de violência conjugal com suas companheiras, a partir dos seguintes passos orientadores: analisamos possíveis inter-relações entre as concepções das participantes acerca dos gêneros e suas performances em situações de violência e problematizando possíveis relações entre regulações da categoria gênero e suas vivências. Foi utilizada a entrevista em profundidade tendo como estímulo um álbum contendo imagens, livres e resgatadas da internet, que representam cenas de um relacionamento íntimo entre duas mulheres. A produção de dados foi realizada na Colônia Penal Feminina do Recife. Nossas quatro participantes afirmaram ser lésbicas, possuírem antes da detenção uma relação estável com outra mulher e terem se envolvido em situações de violência conjugal com suas companheiras, que geraram denúncias (violência física). Em suas falas o argumento binário das diferenças entre comportamentos atribuídos a homens e mulheres serve como base para uma série de explicações causais; no entre espaço estão seus desejos, vivências e fantasias. A posição lésbica é para elas uma composição de diferentes elementos daquilo que se associa a homens e mulheres, um híbrido, que demanda uma cartografia específica para sua compreensão. As expressões de dominação incorporadas por estas mulheres em suas relações, sejam estas manifestações públicas ou íntimas, aparecem como uma reinterpretção de antigxs personagens de uma mesma história. Compreender os jogos de poder e posicionamentos experienciados nos parece fundamental para ampliar o debate sobre como estas estratégias e mecanismos podem operar em qualquer relação. Nesta perspectiva a leitura das “identidades” forjadas pelas posições de gênero, enquanto dispositivo de poder, se apresenta com grande potencial analítico de um sem número de situações de violência e nos afasta de uma perspectiva essencialista sobre a subjetividade e o sexo e efeitos de dominação em diferentes níveis relacionais, sejam micro ou macrossociais.

Palavras-chave: violência; gênero; pós-estruturalismo

ABSTRACT

This study aims to discuss situations of violence in conjugal relationships among lesbians from a gender perspective. The myth of docile and submissive woman contribute very much to the increasing of vulnerability and invisibility of these couples. Thus, we decided to listen to lesbian woman involved in situations of conjugal violence with their partners oriented by the following steps: we analyzed possible interrelations between the participants conceptions on gender and their performances in situations of violence and questioning possible interrelations between regulations of the category of gender and their experiences. This was used the depth interview, using as stimulus an album of images freely picked from internet, which represent scenes of intimate relationship between two women. The production of data was conducted at the female prison Recife. The four participants affirmed themselves as lesbian, having stable relationship with women prior to the detention and being involved in situations of conjugal violence with their partners that led to denunciation (physical violence). In their speeches the binary argument of the differences attributed to men and woman serves as the base for plenty of causal explanations. In the inter space, there are their desires, experiences and fantasies. The lesbian position is, for them, a composition of different elements of what is associated to men and women, a hybrid, that demands a specific cartography for its understanding. The expressions of domination incorporated by these women in their relations, whether in public or intimate manifestations seem to be a reinterpretation of old characters of the same story. It is crucial to understanding the games of power and positions experienced in order to win the debate on how these strategies and mechanisms can operate in any relation. In this sense, the "identities" created by gender positions as power devices, seems to have a great analytical potential regarding many situations of violence and keep us far from an essentialist perspective on subjectivity. The sex and the effects of domination in different relational levels, are micro or macro-socials.

Keywords: violence, gender, post- structuralism

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO 1	
1 REVISITANDO A LITERATURA: O ESTADO DA ARTE	21
1.1 Violência conjugal entre lésbicas: isto existe?	29
CAPÍTULO 2	
2 VIOLÊNCIA E GÊNERO: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS	37
2.1 Violências e conjugalidades: uma breve contextualização	48
CAPÍTULO 3	
3 GÊNERO, DISCURSOS E SUAS COMPREENSÕES	58
3.1 Nuances do saber-poder	60
3.2 Os discursos e suas análises	67
3.3 Um conceito multilinear: gênero ou gêneros?	73
3.4 Sexualidade e diferença: intersecções de ideias	82
CAPÍTULO 4	
4 CAMINHOS E ESTRATÉGIAS	90
4.1 Instrumentos	90
4.2 Local da produção de dados	91
4.3 Procedimentos de produção de dados	99
4.4 Participantes	100
4.5 Analítica dos dados	104

CAPÍTULO 5

5 POSICIONAMENTOS, PERFORMANCES E VIOLÊNCIAS	112
5.1. Quem sou eu, ou melhor, como eu me digo?	116
5.1.1 Remorsos	120
5.1.2 Homens X Mulheres	122
5.1.3. Nomear a diferença: sapatão	125
5.2 Mulher é muito difícil, só quem tem é que sabe	135
5.2.1 Ciúmes	137
5.2.2 A casa e a rua	141
5.2.3 Os usos das ‘posições de gênero’ como dispositivo de poder	146
5.3 Violenta eu? Entre mulher não tem disso	156
5.3.1 Posições de gêneros e condições de possibilidades	161
OUTRAS CONSIDERAÇÕES	169
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	186
ANEXO I – ÁLBUM	187

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Existe atualmente um maciço movimento em prol da segurança pública, mais especificamente, do enfrentamento da violência. Boa parte dos esforços está reunida em torno de ações de repressão, punição e dimensionamento deste fenômeno. A violência desafia a sobrevivência humana, é oposta ao relacionamento entre pares, e este antagonismo a situa como um dos fenômenos mais estudados por diversos campos das ciências e a transforma em uma das mais emergentes demandas para a intervenção social.

Seguindo uma rota epidêmica, todos são vitimados por uma sociedade que parece alimentar e perpetrar os focos da violência que se manifestam nas relações de classes, institucionais, domésticas e de gênero. Inevitavelmente, diferentes áreas das políticas públicas são demandadas na prevenção, repressão, cuidado às “vítimas”, manutenção de um suposto “ordenamento” social, enfim, vários são os esforços profissionais em torno de um mesmo problema.

Foi em minha atuação como psicólogo que surgiu a aproximação com esta temática. Ainda recém-formado deparei-me com a desafiante rotina de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que atua com pessoas que tiveram seus direitos violados, entre as inúmeras e diversificadas demandas destacava-se um significativo número de mulheres vítimas de violência conjugal. Após alguns meses de trabalho iniciei outra atividade, desta vez no sistema penitenciário (onde atuo até hoje), e lá tive contato com homens condenados como perpetradores de violência.

A aproximação entre os discursos destes dois grupos, aparentemente distantes e distintos suscitou um sem número de questionamentos. Assim, este estudo se inicia em 2012, por ocasião da seleção de doutorado, naquele momento com o objetivo de investigar como se produzem as concepções da violência conjugal ao longo da vida de homens e mulheres. Até então sustentava a noção binarista que dicotomiza os gêneros em pólos opostos.

As leituras nesta área são vastas, entretanto, acreditava que o caráter de originalidade da tese surgiria naturalmente na fala dos entrevistados, talvez a aproximação de compreensões de “vítimas” e “vitimadores” sobre a violência conjugal lançasse um novo olhar sobre o tema. Em uma aproximação inicial me parecia que muito do que era dito nos atendimentos, realizados com os reeducandos do sistema prisional, não estaria presente em boa parte da literatura científica. Estas questões iniciais logo se dissiparam ao adentrar mais profundamente na revisão de trabalhos sobre o tema. De fato, a grande maioria das pesquisas realizadas têm como foco apresentar um olhar das vítimas, entretanto, é possível localizar trabalhos bastante aprofundados sobre os violentadores.

Com o passar do tempo e sucessivas revisões na literatura as certezas deram lugar a um profundo sentimento de angústia: por um lado diante de tantas pesquisas com grande qualidade e rigor, em que iria contribuir? Por outro, a dicotomia entre os gêneros parecia criar um “lugar comum”, e não delineava possibilidade de avanço nas compreensões pretendidas.

Foi só a partir das leituras sobre gênero, conduzido por minha orientadora, que o problema de pesquisa finalmente começou a se delinear. Trabalhamos o conceito Butleriano (1998a) que aponta a categoria gênero como uma ilusão circunscrita nos corpos, sendo apresentado como efeitos de verdade de um

“discurso indentitário”. Inexiste aqui a entidade “gênero”, em seu lugar temos uma dispersão instável e oscilante de posicionamentos que circulam entre os corpos e se manifestam como performances. Desconstroem-se assim as noções de essencialidade dos sexos e podemos compreender que os comportamentos e vivências estão livres de masculinidades e feminilidades rígidas.

Além disso, o referencial Foucaultiano se mostrou como solo essencial para as teorizações sobre o tema. Considerando que para este autor é através da experiência que se constroem os sujeitos, em um movimento dinâmico e interminável, e que não existem identidades prontas ou acabadas, abriu-se um espaço compreensivo para outras possibilidades de compreender os fenômenos, sem necessariamente nos atermos a “quem diz”, mas nas condições de possibilidade daquilo que foi dito.

A experiência é aquilo que buscamos interpretar historicamente, seria uma das bases do conhecimento e não uma entidade fechada e destinada a determinado sujeito social. Existiriam forças oriundas de uma “categoria gênero” que emaranhadas nas subjetividades dos sujeitos, independente do sexo daqueles que compõem uma conjugalidade, atuariam em suas relações íntimas.

Diante desta compreensão surgiu um novo questionamento: se gênero é performance suas manifestações podem ser similares em qualquer relação conjugal? Assim surgiu a proposta do estudo que objetiva problematizar situações de violência na conjugalidade entre lésbicas numa perspectiva de gênero. De posse desta demanda partimos para a revisão da literatura onde encontramos duas questões que se tornariam um fio condutor deste estudo: o mito da mulher pacífica e a invisibilidade das relações lésbicas.

Com relação ao primeiro ponto observamos que existe uma tendência a associar ao homem determinado “poder” e controle, ao passo em que a mulher caberia o lugar de vítima indefesa. Com relação a esta concepção, Topa (2010), defende que a crescente notificação de situações de violência entre casais homossexuais embaralha a representação binária de atribuição de papéis a homens e mulheres, acrescenta ainda que, no caso das conjugalidades lésbicas o papel de vítima submissa e pacífica atribuído a mulher cai por terra diante do questionamento de algo impensável em uma relação que deveria se caracterizar como igualitária e simétrica. A violência encontra condições de emergência mesmo na ausência do “homem”, considerando que o masculino independe de um “homem” para se manifestar.

Com relação à invisibilidade das conjugalidades lésbicas cabe problematizar mais uma forma de vulnerabilidade a que as mulheres estão expostas. O fenômeno da violência conjugal nestes casais se por um lado não representa “estatísticas significativas”, por outro agrava as condições de marginalização de uma parcela da população.

As situações de violência cometidas contra essas mulheres são recorrentemente constatadas. Comparadas às mulheres heterossexuais, as lésbicas expressam níveis elevados de violências físicas e psicológicas, tanto nos espaços privados quanto nos lugares públicos (Valadão, 2011). Entretanto, a natureza da violência, quando notificada, permanece como um desafio, seja pela “tradição” política e institucional de uma visão heteronormativa, seja pelo temor de patologizar as comunidades homossexuais já fragilizadas por um modelo dominante de homofobia social. Assim, as próprias organizações de direitos dos homossexuais

não têm privilegiado o tema da violência seja por estratégia política, ou pela ausência de recursos humanos e financeiros (Santos, 2012).

Compreendemos ainda que as lésbicas se encontram em um *locus* diferenciado com relação às discriminações sociais, posto que aliado ao fato de serem homossexuais são mulheres, o que em si indica um elemento fundante da desigualdade em nossa sociedade heterocêntrica e machista. O reconhecimento de uma “conjugalidade” entre duas mulheres fica assim abalado tanto pelo modelo heteronormativo, quanto pela condição social de ser mulher.

As discussões acerca das conjugalidades homossexuais parecem estar fortemente enredadas nas tramas de uma codificação amor-casamento-família, dialogando com estes “modelos” de forma difusa e ambígua. Por um lado, observamos uma série de reivindicações normalizadoras da homossexualidade: direito de casar, de adotar filhos, entre outros. Por outro podemos observar que esta subordinação a modelos impostos, embora possa romper limites sócio historicamente instituídos, pode igualmente tornar-se vulnerável à invasão de ciências que articulam um arsenal discursivo que pode mais uma vez condenar as sexualidades “não normativas”, a partir de justificativas intolerantes (Paiva, 2006).

Esperamos superar estas armadilhas adotando uma postura que comporta por um lado a ênfase dada ao fenômeno da violência tal qual se apresenta, sem buscar um “sistema” de oposições binárias ou modelos relacionais. Interessa-nos a violência e não a orientação sexual dos pares. Além disso, não entendemos conjugalidades do ponto de vista normativo, mas antes como uma livre expressão de relacionamento humano em que pessoas com laços afetivo-sexuais, independente do sexo, escolhem “compartilhar” um projeto de vida comum. O reconhecimento de todas as possibilidades de conjugalidade dinamita por um lado as concepções

tradicionais baseadas em um modelo heteronormativo compulsório, por outro reconhece direitos de forma democrática e plural. Trata-se, portanto de um posicionamento para além do teórico ético e político (Paiva, 2006).

Esclarecidos estes pontos, resolvemos escutar os discursos de mulheres lésbicas que agrediram suas companheiras com a intenção de analisar possíveis inter-relações entre as concepções das participantes acerca dos gêneros e suas performances em situações de violência conjugal, pesquisar os sentidos que estas mulheres atribuem a violência conjugal / de gênero, e problematizar possíveis relações entre regulações da categoria gênero e vivências de violência na relação conjugal.

É pertinente ressaltar que o campo de violência de gênero é vasto e complexo, portanto a pesquisa tem como elemento central o aprofundamento da temática, em busca da consistência que o debate exige, sem a pretensão de esgotá-lo ou de apontar conceitos fechados, investigando a constituição e mudanças dos posicionamentos das participantes diante de experiências que demarcam suas subjetividades.

Estas subjetividades serão aqui apresentadas e compreendidas como resultado de um imenso conjunto de aparelhamentos e instituições sociais em um constante movimento de produção de “verdades” que fundam os processos de subjetivação. Nestes processos anunciam-se relações de poder-saber que em um contínuo movimento de dobra e desdobra do indivíduo, resultantes de expressões históricas de nossa época, criam o sentimento de unicidade e individualidade. Assim, utilizaremos não um método, mas uma analítica inspirada no solo epistemológico Foucaultiano.

Foucault (2003) define analítica ao referir seus estudos acerca do poder, para ele, esta posição teórica se referenda em uma reflexão de âmbito mais limitado de que uma ‘análise’ que teria um escopo geral, nesta perspectiva ao propor uma analítica se afasta de determinadas questões – em seu caso, por exemplo, de uma origem do poder – e adota um posicionamento puramente descritivo que objetiva explicitar as diferentes táticas, estratégias e mecanismos empregados nas relações de poder.

Assim, Foucault não busca fixar definições a procura de verdades, mas acompanhar as metamorfoses das relações de poder que criam e recriam os sujeitos e suas subjetividades. É nesta perspectiva que nos colocamos em busca de uma analítica das estratégias e funcionamento das relações de violência nestas conjugalidades.

O trabalho de tese é composto por cinco capítulos: o primeiro, “Revisitando a literatura: o estado da arte” traz uma revisão da literatura acerca da temática, caracterizando o campo de estudo e problematizando os alcances e lacunas nos estudos sobre o tema, na seqüência, o tópico “Violência conjugal entre lésbicas: isto existe?” tem como objetivo problematizar este fenômeno, apresentar teorias associadas e suas implicações, discutindo a validade da pesquisa no campo dos estudos de gênero e suas possíveis aproximações com o problema aqui proposto e articulando-o especificamente às relações de conjugalidade.

O segundo capítulo “Violência e gênero: algumas questões teóricas” tem orientação conceitual e objetiva aprofundar a temática da violência de gênero, com ênfase no cenário brasileiro, e tendo como norteador o campo teórico em que a tese se insere. Terceiro capítulo “Discursos, gêneros e suas compreensões” discutiu teoricamente as (im)possibilidades de compreensão dos discursos a partir de um

referencial Foucaultiano, articulado as propostas butlerianas de “gênero enquanto performance” destacando conceitos como: práticas discursivas e não discursivas, sujeito do discurso e subjetividades. O quarto, embasado no aprofundamento teórico até aqui realizado, apresenta os “Caminhos e estratégias” adotados para a realização do estudo.

Em Posicionamentos, performances e violências foi possível, escrever uma versão possível da realidade de mulheres em regime de privação de liberdade, que cometeram violência contra suas companheiras. Com base nas teorizações Foucaultianas e no referencial de Butler, com destaque para o conceito de “performatividade de gênero”, discutir as descrições que fazem de suas vivências na situação conjugal e as possíveis regulações da categoria gênero.

Finalmente em “Outras considerações” os capítulos são aproximados e problematizados buscando ampliar o debate e propor elementos de reflexão voltados a esta temática.

No âmbito acadêmico intenciona-se que a presente pesquisa seja fonte de referência para psicólogos clínicos e profissionais de áreas afins. Esperamos alterar sensivelmente o arcabouço teórico no tocante a possibilidades preventivas em Psicologia Clínica articulada aos fenômenos aqui tratados. Cabe enfatizar ainda a relevância das discussões no contexto social, posto que a violência é hoje caracterizada como um dos principais problemas da saúde pública no Brasil. Espera-se que tal aproximação traga elementos profícuos à ampliação dos debates nesta área.

Em termos de políticas públicas esperamos que este impacto ocorra prioritariamente na desconstrução de “mitos” referentes às diversas conjugalidades. Longe de buscar uma generalização de toda forma de relacionamento conjugal,

espera-se que sejam reconhecidas socialmente outras formas de relacionar-se e compreendido que nelas é possível observar o atravessamento de diversas violências, que devem ser reconhecidas e tratadas com compromisso e seriedade, independente do sexo das pessoas envolvidas.

1 REVISITANDO A LITERATURA: O ESTADO DA ARTE

Objetivando conhecer nosso campo de estudos utilizamos o método da revisão da literatura, a fim de encontrar artigos publicados que tratassem da temática em questão, a violência entre lésbicas. Esta revisão teve como elemento norteador a ideia de processualidade inerente ao pensamento Foucaultiano, constituindo-se em um guia para a compreensão das experiências vividas com as participantes desta pesquisa. Procuramos, portanto um “fio condutor” nestes estudos buscando entender como eles veem se desenvolvendo historicamente ao longo do período estudado.

É fundamental destacar a carência de estudos que especifiquem a violência conjugal na relação lésbica. Seja pelo “mito da mulher pacífica”, pelo pouco interesse dos movimentos em destacar um tipo de fenômeno que contraria a possibilidade de uma relação simétrica e igualitária entre mulheres, ou pela própria invisibilidade que rodeia as relações de lesbiandade.

Com os descritores “violência conjugal lésbicas”, “conjugalidades + lésbicas + violência”, “violência doméstica + homossexualidade”, optamos por investigar os seguintes bancos de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Biblioteca Científica Eletrônica em Linha (SCIELO), Biblioteca Nacional Brasileira de Teses e Dissertações (BDBT), entre os meses de junho e julho de 2014.

Foram usados como critérios para inclusão dos estudos: alusão a uma conjugalidade ou relação íntima entre mulheres lésbicas; abordagem da temática da violência conjugal entre lésbicas; trabalhos publicados sobre a temática

independente de data (o trabalho mais antigo que encontramos foi de 2004); publicações nos idiomas português, espanhol e inglês.

Como critérios de exclusão consideramos: abordagem da violência conjugal em relações heterossexuais; trabalhos que discutam a violência entre casais de homens (gays); matérias de acesso restrito e ou pago; bases de dados não confiáveis; artigos e ou outras publicações sem identificação.

O levantamento realizado, excluindo-se as repetições resultou no seguinte quantitativo:

Tabela 01: Textos identificados na busca

Tipo de produção	“violência conjugal lésbicas”	“conjugalidades lésbicas + violência”	“violência doméstica + homossexualidade”	Total
Artigos Bireme	02	04	0	
Artigos Scielo	01	08	02	
Teses e dissertações (BDBT)	06	02	02	
Total	09	14	04	

Todos os bancos de dados foram explorados considerando o “método integrado”, com pesquisa básica e posterior refinamento desta. Iniciei a revisão utilizando exclusivamente os descritores “violência” e “lésbicas”, acreditando serem amplos os resultados. Para minha surpresa os textos identificados foram poucos e quanto maior o refinamento mais escassas se tornaram as publicações.

Inicialmente realizamos a leitura dos resumos para identificar aqueles que estavam relacionados aos objetivos de nosso estudo. Excluídos aqueles que não se relacionavam à pesquisa, os restantes foram lidos integralmente e fichados. Parte expressiva dos 27 textos localizados trata exclusivamente da violência sofrida por

motivações homofóbicas (12), ou de outras violências, como discriminação e violências relacionadas a grupos (9) sem relação com o tema da conjugalidade. Não foi identificada nenhuma produção de dissertação ou tese realizada no Brasil que trate especificamente da violência na conjugalidade lésbica.

Através dos cruzamentos de dados, buscando focar as especificidades que o tema exige encontramos apenas seis estudos que se relacionam com essa temática. Com o pequeno quantitativo optamos por investigar as referências destes autores encontrando textos que não constam nos bancos de dados investigados. Por ocasião da busca prévia, foi recomendada nova pesquisa, com esta, realizada 01/11/2015, mais um texto se agregou a pesquisa em tela. No caso, uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Pernambuco, que fora defendida em 2013, entretanto, não estava disponível no momento da primeira revisão.

Com essa estratégia conseguimos identificar nove textos, sendo oito artigos e duas dissertações de mestrado assim distribuídos:

Tabela 2: Caracterização das publicações por tipo, área, ano e local

Publicação	Tipo	Área	Ano	Local
Nunan, Adriana. Violência Doméstica entre Casais Homossexuais: o Segundo Armário?	Artigo	Psicologia	2004	Brasil – Rio de Janeiro
Chan Carrie, Domestic violence in gay and lesbian relationships, Australian Domestic and Family Violence Clearinghouse.	Artigo	Sociologia	2005	Austrália – Sydney
Gimeno, Beatriz. La construcción de la lesbiana perversa. Barcelona: Gedisa.	Artigo	Sociologia	2008	Espanha – Barcelona
Topa, Helena, “Violência	Dissertação	Psicologia/educação	2009	Portugal –

doméstica em casais homossexuais: das representações sociais dos profissionais que trabalham com vítimas à vivência das vítimas				Porto
Topa, H. No arco-íris também há roxo: violência conjugal nas relações lésbicas.	Artigo	Psicologia	2010	Portugal – Porto
Avena Daniela Tebbar. A Violência Doméstica nas Relações Lésbicas: Realidades e Mitos.	Artigo	Arte/mídia/política	2010	Brasil – São Paulo
Costa, Laura Gil; Machado, Carla; Antunes, Rute. “Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade”.	Artigo	Psicologia	2011	Portugal – Lisboa
Souza, Erica Renata. Intenções entre homossexualidade, família e violência: relações entre lésbicas na região de Campinas (SP).	Artigo	Sociologia	2012	Brasil – Goiânia
Santos, Ana Cristina, 'Entre duas mulheres isso não acontece': um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. In: Revista Crítica de Ciências Sociais.	Artigo	Sociologia	2012	Portugal – Coimbra
Costa, Juliana Mazza Batista. Do lilás ao roxo : violências nos vínculos afetivo-sexuais entre mulheres.	Dissertação	Psicologia	2013	Brasil - Pernambuco

Conforme mostra a tabela cinco, dos textos identificados, são de origem Européia, um texto da Oceania e quatro Sul Americanos, neste último caso, todos realizados no Brasil. Foi identificada apenas uma produção produções na região

Nordeste (nosso locus de pesquisa). Além disso, observamos que apenas uma autora tem dois textos publicados sobre o mesmo tema. A área de estudo se divide entre psicologia e sociologia.

Cada um dos textos encontrados foi lido e fichado buscando-se encontrar as interseções entre os estudos. Um dado relevante refere-se à escassez de trabalhos desenvolvidos no cenário brasileiro, considerando que qualquer possibilidade interpretativa deve considerar aspectos sócios culturais, além de elementos históricos e características como raça/etnia e classe social.

Em um artigo de revisão Adriana Nunan (2004), aponta que a homofobia e a discriminação seriam responsáveis pelo obscurecimento da violência conjugal entre lésbicas. Para a autora a escassez de estudos, especialmente no Brasil, estaria relacionada a uma tendência de encobrir o fenômeno, o que transmutaria a violência conjugal entre pessoas do mesmo sexo como um “segundo armário¹”. A autora aponta que, embora em menor número que a violência conjugal heterossexual, a violência em conjugalidades homossexuais pode ser agravada pelo silêncio, e reforça a necessidade de pesquisas nesta área além de serviços específicos para as vítimas.

No cenário Australiano, Chan (2005), no artigo intitulado “Domestic violence in gay and lesbian relationships” (Violência doméstica em relacionamentos gays e lésbicos), busca apresentar uma visão global do fenômeno. Em um artigo de revisão da literatura apresenta resultados de outros estudos, e problematiza as principais características do fenômeno, chegando a conclusões muito próximas das de Nunan (2004). Para ela é fundamental discutir as barreiras à procura de assistência, fruto

¹ A expressão “armário” deriva do termo estadunidense “*to come out of the closet*” (sair do armário), que se refere a assumir a homossexualidade. O armário seria o segredo acerca de sua orientação sexual, presente mesmo entre pessoas muito próximas, que atuaria na regulação da vida de gays e lésbicas.

do heterossexismo e homofobia. Enfatiza a baixa disponibilidade de serviços especializados e reforça o caráter de “silêncio” que envolve o fenômeno como uma das principais barreiras à sua compreensão. Complementa que as análises estatísticas são pouco esclarecedoras e reforça a necessidade de estudos qualitativos nesta área.

Com um significativo espaço temporal, encontramos em 2008 o trabalho de Gimeno. Partindo da análise do caso de Dolores Vázquez, mulher homossexual, considerada culpada de homicídio, sem provas, e condenada há 17 anos de prisão. Gimeno (2008), após realizar aprofundado estudo sobre o caso, defende a tese de que esta mulher inocente foi condenada sem provas não apenas por sua orientação sexual de lesbiandade, mas principalmente porque “ousou” constituir uma família. Para a autora este caso é emblemático para a compreensão da heteronormatividade e homofobia. Ao desafiar o regime dominante de sexualidade, Dolores Vázquez foi vítima do heterossexismo, lesbofobia e sexismo vigentes na época.

Em 2009 Maria Helena Topa, defende na Universidade do Porto, sua dissertação intitulada: “Violência doméstica em casais homossexuais: das representações sociais dos profissionais que trabalham com vítimas à vivência das vítimas”. A pesquisa resulta da aplicação de um questionário a técnicos de atendimento a vítimas e magistrados do Ministério Público e juizes a fim de analisar as representações sociais da violência doméstica em casais homossexuais. A autora aponta que existem sensíveis diferenças entre os profissionais do Direito e os da Psicologia enfatizando que estas diferenças são resultado da (des)preparação dos profissionais para atender a esta demanda. Segundo ela, apenas os psicólogos se aproximam desta realidade em termos de compreensão destas possibilidades relacionais e de suas implicações.

A mesma autora publicou em 2010, um dos artigos mais completos sobre esta temática. Em “No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas”, a autora reforça o caráter de invisibilidade deste fenômeno. Ao entrevistar mulheres vítimas de violência conjugal em relações lésbicas, Topa destaca que as situações observadas podem chegar a risco de morte, e apresenta o sofrimento das vítimas por não poderem contar com uma rede institucional de apoio, e pela “necessidade” de manterem a sua relação em segredo. Atenta ainda para a seguinte questão:

Admitir a violência nas relações lésbicas implica questionar as tradicionais concepções e formas de relacionamento conjugal entre mulheres, concepções essas que perpetuam estereótipos veiculados através do modelo heteronormativo (“butch” vs. “femme”, por exemplo), e assinalar um comportamento “impensável” em relações tidas como mais simétricas e igualitárias em termos de poder (Topa, 2010, p.03).

Costa, Machado e Antunes (2011) realizaram pesquisa quantitativa em Portugal com adaptação do Inventário de Violência Conjugal (IVC-3) criada para o próprio estudo. O instrumento foi aplicado a gays e lésbicas, não é, portanto, um estudo exclusivo sobre conjugalidades entre mulheres. Para as autoras os resultados permitem afirmar que em conjugalidades homossexuais os índices de violência seriam mais altos que em heterossexuais. Para elas existiriam dinâmicas relacionais específicas dos casais homossexuais que associadas às pressões sociais exercidas sobre estes relacionamentos seriam propiciadores ou acirradoras da violência.

Souza (2012) na pesquisa intitulada: “Interseções entre homossexualidade, família e violência: relações entre lésbicas na região de Campinas (SP, Brasil)”, inicia seu texto esclarecendo que identificar este tipo de violência não era objetivo do

seu estudo, sendo um achado inesperado. A autora foca suas discussões sobre a figura da mulher mãe que também é lésbica e que vive em uma espécie de espaço intersticial entre a maternidade e a homossexualidade, em uma espécie de fronteira que não lhe oferece integralmente todos os direitos e que se tingem de maior vulnerabilidade quando ocorrem situações de violência conjugal. A maternidade e a orientação homossexual ganham contornos de uma ambiguidade que é alvo da violência e que ganha contornos no corpo das mulheres que vivem nesta fissura. Seu estudo reforça o caráter de marginalidade atribuído a estas relações e como este espaço ajuda a perpetrar a violência mantendo-a em segredo.

Santos (2012) apresenta um estudo exploratório sobre a violência conjugal lésbica. Nele a autora defende que ao se apoiarem em uma base heteronormativa os estudos sobre a violência conjugal contribuem para reforçar a invisibilidade desta situação em conjugalidades de pessoas de mesmo sexo, em especial entre lésbicas. Seu estudo aponta que a idealização dos relacionamentos entre mulheres proposta por parte do ativismo LGBT tem dificultado a notificação de situações de violência e conseqüentemente sua compreensão. Acrescenta que a marginalização desta temática tem levado a um possível agravamento das situações de violência, condenando as vítimas ao que chama de “duplo armário”, segundo ela também é importante destacar que:

Verifica-se ainda um excessivo enfoque analítico em questões de violência física, descurando processos porventura igualmente corrosivos de violência emocional, psicológica e simbólica, identificados como frequentes entre as participantes lésbicas deste estudo exploratório. Nesta mesma linha, também as causas da violência devem ser entendidas na sua multiplicidade (Santos, 2012, p. 13)

No último texto analisado, Costa (2013), apresenta estudo baseado na metodologia feminista da produção de sentido, em que pela técnica da ‘bola-de-neve’, entrevistou oito mulheres lésbicas sendo quatro delas participantes de

movimentos sociais, e quatro sem nenhum vínculo ou participação, acerca das violências em vínculos afetivo-sexuais com outras mulheres. De acordo com seu estudo ainda persistem muitas lacunas com relação ao reconhecimento destas dinâmicas e relações, possivelmente produzidas ou reforçadas por fatores sociais, pessoais e políticos que se entrecruzam cristalizando possibilidades de maior visibilidade, de reconhecimento, de questionamento e até mesmo de denúncia dessas violências.

Costa (2013) afirma que a militância parece 'impedir' que as mulheres entrevistadas se definam como violentas ou admitam ter sofrido violência, embora salientem que acreditam existirem situações de violência entre mulheres. Aquelas não participantes de movimentos igualmente admitem estas situações, entretanto, não as articulam a suas próprias vivências.

A partir da problematização dos estudos em tela buscamos identificar o que dizem os trabalhos acerca deste tipo de violência tendo como foco dois elementos norteadores: as discussões acerca da violência cometida em uma relação conjugal e os posicionamentos dos textos acerca daquela apontada como 'responsável' pela violência.

1.1 Violência conjugal entre lésbicas: isto existe?

Tendo esta questão como disparadora, fortemente inspirada no título de Santos (2012) 'Entre duas mulheres isso não acontece', procuramos primeiramente

identificar como são descritas as conjugalidades lésbicas, e como, a violência presente nestas conjugalidades se apresenta nos textos analisados.

Para Nunan (2004) o preconceito social seria uma das causas da invisibilidade de muitas conjugalidades homossexuais. Para esta autora há uma tendência na 'comunidade' gay a esconder toda e qualquer situação conflituosa, defendendo-se um modelo de relação ideal, quando o casal é composto por pessoas do mesmo sexo. Esta situação se intensificaria no caso de uma relação lésbica, considerando as representações da mulher como frágil e não propensa à violência. Além disso, existiria no senso comum uma dissociação entre o mundo doméstico e a homossexualidade, sendo esta situação vista como impensável.

Em outro cenário Chan (2005) aponta que cerca de 46% das mulheres lésbicas entrevistadas em seu estudo relatam terem se envolvido em alguma situação de violência em sua conjugalidade. Por outro lado, reforça a ideia da invisibilidade destas situações, pois segundo aponta, as vítimas enfrentam uma série de barreiras, características de um modelo heteronormativo e homofóbico, seja na denúncia seja no acesso a instâncias de apoio.

Topa (2010) parece unificar as impressões dos demais autores ao apontar que a violência conjugal entre lésbicas é ao mesmo tempo uma manifestação da violência conjugal em casais homossexuais e a violência conjugal em termos gerais. Segundo ela, este fenômeno detém sim características comuns a toda e qualquer situação de violência entre parceiros íntimos, entretanto apresenta aspectos particulares, decorrentes, principalmente da dupla discriminação sofrida neste tipo de violência: por serem mulheres e por serem homossexuais (Nunan, 2004; Chan, 2005; Gimeno, 2008; Topa, 2009; Avena, 2010; Topa, 2010).

Destacando a discriminação resultante da homofobia e o segredo associado a este tipo de fenômeno, muitas vezes reforçado pela própria comunidade LGBT por considerar este um assunto politicamente incomodo, cria-se uma grave invisibilidade que obscurece as compreensões e conseqüentes intervenções no campo. Santos (2012) aponta que muitas organizações LGBT não têm priorizado o tema da violência, seja por uma possível estratégia política (medo de abalar conquistas sociais e jurídicas previamente adquiridas), seja pela carência de recursos humanos e financeiros para tratar do tema.

Particularmente, no que se refere a relações lésbicas, os estudos encontrados destacam as dificuldades em obter dados fidedignos e ressaltam a dificuldade em elencar as especificidades desta violência, entretanto, é ponto comum a observação dos seguintes elementos: o sentimento de ameaça da revelação da orientação sexual; a revelação de eventual presença de HIV; um possível entendimento da relação violenta como consensual, “comum” nas relações LGBT; o medo em relação a falta de apoio, seja familiar, social ou estatal (Nunan, 2004; Chan, 2005; Gimeno, 2008; Topa, 2009; Avena, 2010; Topa, 2009, 2010; Costa, 2011; Souza, 2012; Santos, 2012; Costa, 2013).

Para Topa (2010) as trajetórias relacionais destas mulheres têm predomínio homossexual, com ocasionais parceiros heterossexuais. O amor e a paixão parecem constituir a razão de constituir-se como uma relação conjugal, que se rompe depois de várias relações de violência, muitas vezes justificadas pelos ciúmes e pela manutenção de afetos positivos.

Estes afetos são, na maioria das vezes, excluídos das notificações de violência, ou afastados quando se discute este fenômeno. A presença da afetividade reforça o caráter conjugal o que, para Gimeno (2008) é fortemente combatido pelos

setores homofóbicos da sociedade. Em seu texto “La construcción de la lesbiana perversa” a autora explica que a história da exclusão social das lésbicas emerge da cultura heteronormativa que detém o poder e impõe normas a seguir e respeitar. Para ela a lésbica é uma ameaça muito maior que o gay, pois, seria uma espécie de “não mulher” que não cumpre com o único papel que se garante socialmente ao feminino: ser mãe. A lésbica rechaça a submissão à figura masculina e se atreve a propor um modelo alternativo de família.

Esta “família alternativa” estaria fortemente calcada na ideia de uma suposta docilidade feminina, o que torna o tema da relação violenta entre lésbicas, um tanto espinhoso para muitas mulheres, em especial, algumas ditas feministas. Apesar da sabida precariedade dos sistemas de suporte, as mulheres heterossexuais contam com um complexo aparato de apoio a vítimas de violência, com delegacias e casas de apoio. Algumas mulheres lésbicas, não têm suporte algum, além disso, têm, como violentadoras, companheiras que se dizem feministas usando esta expressão para encobrir seus abusos (Avena, 2010).

Para Avena (2010) as relações se iniciam tendo como base este mito de carinho e docilidade e em dado momento a tensão aumenta chegando-se inclusive à violência física. Neste momento a ‘violenta’ mostra-se arrependida e retoma-se a relação idílica inicial. A vítima alega um caráter ocasional e acidental à violência sofrida, entretanto, em momentos de tensão a violência novamente explode, como um ciclo inesgotável. Elementos como assimetrias de poder, dependência econômica, experiência passada de abuso, estresse e consumo abusivo de álcool e outras drogas aparecem como principais agravantes do quadro.

O que mais chama a atenção, entretanto é a acumulação de fatores opressores, em um modelo lesbofóbico e heteronormativo dominante, assim as

vítimas deste tipo de violência estão em uma condição particularmente agravada de vulnerabilidade. Ressaltam-se entre estes fatores a total ausência de redes sociais de apoio, o despreparo de agentes institucionais, a homofobia internalizada e as ameaças em contexto familiar e profissional. Este conjunto de fatores amplia a gravidade das situações de violência conjugal lésbica enviando as vítimas para vivências de silêncio e isolamento (Santos, 2012).

Neste ponto é fundamental pontuar que nenhum dos textos localizados trata especificamente das ‘responsáveis’ pela violência, o que para nós é indiferente, considerando que não dicotimizamos pólos em uma relação de violência. Entretanto, considerando os objetivos destes artigos consideramos ser pertinente destacar esta falta.

Em meio às discussões observamos três pontuações que merecem ser destacadas. Nas construções sobre estas relações violentas, Avena (2010) aponta que com o silêncio e conseqüente “naturalização” das situações de violência, é possível que ao passo em que a vítima se sente isolada e presa a tal situação, a companheira apontada como responsável violência possa se perceber como tendo um comportamento justificado, assim negaria o ato de violência e sua responsabilidade sobre este culpando a vítima por esta situação ocorrer.

Topa (2010), ao discutir atribuições causais para a violência destaca, a partir do discurso das vítimas, quatro categorias: elementos de personalidade que seriam incompatíveis entre o casal; dependência econômica, que geraria certa hierarquização; diferenças de poder, sem elucidar de que tipo de poder se trata; diferenças nas experiências de vida que fariam a vítima mais flexível diante das dificuldades da vida a dois. Além disso, aponta que:

A visibilidade crescente da violência conjugal entre casais do mesmo sexo vem baralhar, por outro lado, a representação dicotômica e

quase invariável, obrigando a um reenquadramento, da atribuição dos papéis sociais do homem e da mulher, do(a) perpetrador(a) e da vítima. No caso das relações lésbicas, é posto particularmente em causa o estereótipo da mulher passiva, pacífica, incapaz de comportamentos de grande violência, o que abala alguns dos pressupostos dos movimentos feministas, especialmente na leitura do poder e do controlo como características exclusivas do universo masculino e do modelo patriarcal de sociedade (Topa, 2010, p.03)

Souza (2012) acrescenta que as categorias mulher e lésbica, enquanto atos performativos foram criados sobre a oposição de expectativas sociais para o feminino e o masculino, assim, segundo ela, características atribuídas ao homem podem ser reproduzidas em relações lésbicas hierarquicamente construídas. Estes comportamentos seriam uma “paródia” de um modelo “ideal”, releituras e ressignificações deste modelo reforçando uma “hierarquia” entre masculino e feminino. Neste sentido a associação de possíveis “privilégios” masculinos que viriam com as violências retomam lugar entre conjugalidades lésbicas.

Costa (2013) aponta que apesar dos movimentos feministas, mais especificamente os de mulheres lésbicas, não dar visibilidade as questões da violência, as perspectivas feministas estão presentes nas compreensões das mulheres lésbicas acerca desta realidade. Para ela o feminismo se relaciona com uma postura e um olhar diante de todas as situações do mundo, assim, a criticidade se faz presente. Ela afirma que é fundamental desnaturalizar a noção de que mulheres não podem ser violentas e destacar que sendo as relações humanas baseadas em relações de poder, a violência se apresenta como possibilidade.

Parece-nos que a pouca atenção dada à companheira apontada como perpetradora da violência reforça o caráter de marginalidade deste fenómeno. É interessante notar que nas situações de violência conjugal heterossexual o violento (violenta) também são igualmente negligenciados pelas pesquisas acadêmicas, e só muito recentemente foram pensadas ações preventivas e educativas para estas

peessoas. Pensamos não ser possível apresentar uma versão deste fenômeno sem indagar quem perpetra a violência.

Se a mulher vítima de violência conjugal está em uma dupla situação de vulnerabilidade, considerando suas condições de mulher e de homossexual, o que seria possível dizer de sua 'companheira violenta'? Em uma indagação inicial gostaria de destacar o seguinte ponto: as mulheres acusadas pela perpetração da violência "estão" em um lugar de responsabilização, entretanto, podemos entender que nestas relações as 'posições' não são fixas.

No pensamento foucaultiano, em uma relação de opressão, o algoz e a vítima estão envolvidos em um jogo de poder, assim, compreender as artimanhas, tramas e teias desta situação depende de uma compreensão ampla das dobras criadas por esta relação, fortemente influenciadas por um momento histórico específico e por elementos como raça/etnia e classe social. Atentarmos apenas à vítima parece-nos um tanto simplista e tendencioso.

Outro elemento que ocorre no panorama dos estudos apresentados é que existe uma tendência de associar a violência entre casais homossexuais a situações semelhantes ocorridas em casais heterossexuais, talvez influenciada por interpretações "livres" sobre quem seria a 'responsável' pela situação de violência sem que se tenha tido contato com as mesmas.

Tal associação nos parece no mínimo arbitrária. Retomando as interpretações de Souza (2012), de que estes atos performativos seriam possíveis paródias de um modelo heterossexista, pretendemos avançar na compreensão do fenômeno atentando para os seguintes elementos: a suposta dominação masculina não se apresenta em um modelo único e estanque, as relações de violência entre casais heterossexuais são ilimitadas e se "atualizam" a cada dia; compreendemos

que as relações homossexuais não são um simulacro das heterossexuais. Segundo Butler (2003) alguns comportamentos homossexuais abrem prerrogativa para novas formas de ser no mundo, completamente distintas do modelo binarista vigente, e outras são no máximo um “híbrido” de diferentes comportamentos, sem que isso se constitua em uma reprodução.

Assim, esperamos ser possível apresentar uma versão possível das vivências destas mulheres sem trancá-las em discursos fechados, elaborados a partir de suas experiências. Sem prender seus discursos a identidades fixas, pretendemos nos aprofundar nas tramas de relações e nos jogos que constituem a categoria gênero. Neste sentido o marco teórico deve seguir como bússola em um mar tempestuoso, e nunca como forma que conforma as falas atribuindo-lhes um caráter classificatório e explicativo.

Neste contexto, pretendemos compreender o posicionamento destas mulheres e suas condições de possibilidade, que levaram à situação ocorrida e conseqüentemente ao discurso construído no momento de nossas entrevistas.

2 VIOLÊNCIA E GÊNERO: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

A experiência da violência se sobrepõe a explicações e teses simplistas e exige a integração de diferentes campos do saber, organizações e comunidades. Imprime igual necessidade da ampliação de estudos científicos, em perspectivas teóricas e metodológicas variadas, que respaldem estratégias preventivas e políticas, aliadas a modelos fidedignos de acompanhamento, avaliação e monitoramento destas ações que estão ligadas a causalidades específicas (Minayo, 1994).

Em uma perspectiva epidemiológica sabe-se que tal fenômeno é, na atualidade, um dos principais problemas de saúde pública no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2006). Dados dessa organização indicam que morrem anualmente mais de um milhão de pessoas, no mundo, motivadas pela violência (OMS, 2006).

Este cenário gerou uma série de desafios para o estabelecimento de uma nova lógica de concepção, planejamento e gestão das políticas de interesse público, voltadas para a prevenção e combate à violência.

Neste complexo cenário as diversas violências contra as mulheres surgem enquanto uma das principais e mais contundentes manifestações de violação dos Direitos Humanos. Mas afinal, como definir o que é ou não violência de gênero?

Debert e Gregori (2008) propõem uma distinção estratégica entre crime e violência para fins analíticos. Crime significa a tipificação legal de abusos e circunstâncias envolvidas nos conflitos, aí incluídas a resolução destes e seu reconhecimento estritamente no campo da justiça. Violência, por outro lado, se

constitui em um termo aberto as disputas de significado, consiste no reconhecimento social (não apenas jurídico) de que certos comportamentos constituem violência; para este posicionamento é fundamental decifrar as dinâmicas conflitivas e os diversos abusos presentes nos processos atravessados por desigualdades e posições de poder. As violências repousam sobre uma base relacional que está muito além do campo jurídico e tem seu cerne em dispositivos que conformamos regimes de poder e se organizam de maneira a preservar ocultas suas engrenagens e seus modos de manter-se invisível no campo social.

Dentre estes dispositivos destacamos a apropriação social das 'posições de gênero' que estão baseadas em uma intrincada rede de significados e desigualdades que longe de atuar com neutralidade cria e recria mecanismos de submissão. Assim ao tratarmos a violência de gênero destacamos qualquer ato que vise manter uma suposta 'hierarquia' e assimetria de poder por via coercitiva deva ser considerado como ato de violência, assim, nenhuma forma de agressão, física, verbal, psicológica, deverá assumir outro estatuto que não o de supressão do outro.

Uma atenta leitura das articulações entre violência e gênero nos permite aprofundar as compreensões sobre as dinâmicas que configuram posições, abusos, resistências, negociações de poder nas relações íntimas. Gregori (1993), no clássico 'cenas e queixas' apontava certa tendência em reproduzir uma assimetria nas relações de violência de gênero. Em sua crítica buscava atentar para as implicações dos efeitos 'vitimizadores' de descrições que tinham a mulher como vítimas diretas da violência, e de que as violências praticadas por elas (fossem contra os filhos, idosos ou companheiros) fossem compreendidas como resistências ou reprodução de padrões internalizados.

As análises de então segundo esta autora tomavam dados generalizantes e não se pautavam em uma análise de variações socioeconômicas, étnicas, etárias, menos ainda no que se referia a orientação sexual, ciclo de vida, etc. Reforçavam o estereótipo de passividade emocional e submissão. As pesquisas vinculavam sexo a gênero em rígidos pares de oposição. Gregori (1993) destacou a limitação em recorrer às convenções explicativas que reafirmam ao invés de questionar o dualismo violento e vitima, para ela estas dicotomias não se prestam a análise pois supõem uma coerência a cada termo de oposição, inexistente nas relações sociais.

É necessário, portanto, nos afastarmos de perspectivas generalistas e assumir a instabilidade das assimetrias de poder relativas as diferentes e diversas posições de gênero. Para Butler (2003a) os aparatos que regulam as 'posições de gênero' detêm uma ordenação própria que sem se isolar de outros marcadores de diferença (etnia, raça, classe, idade, etc), atuam por intrincadas operações regulatórias. Desta forma, é necessário acentuar que as desigualdades demarcam estas relações por uma assimetria que leva a situações de violência. Desta forma:

Para pensar os paradoxos que envolvem as relações violentas, em uma abordagem que não abandona as dinâmicas concretas e experienciais de que elas são revestidas, adotamos a perspectiva que acredita na coexistência de vários núcleos de significado que se sobrepõem, se misturam, e estão permanentemente em conflito. Na situação das relações familiares, por exemplo, cruzam-se concepções sobre sexualidade, educação, convivência e sobre a dignidade de cada um. Cruzam-se também posições definidas por outros marcadores ou categorias de diferenciação que implicam variadas posições de poder: geracionais ou etárias, marcadores raciais e também os relativos à classe e à ascensão social. Exercer uma posição é agir em função de várias dessas concepções, posições e marcadores, combinando-os mesmo quando são conflitivos. Desse modo, importa salientar que ao tratar de posições de gênero é preciso considerar que, certamente, existem padrões legitimados socialmente importantes na definição de identidades e condutas. Contudo, é preciso ter em mente que eles devem ser vistos como construções, imagens, referências compostas e adotadas de modo bastante complexo, pouco linear e nada fixo (Debert & Gregori, 2008, p.178).

Nesta perspectiva Willing (2008), defende que a disponibilidade de formações discursivas cria e recria conjuntos de enunciados que constroem uma variedade de posições de sujeito. Assim, para a compreensão dos recursos discursivos ligados ao gênero propõe compreender estas posições explorando suas implicações para 'subjetividades' e práticas.

É necessário identificar os modos pelos quais o objeto do discurso compartilha sentidos se tornando dito e conhecido, assim, é possível localizar as posições de sujeito que ele oferece, desta forma reconhecemos os lugares possíveis para as pessoas dentro de 'estruturas' de direitos e deveres daqueles que utilizam o repertório desta ou daquela posição. Desta forma, posições são diferentes de papéis, pois oferecem lugares a partir de quem fala ao invés de prescrever algo a ser interpretado.

Aqui temos estabelecida uma relação contínua entre discurso e prática, e as posições orientam como se abrem ou impedem possibilidades de ação (Willing, 2008).

Ao assumir particularmente determinada posição como sua o sujeito cria um modo de ver o mundo baseado nela. O sujeito é livre para escolher e considera os efeitos de decisões e escolhas potenciais sobre si.

Nos propomos assim a pensar em termos relacionais, sem isolar falas ou atos como possivelmente destituídos de intencionalidade ou de demarcadores, que embora possam não se prender a assimetrias de 'posições de gênero' compõem os relacionamentos e devem ser decifrados. Convém sempre indagar possíveis articulações e intersecções destes marcadores a diferentes elementos da experiência, entre eles a própria noção de conjugalidade do casal.

Uma característica essencial neste tipo de violência é que aquela pessoa apontada como responsável pela situação de violência é, na maioria dos casos, alguém muito próxima à vítima, ao que parece ambos estão ligados a um contínuo. A violência conjugal se destaca como uma das principais situações a que a mulher está vulnerável:

A violência conjugal representa uma das principais ameaças à saúde das mulheres e a maioria dessas agressões reflete um padrão de abuso contínuo. As conseqüências da violência doméstica para a pessoa agredida são severas e abrangem diversas dimensões, desde ocorrência de fraturas, luxações e hematomas até impactos psicológicos e comportamentais, como depressão, ansiedade, dependência química e farmacológica, ou, em casos mais severos, desequilíbrios que levam a suicídios (Rosa, 2008, p. 325).

É imprescindível retomarmos o seguinte recorte: conjugalidades são compreendidas neste trabalho, enquanto práticas relacionais, baseadas em “afetos” e “contratos”, muitas vezes, informais, que mantêm pessoas enredadas em relacionamentos íntimos e projetos de vida em comum.

Em meio a inúmeros embates em torno de uma possível conjugalidade homossexual, assumir a posição em defesa desta expressão relacional é posicionar-se em favor do reconhecimento de relações afetivo-sexuais desencaixadas da codificação binária e heteronormativa amor-casamento-família.

Para Paiva (2006), parece haver certo incômodo ao se falar em uma ‘homoconjugalidade’, uma tendência de ora aproximar estes arranjos de um ‘modelo’ hetero, ora de não reconhecer esta forma de relacionamento enquanto legítima relegando a homossexualidade à promiscuidade, como se as sexualidades supostamente desviantes não pudessem compartilhar do vocabulário romântico, conjugal. Se institui esta modalidade de vivência amorosa-sexual como impensável, rejeitando o reconhecimento e provocando certo abalo nos territórios do casamento e do erotismo.

A recusa a este 'exílio' imposto aos homossexuais desencadeou uma série de reivindicações em torno do reconhecimento dos direitos à diferença. Em meio ao posicionamento político da solidificação de um 'estilo de vida gay', os movimentos se organizam em busca do reconhecimento destas conjugalidades (Souza, 2010).

Não pretendemos negar que estas conjugalidades dialogam com o 'sistema' amor-casamento-família, mas afirmar que elas o fazem de maneira híbrida, multifacetada e ambígua. Ambigüidade demarcada por um lado pelas reivindicações de normalização da homossexualidade integrando-a numa norma outrora indesejada, por outro na possibilidade de desconstruir aparelhos ligados a esta própria norma. Um modo de ser homossexual questiona os imperativos heteronormativos, oxigenando-os (Souza, 2012).

Assim, as lutas travadas por direitos dos homossexuais, além de legítimas devem ser reforçadas uma vez que desterritorializam os limites daquilo que se entende por amor, casamento e família.

Reforçando a perspectiva dos direitos e fugindo de toda uma maquinaria discursiva do 'saber científico' que se baseia em um sistema binário e opositivo (masculino-feminino) em uma lógica essencialista, do familismo como base da organização social e a lógica implícita do modelo heteronormativo compulsório dominante, podemos e devemos redefinir as conjugalidades para que englobem outras possibilidades relacionais. Paiva (2006) define que a conjugalidade possa ser compreendida como uma livre expressão de parceiros em um relacionamento afetivo-sexual, que partilhem um projeto de vida comum e que definam esta 'condição relacional' baseados em suas próprias experiências. Temos, portanto, uma categoria auto-declaratória, e evidentemente o reconhecimento do direito a esta 'declaração'.

Desta forma, reforçamos o reconhecimento destas expressões como um fortalecimento de políticas, e micropolíticas, democráticas e pluralistas, com potencial reativador de possibilidades relacionais-amorosas, resistentes aos 'regimes de verdade' e as inúmeras estratégias de controle de corpos e intimidades (Paiva, 2006).

Por outro lado, ressaltamos que o trabalho não tem viés comparativo (relações homossexuais X relações heterossexuais), mas antes compreensivo. Não entendemos os relacionamentos como intrinsecamente diferentes e opostos, pelo contrário, ao abraçarmos um referencial não binarista, observamos que certos fenômenos são manifestações humanas e que, portanto, devem ser compreendidos sem associações rígidas a sexo, grupo social, ou qualquer outro demarcador fixo. Nosso objetivo é analisar 'relações de violência' na situação de conjugalidade entre casais formados por duas mulheres, porém nosso foco são essas relações (sob o olhar daquela que é apontada como suposta responsável), o exercício da ação sobre a ação, e de como estas foram orientadas por condições de possibilidades que desencadearam as situações de violência.

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) o fenômeno da violência contra a mulher poderia ser definido como: "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (OEA, 1994, p. 01). A declaração aponta ainda que esta violência "transcende todos os setores da sociedade, independentemente de sua classe, raça ou grupo étnico, níveis de salário, cultura, nível educacional, idade ou religião" (OEA, 1994, p. 02). Queremos acrescentar que estas violências não estariam restritas a atos ou condutas, mas que seriam

manifestações de dinâmicas variadas, jogos de poder, que possivelmente estariam atravessados por elementos de uma categoria gênero.

A Lei Maria da Penha define a violência doméstica e familiar contra a mulher como:

(...) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica (...) II - no âmbito da família (...) III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Brasil, 2006, p. 1 e 2).

É válido observar que se trata do vitimizador: marido, namorado, parceiro. Ao que parece outras possibilidades relacionais, em especial as conjugalidades homossexuais, não são citadas nos textos. No que pese o quantitativo de ocorrências ser “não significativo” estatisticamente, manter os grupos sociais considerados “minoritários” em uma posição de invisibilidade, no mínimo, desintegra o caráter de cidadania pregado por ações e políticas sociais.

Menezes (2012) discute possíveis (im)possibilidades de aplicabilidade da Lei Maria da Penha para feministas e operadores do direito, apontando dificuldades e controvérsias em sua aplicabilidade, em especial quando enfocamos elementos de gênero. Entre outros aspectos problematiza, as dificuldades em aplicá-la para proteção do homem, atitude veementemente rejeitada pelo movimento feminista.

Ao trazer a tona elementos explícitos e não ditos por estas duas esferas, operadores do direito e feministas, a autora aponta para tensões e confrontos discursivos, mais claramente visíveis nos argumentos da justiça. Assim, o discurso jurídico não é tão estável quanto parece, se desestabilizando em meio a inúmeras pressões na aplicação desta Lei.

A autora destaca certa tentativa de localizar e apontar um ‘culpado’ pela situação de violência, que deve ser vista como decorrência da relação em si, relação

esta baseada em padrões de violência. Vitimizador e vítimas ficam restritos ao binarismo, e a responsabilização do casal pelo que ocorre em âmbito privado. Em caso de lésbicas admite-se a possibilidade de aplicar a Lei, entretanto, esta aplicação não foi observada, segundo ela é mais comum observar sua aplicação em mães que agredem os filhos ou em mulheres que praticam violência contra os homens o que agride e distorce os objetivos desta legislação (Menezes, 2012).

Assim, ao deslocarmos este tipo de violência para a perspectiva de gênero, talvez possamos ampliar o escopo do debate, pois se 'posição de gênero' referenda relações de poder essenciais das relações sociais então cada época e lugar proporciona eixos de poder únicos, que se encontram com os eixos de poder relativos à etnia, classe social e geração, e cada indivíduo resignifica estas relações de infinitas formas, a partir de uma base material e simbólica dada por seu corpo e sua inserção no mundo, o que ratifica a pertinência da utilização deste referencial enquanto eixo de debate do fenômeno da violência (Schraiber & D'Oliveira, 2009).

Em outras palavras:

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1995, p.14).

Desta maneira esta pesquisa se coloca na perspectiva de uso e significado da informação, levantando a seguinte questão: diferentes relações ligadas à violência estariam embasadas em um complexo conjunto de normas e regras que demarcariam possibilidades de violência completamente voláteis, instáveis e dinâmicas, articuladas a 'posições de gênero'. Os reflexos, ou ressonâncias destes "jogos relacionais de poder" se fariam sentir nas relações de conjugalidade. Baseamo-nos, aqui, em duas questões que motivaram o estudo: a primeira de que estes jogos se desvinculam da perspectiva binarista, assim eles poderão ser

observados entre pessoas, independente do sexo biológico; suas ressonâncias estariam presentes nos discursos acerca da conjugalidade e seria um reflexo das normas que regem as relações de poder entre as inúmeras possibilidades de posições de gênero.

Assim compreendemos as 'posições de gênero' a partir do referencial de performatividade, em que, longe de definir uma relação 'estável' entre sexo/gênero e desejo as possibilidades de ser não se mantêm como algo fixo.

Por performatividade entende-se a integração da complexidade das diferentes condições de possibilidade do sujeito da fala e as intercessões entre o dito e o experienciado, insistindo na presença do ato na linguagem. A performatividade não é um ato teatral, não pode ser assimilada pela noção de performance, sua aparente teatralidade é o resultado de uma dissimulação aparente de sua historicidade temporariamente impedida de ser revelada (Butler, 1998a).

Assim, o ato performativo é a prática discursiva que produz o que nomeia, pois, "não há nenhuma referência a um corpo puro que não seja ao mesmo tempo uma formação adicional desse corpo" (BUTLER, 2002, p.31).

A performatividade é a reiteração das normas que a precedem, e deste modo não é um ato voluntário nem uma escolha. Diferente da performance que se refere às possibilidades de resistência e criatividade em relação às normas (Butler, 2002).

Não se trata de estabelecer um novo lugar, mas de aceitar permanecer na oscilação e de não sucumbir a esta "comodidade metodológica" que novamente estabiliza, ainda que em outro lugar, o que poderia haver de oscilante na proposição "nem feminino/nem masculino". Novas e supostas 'identidades', por mais diversas e

múltiplas que sejam, são fixações que eliminam o caráter contingente da performatividade de gênero tal qual pensada por Butler (1998a).

Os fenômenos podem ser compreendidos enquanto atos ou trajetórias:

Como os atos de fala, os atos de gênero - ou o que Butler chama de "estilos de carne" - seriam performativos que estariam fora do regime falso/verdadeiro e apontariam para a fragilidade da normatividade de gênero ao explicitarem que a norma só pode funcionar como uma estrutura de citação e de repetição contínua. *Corpos performam gêneros, e o fazem pela repetição, sem nunca serem idênticos a si mesmos* (Rodrigues, 2012, p.152).

Sendo assim, baseados em uma perspectiva foucaultiana, defendemos que este "conjunto de normas e regras de diversas posições de gênero" demarcam comportamentos e performances do casal, entre elas algumas intimamente ligadas às violências, que embora possam estar articuladas a ideia de masculinidade (em um modelo hegemônico) não são uma prerrogativa do homem (considerando que existem diversas formas de ser homem):

A dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, mas uma constelação de autores, que inclui, além dos homens, a mídia, a educação, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas. Em outras palavras, partimos da perspectiva de que o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas como os homens interiorizam, individualizam e o reforçam, mas também nas instituições sociais (Medrado & Lyra, 2008, p.826).

Dado o caráter difuso das construções de gênero estas violências estariam presentes nas conjugalidades, independente do sexo biológico dos membros deste "grupo", além disso: "O gênero nem sempre se constitui de maneira coincidente nos diferentes contextos culturais, históricos, além do fato de o mesmo estabelecer intersecções com categorias tais como raça/etnia, classe, sexo, geração" (Adrião & Toneli, 2008, p.467).

Mas no caso específico das conjugalidades, que elementos podemos destacar? Considerando as características destes relacionamentos íntimos como eminentemente vinculadas a um contexto social, portanto histórico e dinâmico, nos

parece fundamental refletir sobre alguns elementos deste fenômeno em nossa atualidade.

2.1 Violências e conjugalidades: uma breve contextualização

O termo violência vem da palavra latina vis, que tem o significado de força, noções de constrangimentos e o uso da superioridade física sobre o outro, um conceito “simplista” e limitado, se pensarmos na complexidade deste fenômeno e na multiplicidade de suas manifestações.

O que é denominado violência passa por várias transformações a depender de épocas, locais, realidades e circunstâncias diferentes. Nas discussões acerca da violência conjugal, é comumente observada certa associação entre um suposto “poder masculino” e a submissão feminina. Embora compreendamos que, nestes casos, se utiliza uma nomenclatura livre da expressão “poder”, queremos destacar as diferenças entre este e a violência conforme aponta o pensamento Foucaultiano.

Foucault (1995) faz um estudo do estabelecimento das relações de poder na sociedade. Para isso faz uso da genealogia que visa compreender o nascimento dessas autoridades, os mecanismos que levaram a existência de redes de poder infiltradas em todas as relações. Todo o poder se relaciona com o saber, e ambos se incidem.

Seria a violência uma manifestação do poder? Com este questionamento delinea-se, desta forma, uma tese fundamental de Foucault que define a relação de poder enquanto intrinsecamente vinculada à existência de sujeitos livres, pois, se um

dos dois viver à disposição do outro, se objetifica e, deste modo, o “objeto” se torna alvo de violências infinitas e ilimitadas. Nesta situação não haverá relação de poder (Foucault, 2010).

Foucault não apresenta um “conceito” de violência, o uso mais comum deste termo se dá quando o autor busca explicar o que compreende por relações de poder. Ao discutir a noção de poder, Foucault (1995) aponta a impossibilidade de este ser concentrado ou dividido, além disso, aponta que sua análise não estaria ligada a sujeitos, sejam individuais ou coletivos, supostos “detentores do poder” antes de uma relação estabelecida.

Em sua analítica não existem dominadores e dominados, portanto, não há manifestação anterior e permanente de consenso, o poder circula e, neste caráter dinâmico, não se veem instâncias, ou papéis fixos.

Neste cenário Foucault (1995) se questiona se não seria o poder em si uma violência pura, e acrescenta que “pureza” significa uma forma inicial, assim, a violência se constituiria naquilo que há de mais primitivo no poder, o que aparece como última instância. A esse questionamento o próprio autor responde negativamente, pois, este movimento teórico, segundo ele, acabaria por substancializar o poder como detentor de uma “causa originária”, o que seria incoerente com seu próprio caráter difuso.

Se a violência consiste no impedimento do outro no cumprimento de alguma ação, ou na resistência, manipulação e imobilização do outro, chegaríamos a um ponto em que se criaria um polo passivo e outro ativo. Para Foucault (1995) haveria apenas polos ativos. Estes polos não estariam como repositórios prévios de poder (lembrando que o poder não pode ser retido) seria necessário compreender a relação de poder como modo de ação que age indiretamente sobre os corpos, pois

se concentra na própria relação. A violência aparece como um possível “efeito” desta relação que não detém, nem é detida por um “dominador”, mas aparece como restrição, limite extremo, que impede a ação do corpo, e não mais uma ação sobre outra ação. Assim, a violência é pura coação e não mais relação de poder.

Ora, se compreendemos que o cerne do pensamento foucaultiano se materializa em uma analítica das relações entre saber e poder, e apontamos que a violência é algo que se dá impedindo que esta relação aconteça, podemos vislumbrar como este fenômeno não deve ser compreendido como ponto de partida de uma análise em termos foucaultianos, portanto, para compreendermos este fenômeno não devemos focalizá-lo, mas compreender as condições de possibilidade que o geraram.

Ao distanciar-se da opção de analisar o poder como sinônimo de violência, Foucault libera-se do procedimento de “denunciar a violência”, e mais, afasta-se da discussão causalista que busca apontar algoz e vítima como pólos opostos e distintos. Devemos analisar ações sobre ações, compreendendo a violência como um dos possíveis, entre inúmeros, resultados possíveis deste embate. Devemos, nesta perspectiva, centrar nossa análise na lógica e na racionalidade dos “programas” que orientam as condutas sociais.

Os corpos devem ser compreendidos como inseridos em uma relação dinâmica, eles estão em ação e em reação, em relação a outras ações. Logo, em todas as ações está em jogo alguma ação sobre o corpo. A violência cessa o “jogo de ações”, ela é restritiva, coercitiva, mas nunca é apenas física. É um fenômeno complexo que para ser analisado depende da elucidação das manobras em que os sujeitos estão inseridos (Foucault, 1995).

Para Foucault a violência depende da reificação, ou objetificação do outro, aniquilando-o enquanto alteridade. Como disse Foucault (1995, p. 243): "uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto a si, outro polo senão aquele da passividade". Quebram-se as relações de poder, bloqueiam-se as possibilidades de existência.

Podemos questionar assim o suposto "poder" associado às masculinidades nas relações, em outras palavras: existiria uma "orientação" enraizada na cultura heteronormativa que dirige ao homem os poderes sobre a esposa e filhos, mas se este poder é de fato presente, a serviço de que existiriam relações de violência? Existiria um poder de fato ou um espaço de tensão?

No Brasil o conceito "violência contra a mulher", começou a ser utilizado no final dos anos 70 e propagou-se rapidamente em função das manifestações/mobilizações feministas contra assassinatos de mulheres e a impunidade dos responsáveis pela violência. No início dos anos 80 as mobilizações se ampliaram para a denúncia dos espancamentos e maus tratos conjugais. Será a partir de 1990, com o desenvolvimento dos estudos de gênero, que alguns autores começam a utilizar a expressão "violência de gênero" como conceito mais amplo do que "violência contra a mulher" (Almeida, 2007).

O conceito de violência de gênero não só abrange as mulheres, mas também crianças e adolescentes como objetos da violência masculina, que no Brasil é constitutiva das relações de gênero. É também muito usado como sinônimo de violência conjugal, por designar diferentes formas de violência envolvendo relação de gênero e poder, como a violência perpetrada pelo homem contra a mulher, a

violência praticada pela mulher contra o homem, a violência contra e entre mulheres e a violência entre homens (Araújo, 2004).

Estudos realizados sobre o tema da violência contra a mulher, em Recife, no ano de 2002 e, no Rio de Janeiro, em 2003, revelaram “que visões conservadoras e tradicionais sobre o que significa ser homem estavam altamente relacionadas ao uso da violência contra as mulheres” (Medrado & Mélo 2008, p.80). O homem usaria de estratégias como a violência física, sexual, econômica, mental, etc., para reafirmar a sua masculinidade, tornando essa prática algo “natural” aos olhos da sociedade. Ressaltamos que este “poder” é um simulacro, considerando que no poder é incompatível a presença da violência, posto que o outro é reconhecido em sua alteridade. O poder enquanto estatuto de reconhecimento ratifica o outro garantindo a subordinação, o que não parece ser o caso das relações conjugais violentas.

Neste prisma podemos discutir a violência manifesta em algumas possibilidades de conjugalidades enquanto atravessada pelas “normas” de uma categoria gênero. Mas como compreender as conjugalidades? Partamos do referencial pós-estruturalista.

Os debates atuais de alguns pós-estruturalistas referem-se ao conceito de self, que também é conhecido por ego, “eu”. Ao conceito do “eu” agregam-se conceitos ontológicos, como “identidade”, “personalidade” etc. Esses e outros termos são implicações diretas da disposição teórica do self enquanto integração organizadora de experiência objetiva e subjetiva do indivíduo (Souza & Silva, 2013).

A discussão teórica sobre os relacionamentos entre indivíduo e coletividade pode ser direcionada para um campo mais palpável ao falar sobre gênero. A introdução do conceito de gênero no estudo dos relacionamentos humanos conferiu nova direção aos estudos psicológicos. Acirrou o debate e a dimensão política das

distinções entre homens e mulheres. O conceito de *self*, por sua própria acepção a-histórica e assexualizada, impede a diferenciação da opacidade discursiva científica, destruindo particularidades (Souza & Silva, 2013).

É fundamental retomar que para o pós-estruturalismo, o discurso não é uma estrutura, mas um acontecimento e como tal, pertence à ordem histórica. O pós-estruturalismo rompe com o dualismo estrutura/ação, em que o processo de identificação torna-se relevante nesse rompimento.

A desconstrução da estrutura acontece de duas formas no pensamento pós-estruturalista: (a) pensadores como Foucault e Deleuze sugerem que, ao invés de uma única e centralizada estrutura, existem múltiplas estruturas, discursos heterogêneos, relações de poder ou agenciamentos de desejos que são constitutivos da identidade, sendo estes imanentes ao campo social; (b) a segunda posição, que vem de Derrida e Lacan, enfatiza a estrutura, mas a vê como indeterminada, incompleta e instável (Souza & Silva, 2013).

No pós-estruturalismo, o sujeito e o objeto se estabelecem reciprocamente não existindo primazia entre eles. Já no estruturalismo, o sujeito é algo padronizado, que possui uma identidade fixa, imutável e determinada.

Utilizando a linha de pensamento pós-estruturalista observamos, portanto, que devemos evitar a utilização de modelos prescritivos de como os sujeitos devem se constituir e julgamentos de valor sobre qual será a melhor e a mais correta maneira de se viver.

Neste prisma, a aceitação do conceito de gênero, no meio científico, acentuou o processo subversivo de desconstrução de realidades propostas pelas comunidades social, política e científica. A conjugalidade, então, se constitui como uma relação entre duas pessoas, independente de seu sexo biológico, a cultura, o

momento histórico e outros elementos, por outro lado, irão compor aquilo que compreendemos como um “elemento” das conjugalidades fortemente demarcado pela perspectiva de gênero e atravessado por elementos que contêm a violência enquanto manifestação de supressão do outro.

De acordo com Butler (2003) não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais ou menos ‘humano’, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais vêm a limitar o ‘humano’ com seu exterior constitutivo, a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação.

Diante disto essa autora, no seu livro “Problemas de Gênero” (2003), utilizará como exemplo as travestis para relacioná-las com o seu conceito de ‘abjeto’, distinguindo assim que estas práticas seriam desafiadoras em relação às normas de gênero e sexualidade. Para ela estes abjetos são constituídos no processo de produção do sujeito, visto que não atendem a coerência implicada na matriz heterossexual reprodutiva, são, pois, sujeitos incoerentes, que produzem diferenças.

Estes seres ao desafiarem a heteronormatividade em suas dimensões reprodutiva e de diferenciação sexual, tornam-se abjetos. As travestis denunciam que inexistente simetria entre gênero, sexo e sexualidade, em suas práticas performativas elas se “fazem mulher” evidenciando em forma de paródia as fragilidades das supostas identidades de gênero (BARBOSA, 2008).

Podemos, portanto, compreender que sexo é, na perspectiva de Butler (1998a), uma das inúmeras normas pelas quais alguém se viabiliza enquanto ser, qualificando um corpo no interior da inteligibilidade.

Assim observamos que diante das práticas performativas poderá ocorrer uma desnaturalização das práticas reguladoras, mas também uma reiteração das normas heterossexuais polarizadas de gênero. A teoria da performatividade não é uma teoria deliberativa do sujeito. No caso das travestis há sim um processo de desnaturalização, entretanto, não deve ser tomado como um enfrentamento político, são provocadores, mas não capazes de modificar a norma.

Seguindo esta linha de raciocínio as categorias de gênero, raça, sexualidade, classe e idade, como marcadores sociais, são construídas sócio historicamente e marcam neste processo a produção do “humano” como já apontado. Essas categorias não podem fornecer base para a crença em uma unidade “essencial”, tornando-se necessário, assim, compreender o entrelaçamento das redes de poder destes marcadores sociais na produção das diferenças.

Assim essa realidade de subordinação do feminino é decorrente de uma construção social e cultural do universo feminino, demarcada por uma imagem negativa do feminino que seria incapaz de gerenciar os excessos de paixões, cabendo ao homem a posição (performance) de “administrador nato”, de dominador por natureza, já que a mulher por não controlar suas emoções acabou semeando os males e pecados por toda humanidade (Guedes, 2007).

Desta maneira podemos afirmar que a construção histórico-cultural das posições do feminino criaram em nossa sociedade espaços de vulnerabilidade propícios para o exercício da violência e de inúmeras outras formas de opressão e desigualdade (Guedes, 2007), o que dificulta uma possível superação das amarras com as desconstruções de atributos inerentes ao binarismo e a construção de novas relações sociais.

Ao refletirmos acerca das mulheres lésbicas observamos que a lesbiandade está associada à categoria do invertido, que é uma construção histórica, em que se inserem as “raças e classes inferiores”, com uma imagem masculinizada, pervertida e violenta; aparecendo em oposição a uma “categoria mulher” que é associada à pureza, santidade da maternidade, com etnia branca e classe média/alta; características maternal, piedosa, assexuada, frágil e pouco inteligente; o que a inferioriza e a torna incapaz de violência, ato associado à lésbica (Souza, 2012).

Por tanto, as relações, mesmo entre pessoas do mesmo sexo, estariam permeadas por vestígios de um binarismo, filho da sociedade heterossexual e hegemônica, que acaba afetando de uma forma ou de outra o convívio dos sujeitos em questão.

Nesse contexto, o crescente número de violência entre mulheres, questiona os estereótipos incorporados pela sociedade, em que, o homem é violento e a mulher, passiva, incapaz de violência.

Assim, a exemplo das relações “hetero” o amor e a paixão seriam motivos para que as vítimas continuem nesta relação demarcada por práticas de violência e subordinação. O silêncio perpetua a vivência da violência por não ter nenhum apoio da sociedade como um todo, incluindo a família e a comunidade LGBT, e os “mitos” que defendem ser a violência impensável em uma relação homossexual, que seria em tese necessariamente igualitária e harmoniosa, baseada na compreensão e amizade (Topa, 2010).

Este cenário dificulta definitivamente a tomada de consciência social da realidade de relacionamentos íntimos e a criação de estruturas de apoio e denúncias para o enfrentamento dessa problemática.

A associação aqui proposta é, portanto, a seguinte: os relacionamentos conjugais estariam demarcados por elementos de posições de gênero, considerando a característica de poder inerente a estas posições, algumas relações estariam intrinsecamente atravessadas pelo fenômeno da violência que aparece enquanto exercício do que a sociedade institui como “papel” deste ou daquele gênero. Compreender como ocorrem estas performatividades parece-nos fundamental ao estudo destas possibilidades existenciais.

Mas o que dizem os estudos sobre este tema? Pensamos que ao aprofundarmos nosso entendimento sobre o solo epistemológico Foucaultiano e sobre as teorias de gênero poderemos apontar algumas possibilidades compreensivas ao fenômeno que servirão de fio condutor para nossas análises posteriores, assim devemos apresentar o tópico seguinte.

3 DISCURSOS, GÊNEROS E SUAS COMPREENSÕES

Retomando o objetivo de compreender situações de violência nos relacionamentos conjugais entre lésbicas, em uma perspectiva de gênero, cabe discutir as estratégias adotadas para uma “(re) leitura” das falas de nossas participantes. Assim nos propomos a elaborar uma cuidadosa apresentação dos caminhos propostos à sua execução, compreendendo aqui “método” como sinônimo desta caminhada.

Propomos iniciar este caminho pela discussão da questão do método em Foucault e, ao desdobrarmos estas questões, esperamos que as contribuições butlerianas se agreguem à linha de análise proposta. Em outras palavras compreendemos que estes autores apresentam ideias “enredadas” que possibilitariam delinear uma espécie de “fio condutor” que auxiliará nesta jornada.

Foucault apresenta em sua obra não um método no sentido clássico (estruturalista), mas uma analítica de flexibilidade e mobilidade que permite reconstruir a história de determinado saber em seus processos de desenvolvimento descontínuo.

O pensamento foucaultiano sofre um profundo corte epistemológico, o que melhor o teria caracterizado como pós-estruturalista. Sua proposta de método se inicia em um período denominado de “arqueológico” em que busca uma análise do sujeito enquanto fundado por um sistema autônomo, desvinculado de possíveis relações entre os saberes e as relações políticas e econômicas, neste momento ele objetivava pesquisar e “generalizar inter-relações conceituais capazes de situar os

saberes constitutivos das ciências humanas, sem pretender articular as formações discursivas com as práticas sociais” (Foucault, 1979, p. 09).

A análise arqueológica teria como finalidade e fundamento inter-relacionar os saberes apontando o surgimento das ciências humanas, enquanto resultantes de uma rede conceitual “Digamos que a arqueologia, procurando estabelecer a constituição interna dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, respondia a como os saberes apareciam e se transformavam” (Foucault, 1979, p. 10). Seria uma história das ideias, uma escrita daquilo que já foi escrito, abandonando a investigação de uma origem e buscando descrever as regras que regem as práticas discursivas daquilo que chamamos de ciência.

Em outro momento Foucault, lançando mão de uma forte influência niilista do pensamento de Nietzsche, discute a “genealogia do saber-poder”, em que discorre sobre a possibilidade de construção dos saberes através de determinadas condições externas ao próprio saber. Neste momento, congrega em sua análise, elementos relacionais, históricos e políticos a outros referendados no poder. Assim possibilita a compreensão da produção dos saberes sobre o homem, além da constituição dos sujeitos formados por relações do discurso, sendo necessário compreender o que seriam tais práticas discursivas e de poder (Foucault, 1979).

Para compreender o que é genealogia do poder em Foucault, será imprescindível apreender o pensamento de Nietzsche com relação à genealogia.

A genealogia de Nietzsche não busca a origem histórica, pois a procura de uma origem implica a vivência de uma “essência” ou de uma “verdade” que está esperando para ser descoberta, compõe-se como algo arrebatado que se deu em determinado momento. Esta genealogia se propõe a analisar as condições de

possibilidades que orientam determinado conjunto de forças a produzir certo valor, e quais direcionamentos este “valor” imprime às vivências (Bouyer, 2009).

A relação da história para a genealogia será construída de rupturas e descontinuidades. Na analítica de poder, Foucault preocupa-se em estudar o porquê do domínio de um saber, quais condições externas proporcionam o domínio de um determinado saber. É por meio da análise das (des)construções dos saberes, que se pretende “explicar sua existência e suas transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia” (Souza; Machado & Bianco, 2008, p. 13). Será através da genealogia que Foucault, na apreciação dos “diagramas de força” irá se dedicar a ampliar seu próprio pensamento com relação ao poder e suas manobras.

Neste sentido poder não é um objeto ou um sujeito, mas uma relação. Portanto, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, partícipe de certas relações de poder e, por isso, carrega ou veicula o poder.

Observamos que temos dois conceitos centrais que nortearão nossas discussões, são eles: as noções de saber-poder e a análise do discurso. Estes elementos deverão compor uma cadeia de pensamentos que irá resultar na metodologia, ou melhor, na analítica que ora propomos.

3.1. Nuances do saber-poder

Conforme apontamos anteriormente, Foucault faz uso da genealogia para investigar como surgem e se transformam os saberes. Para Foucault o poder é visto

como um exercício e o saber uma regra. O poder se exerce de forma difusa e descontínua criando vetores ou forças que se dissipam em direções das mais diversas, o saber seria um canalizador dessas forças ou relações de poder. O saber não detém nenhuma experiência “natural” ou inovadora, porque o enunciável, aquilo que se manifesta, está vinculado às relações de poder, que são por elas mesmas atualizadas gerando estratos (Souza; Machado & Bianco, 2008, p. 13).

O “saber”, em Foucault, rompe, de início, com a tradição grega, que associava o desejo de conhecer (saber) como natural, ou inato a um sujeito que seria seu detentor, em uma unidade perfeita, com argúcia de observar o movimento que leva da simplicidade à complexidade. O conhecimento se reconhecera nas coisas em uma relação Dialógica. Foucault discorda veementemente disso ao apontar que o conhecimento é fruto da astúcia, uma invenção que não teria uma “origem” natural.

O conhecimento como toda invenção, demanda de um tempo e lugar próprios, e o que o engendra é seu motivo: uma maldade, originada da batalha entre os instintos. Ele tem como objetivo dominar as coisas: “é contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem de lutar” (Foucault, 2009, p. 18).

Nada liga o conhecimento à natureza, portanto entre o conhecimento e as coisas não há continuidade, mas diferença. O conhecimento dobra as coisas em uma relação que busca destruí-las, ele quer dominá-las. O sujeito, demarcado pela guerra, é fruto da luta entre instintos, assim não há sujeito uno (a unidade não tem partes). O conhecimento é uma relação estratégica, generalizante, é a luta singular do homem com o objeto que ele quer dominar (Foucault, 2009).

Saber, em suma é poder, resultado de lutas constantes e cortantes: “É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (Foucault, 1979, p. 28). Compreender a noção foucaultiana de saber passa pela apreensão de dois conceitos essenciais: a ordem do discurso e o conceito de regime de verdade (Foucault, 2005).

Compreendendo o saber em si, partimos para suas condições de produção e circulação, sua economia, ou, conforme define Foucault (2005) sua ordem, a ordem do discurso:

(...) suponho que em todas as sociedades a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade” (Foucault, 2005, p. 9).

O Discurso é aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. Devemos, portanto considerar que não existe discurso neutro, desinteressado, ele estaria intimamente ligado a desejo e poder. Cabendo a ressalva: diferente do que pontua a psicanálise o discurso não é apenas o que manifesta ou esconde o desejo, ele é, em si, o próprio objeto de desejo e objeto de luta (lutamos para dominar o discurso) (Bouyer, 2009).

Neste cenário de lutas constantes cria-se um regime, ou ordem, que seleciona “quais discursos” são ou não válidos ou interessantes, há procedimentos de controle internos e externos nesta seleção. Os procedimentos internos são exercidos do discurso sobre si mesmo a título de ordenação, classificação. Visam o controle da aparição do discurso fixando regras de surgimento e significação (por meio da disciplina), e de sua circulação ou funcionamento, qualificando os sujeitos que falam e não permitindo sua permutabilidade, excluindo todo conteúdo inassimilável como heresia. Os procedimentos externos de controle do discurso,

também falados como procedimentos de exclusão, orientam aquilo que entendemos como regime de verdade (Veiga-Neto, 2007).

Foucault (2005) define que existiriam diversos mecanismos de controle externo do discurso. Entre eles estariam a restrição da enunciação ou interdição, que pode ser definida em linhas gerais como: “não se tem o direito de dizer tudo (...) que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, p. 9, 2005). Este mecanismo estaria respaldado em três principais modalidades: o privilégio de quem fala, o tabu do objeto e o ritual da circunstância. Outro mecanismo seria a rejeição do discurso, na qual se utiliza um determinado aparato do saber para apontar a inadequação daquela fala (Foucault utiliza como exemplo a loucura).

Finalmente a vontade da verdade, um procedimento de exclusão, arbitrário, ancorado institucionalmente e eminentemente histórico. Ela “administra” nossa vontade de saber apoiada em toda estrutura de livros, escolas, laboratórios, universidades, orientando formas de valorização, ou não, formas de distribuição e atribuição exercendo coerção sobre os demais discursos.

Alguns discursos funcionariam regendo os demais, funcionando como verdade, com regras de enunciação, técnicas de obtenção, definição de um estatuto próprio de quem gera e define a verdade. Portanto, poder e verdade (saber-poder) fundem-se em uma relação difusa e circular em que o poder produz e sustenta a verdade, que por sua vez produz os efeitos do poder. Assim a verdade pode ser conceituada discursivamente, nas palavras de Foucault: “Entendendo, por verdade, (...) o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder (Foucault, 1979, p. 13). Ele diz também que há uma luta em torno do estatuto da verdade.

A partir deste “regime da verdade-poder” seria possível compreender as maneiras de constituição da própria verdade incitada pela política e economia, difundida por um imenso conjunto de instituições e aparelhamentos, objeto de confrontos sociais, e eminentemente centralizada pelo discurso científico. Essa “verdade” estará presente na fundação do sujeito.

Observam-se três dimensões autônomas, mas que se implicam constantemente na constituição do indivíduo: saber, poder e si. Saber é determinado pelo visível e o enunciável. O poder é determinado por meio das relações de forças. O si é determinado pelos processos de subjetivação. Assim, não existem sujeitos, mas processos de subjetivação.

A subjetividade anuncia relações de poder-saber, que modelam, alteram, que em suma, dobram e desdobram o indivíduo, ao passo em que irrompem com a concepção intimista de subjetividade. Portanto, para Foucault, inexistente subjetividade, o que existem são processos de subjetivação que seriam expressões da história de nossa época demarcadas em nós mesmos, o que chamamos de personalidade. A própria noção de que somos únicos e nos diferenciamos de todo restante da população do mundo já seria em si um reflexo de nosso momento atual:

Nós somos atravessados por toda uma complexa teia de aspectos desejantes, políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, familiares, culturais, afetivos, televisivos... Entretanto, cada um de nós tem uma história de vida que é singular, mas que não é interior (Souza; Machado & Bianco, 2008, p. 21).

Concluindo, é verificado que há três concepções fundamentais com relação ao poder em Foucault: a primeira é que o poder tem como característica ser negativo e positivo, desta maneira forma o indivíduo. A segunda é que o poder é um exercício e não deve ser possuído. A terceira, o poder transpõe a dicotomia dominante e dominado.

Foucault irá instituir uma analítica de poder, e não uma teoria, pois não busca fixar definições a procura de verdades, mas acompanhar as metamorfoses das relações de poder. O poder não é ele que se exerce, portanto não há uma essência, nem detentores do poder-saber, ele se manifesta de forma difusa em uma intrincada relação de forças. Sendo assim, o poder cria relações de força, jogos, regras e dispositivos que se revelam nas práticas sociais. Em resumo, para Foucault “o poder não existe”, o que existe são relações e práticas sociais onde o poder é exercido, é nos discursos que se torna visível em seus jogos e manobras (Souza; Machado; Bianco & Souza 2007).

Para discutirmos os mecanismos que instituem o poder como verdade, devemos compreendê-lo em ação, seja nos discursos que o produzem, seja nos movimentos a que somos vitimados. Não se trata de descrever o poder em si, mas de buscar encontrá-lo na intensidade e constância de determinadas relações (Ferreirinha & Raitz, 2010).

Somos compelidos a produzir “verdades” pelo poder que a exige e que dela necessita para funcionar. Estaríamos condicionados a dizer ou encontrar as “verdades” do poder, sendo este caracterizado como uma ação sobre ações (Foucault, 1999). Estas verdades são, segundo Foucault, reguladas pela disciplina, compreendida aqui como uma maneira de punir, como um micro modelo de um tribunal. É por esta disciplina que observamos as relações de poder operando sobre os corpos, tornando-os dóceis e úteis, estejam produzindo uma tecnologia sobre a vida que agrupa os efeitos do convívio em coletividade (Foucault, 1999).

Objetivando compreender estas dinâmicas deveremos procurar possíveis homogeneidades produzidas no fundo de determinada episteme.

Foucault usa a palavra episteme para designar - o conjunto básico de regras que governam a produção de discursos numa determinada

época, em outras palavras, episteme designa um conjunto de condições de princípios, de enunciados e regras que regem sua distribuição, que funcionam como condições de possibilidade para que algo seja pensado numa determinada época. Uma episteme funciona informando as práticas (discursivas e não-discursivas) e dando sentido a elas; ao mesmo tempo, a episteme funciona também em decorrência de tais práticas. (Veiga-Neto, 2007, p. 115/116).

Estas condições de possibilidade orientam as manobras e jogos de poder, atuando na subjetivação, na constituição mesma dos sujeitos, assim compreendê-las em sua multiplicidade de dimensões e representações é estruturante para a psicologia. Estes corpos “conformados e docilizados”, forjados em meio às ações do poder, são estabelecidos na e pela disciplinarização que bloqueia o poder em ação naquele sujeito.

Para compreendermos os sujeitos devemos atentar que cada sociedade em cada tempo tem seu regime de verdade, seus discursos que se fazem funcionar como verdadeiros e norteiam as relações. As formas através das quais cada um é sancionado, as técnicas e jogos utilizados na aquisição das “verdades”, o status daquele que é autorizado a “dizer o que é verdadeiro” nos possibilita uma aproximação compreensiva dos funcionamentos destas relações (Ferreirinha & Raitz, 2010).

Considerando que a linguagem se apresenta como fortemente ligada a sociedade, Foucault (1999), compreende que estes discursos já circulam há muito tempo, e analisando-os seria possível visualizar como as conexões estabelecidas entre as palavras e as coisas, são tênues, reflexos de regras inerentes às práticas discursivas. As práticas que induzem a internalização inquestionável destas verdades, chamadas de tecnologias do eu, são oriundas, portanto de tecnologias do poder que produzem as subjetividades. A analítica genealógica Foucaultiana possibilita compreender estas dinâmicas nos afastando de uma visão reducionista da sociedade.

3.2 Os discursos e suas análises

Foucault não trabalha com unidades tradicionais de teoria ou esquemas postos aprioristicamente, ele preferiu investigar um conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo e próprio, sistema de regras, ao que denominou formação discursiva. Estas formações não devem fechar-se em unidades, dado seu caráter histórico, portanto temporal, e não imanente. Entretanto, o autor fala que é possível analisá-las a partir de sua confrontação com outros agrupamentos discursivos que as cercam.

Em suas obras Foucault constrói todo um arcabouço de conceituações e noções que possibilitam uma teorização-crítica das práticas discursivas e não discursivas e das relações de poder que as sustentam, o que possibilita pensar o “pensamento” e a “realidade” em termos relacionais, em suas tensões e conflitos que invariavelmente possibilitam desmanchar e reconstruir vivências, normas lugares e papéis.

Ele não apresenta uma teoria, no sentido de um corolário definido e sistematizado, nem tão pouco trata de propor um método o que, por outro lado não nos impede de buscar um esboço dos caminhos por ele percorrido. O corpo teórico Foucaultiano constitui uma teorização, como um conjunto inacabado e permeável de práticas que se valem de diferentes métodos. O método aqui deve ser entendido não como ponto de partida, mas como ponto de chegada de cada caso, Foucault não usava nenhuma teoria apriorística que lhe dissesse quem é o sujeito, ou como se deveria analisá-lo (Veiga-Neto, 2009). Foi em meio a aproximações compreensivas

que Foucault delineou uma série de possibilidades de análise daquilo que tomou como elemento central de reflexo dos jogos de poder: o discurso.

Foucault (1986), no estudo “Arqueologia do saber” define discurso como o conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação; assim se poderia falar de discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural, discurso psiquiátrico. Daí decorre em Foucault a noção de dispositivo e, finalmente de prática que enlaça a análise do discursivo com o não discursivo, ele utiliza a noção de linguagem para definir o que entende por discurso, por práticas discursivas.

Diferente de uma ação concreta e individual de pronunciar este ou aquele discurso, a prática discursiva constitui-se como todo conjunto de enunciados que formariam o fundamento mesmo das ações. Isso significa que nossas práticas discursivas formam, sistematicamente, o mundo de que falamos, nossa maneira de compreendê-lo, de significá-lo (Veiga-Neto, 2007)

O discurso excede a menção a “coisas”, há mais além do que palavras ou frases, não se pode apreender um acontecimento de forma completamente neutra. Para Foucault (1986) analisar o discurso seria compreender as relações históricas, de práticas visíveis que estão presentes nos discursos, será compreender as falas como práticas sociais inexoravelmente vinculadas às relações de poder.

Uma formação discursiva congrega um conjunto de casos enunciativos. Sendo assim a questão fundamental para a análise do discurso deve ser a verificação sobre qual é “essa irregular existência que surge no que se diz e em nenhum outro lugar” (JERONYMO, 2005, p. 137). O enunciado, produção de determinado saber, é resultado de diversos sistemas de controle da palavra, resultante de diversas práticas restritivas, tanto daquelas que limitam o que pode ser

dito, quanto daqueles mecanismos que delimitam os horizontes da produção e recepção do sentido.

Segundo Foucault (1986), o enunciado em si não constituiria também uma unidade, pois ele se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem: ele é sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente.

Não existe enunciado que não seja amparado em um anexo de signos, mas o que é de suma importância é o fato de que seu emprego distingue-se por quatro dados básicos: “um referente; um sujeito; um campo associado; e uma materialidade específica” (Fischer, 2001, p. 202).

Apresentar um enunciado, assim sendo, dar conta dessas particularidades, é entendê-lo como acontecimento. Ao delimitar uma formação discursiva possivelmente descobriremos algo dos enunciados. Mas o que é de fato formação discursiva? Nas palavras do próprio Foucault são:

(...)um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (Foucault, 1986, p. 82).

Ao analisar determinado discurso, não permanecemos perante a manifestação de um sujeito, mas lidamos com uma “entidade” disseminada e descontínua. Os saberes que compõem cada argumento, cada enunciado deste discurso pertencem a uma complexa rede de forças de poder, assim, será possível ao apreender os significados dos jogos e manobras a que este poder difuso submete e disciplina práticas sociais, compreender a própria fundação do sujeito em suas variadas condições de existência.

Afirmar que enunciados são povoados, em suas margens, de diversos e tantos outros distintos enunciados, assegurando a ação do interdiscurso e da complementariedade na luta dos diversos campos de saber-poder “[...] considerar a interdiscursividade significa deixar que aflorem as contradições, as diferenças, inclusive os apagamentos, os esquecimentos; enfim, significa deixar aflorar a heterogeneidade que subjaz a todo discurso” (Fischer, 2001, p. 212).

Este conjugado de enunciados referente a uma mesma formação discursiva (discurso) nos induz a afirmar que as palavras alteram sua própria definição quando atravessam de uma formação discursiva para outra. Isso fica evidente nos atos discursivos que retornam para a composição de um campo autônomo, observados que tais atos discursivos ganham sua autonomia depois de serem “aprovados”.

De acordo com Foucault (1986) para se chegar a uma formação discursiva, é preciso descrever certo número de enunciados que se remeta a um mesmo objeto, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. A formação de um objeto fica condicionada a alguns critérios: a demarcação das superfícies de sua emergência (em que condições históricas surgiu o objeto); as instâncias de delimitação (os mecanismos formais e informais de delimitação do objeto); e as grades de especificação (sistemas empregados para a separação dos objetos entre si).

Contudo se existe uma unidade em um discurso, esta não se deve a uma coesão visível e horizontal entre os objetos, mas do sistema que torna aceitável a sua formação. O conhecimento das estratégias discursivas é a circunscrição do jogo complicado de interações da proposição de totalidades e caráter, abstraimentos e efetivações: “definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática” (Foucault, 2004, p. 82-83).

Nesta perspectiva discursos são dispersões e cabe ao analista justamente descrever essa dispersão, pesquisar se os elementos que os constituem possuem uma regularidade, uma ordem em seu aparecimento, correlações em sua simultaneidade, posições determinadas em um espaço comum, transformações ligadas e hierarquizadas. Para isso, os analistas devem buscar as “regras de formação” que regem os discursos.

Ao acolhermos a perspectiva Foucaultiana de atuarmos como “analistas genealogistas” descrentes de uma metafísica, devemos ter o cuidado de escutar a história percebendo o segredo de que elas são em si destituídas de essência, e que aquilo que se lhes atribui como essência não passa de uma mera construção feita de peças estranhas e diferentes dela, atendendo a determinada manobra do saber-poder.

É preciso buscar as marcas de um saber que delimitaram condições específicas de existência e dá corporeidade à determinada relação social. Em busca das descontinuidades históricas, o genealogista deve buscar seu material de análise entre os restolhos, nos porões, para reencontrar o não convencional, a irregularidade, as rupturas de um saber que será essencialmente um “saber sujeito”, desnudado de traços ideais (Bouyer, 2009).

A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações. A emergência se produz sempre em um determinado estado das forças. A análise da Herkunft² deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas, ou ainda a tentativa que elas fazem – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento (Foucault, 1979, p.222).

A insurreição destes saberes sujeitos orienta-nos a busca dos sistemas de práticas, com seus jogos e regras, que emerge de um saber gerado por uma matriz

² Origem

de poder disciplinar, que conforma corpos e vivências. Nosso objetivo é compreender o “campo de batalha” onde esses saberes se dão, apreendendo seus sentidos.

Para falarmos em “sentido” nesta perspectiva devemos atentar para o fato de que se determinada coisa faz sentido é porque este sentido foi produzido pelo, pois o sentido é uma afinidade em que o ser humano encontra alterações, irregularidades, formulando assim novas proeminências. “O fazer sentido é efeito dos processos discursivos que envolvem os sujeitos com textos e, ambos, com a história” (Jeronymo, 2005, p. 135).

Um próximo e fundamental passo a tomarmos é encontrar as regras que definem as condições de existência dos acontecimentos discursivos. O discurso relaciona a língua com outras práticas sociais

a) conceito de formação discursiva como discursos organizados, e as condições a que estão submetidas os elementos de uma formação discursiva; b) campo enunciativo, “enumerado como singularidade de acontecimentos. Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (idem: 32); c) discurso como uma prática, onde existe uma articulação das outras práticas discursivas. “questiona o enunciado e o sujeito que fala através do outro”. (idem:42); d) “questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal a manifestações e o instrumento de uma pertença – pertença de classes, de status social ou de troca, ou de aceitação”.(idem:43). Aqui temos uma concepção de discurso como jogo estratégico (Jeronymo, 2005, p. 136-137).

Não se busca, portanto uma confirmação, ou validação do dado colhido, mas de estabelecer uma análise descritiva que permita-nos estabelecer elos de entendimento das noções teóricas às vivenciais.

A metodologia foucaultiana que orienta a visão de um analista de discursos sociais admite problematizar a relação entre verdade e conhecimento, valores, instituições e práticas sociais de onde os discursos surgem. Neste discernimento, ao

pesquisador competiria a instalação de um arquivo que confirmasse o jogo de regras do advento desses discursos.

3.3 Um conceito multilinear: gênero ou gêneros?

A compreensão pós-estruturalista superou a concepção de papéis sociais femininos, masculinos e os esquemas binários que eles pressupõem, ampliando a compreensão de gênero para além de um constituinte da identidade.

“As “identidades” serão aqui tratadas como relacionais, débeis construtos pessoais resultantes de repetições estilizadas de comportamentos atribuídos a este ou àquele gênero” (Rabelo & Amazonas, 2014, p.1281) . As identidades demarcadas pela diferença têm em seu cerne símbolos concretos que ancoram as identificações. Assim, a construção destas identidades pode ser compreendida tanto simbólica quanto socialmente e a afirmação desta ou daquela identidade se constituiria em uma luta com causas e conseqüências materiais. Neste caso, em um sistema que tem o homem como elemento de dominação, as mulheres seriam significantes de uma identidade partilhada, ou seja, os homens seriam “sujeitos”, referência e as mulheres uma contra referência demarcada pela incompletude, posto que algumas diferenças são apontadas como mais importantes que outras (Silva, 2000).

Nesta leitura, compreendemos que as definições do que seria “apropriado” para o masculino e o feminino correspondem a determinações de um jogo de poder. Este autor apresenta uma perspectiva de poder enquanto relacional, que ocorre no

cerne das vivências humanas, em todos os momentos e em todos os espaços da vida social cotidiana em que os “sujeitos” vivem suas práticas, jogos e lutas.

De fato, a pessoa não vive e nem se faz sozinha e sua trajetória tem uma implicação histórica e social, ou seja, sua forma de ser e estar no mundo tem a ver com as condições contextuais e existenciais que marcam toda sua vida, que poderíamos definir enquanto condições de possibilidades. Para Foucault, um dos principais objetos da sujeição seriam os corpos e as vivências que deles derivam. Seria fundamental, portanto, compreender como este poder se manifesta através de práticas reais e efetivas.

Estas “práticas relacionais” são comumente vivenciadas e reproduzidas socialmente enquanto elementos de aproximação, congregação e reforço de vínculos de afetividade, presentes nos mais diversos grupos sociais, reflexos dos relacionamentos íntimos.

Esta perspectiva estaria fortemente enraizada em nossa “cultura” e história. Cabe, portanto, retomar as construções destes “lugares” de mulheres e homens na sociedade, buscando compreender estas dicotomias. Neste sentido, toma-se a obra de Laqueur (2001) que apresenta uma historiografia de corpos e prazeres, situando seu trabalho em meio a debates acerca das narrativas científicas e históricas a respeito de sexo e gênero. Ele inicia examinando textos biológicos objetivando demonstrar que os mesmos atendiam a interesses não biológicos. Segundo esse autor, o modelo de sexo binário, homem e mulher, foi socialmente forjado ao longo de séculos no intuito de justificar uma dominação.

O autor aponta que foi Aristóteles, aproximadamente no século 300 a.C, o responsável pelo lançamento das “bases” do que se tornaria pelas mãos de Galeno, cinco séculos depois, um modelo do sexo único. Os postulados aristotélicos da

geração e reprodução, associados ao modelo grego dos quatro humores, serviria como eixo das propostas e entendimentos de Galeno.

Para Aristóteles, as diferenças entre homens e mulheres se constituíam através da metafísica. Existiria uma causa imaterial capaz de explicar e diferenciar os sexos, esta causa não se basearia no social, mas em uma “verdade natural”, em outras palavras, as distinções seguiam a ordem da natureza. Sua teoria não estava comprometida com a ciência natural da anatomia, mas com “verdades maiores”, que ele ilustraria apontando as diferenças dos corpos.

Por outro lado, é fundamental destacar que natural aqui não se refere à natureza ou ao biológico, não importavam, portanto, as diferenças anatômicas. A ordem da natureza estaria caracterizada por algo imaterial, divino, assim difícil de ser compreendido ou questionado. Para Laqueur (2001), Aristóteles funda uma discussão ontológica para a diferença entre os sujeitos. O sexo teria a função exclusiva de gerar.

O homem forneceria o esperma já constituído de todo o necessário para a formação de uma criança, a mulher serviria como receptáculo que daria forma ao filho. Evidencia-se a forma hierárquica da natureza aristotélica: o homem seria o principal gerador e a mulher, aquela que espera (passiva).

Em suas explanações ao se aproximar do modelo do sexo único Aristóteles recai em uma série de paradoxos, pois ao remeter à concepção e gestação, embora reconheça um só corpo, descreve funções específicas do masculino e do feminino. Entretanto cabe ressaltar que seu objetivo maior era utilizar os corpos para ilustrar verdades construídas a partir de explicações metafísicas. A concepção dos gregos se afastava das diferenças anatômicas ao ponto de utilizarem palavras indistintas

para nomear os dois sexos. Existiria uma verdade absoluta para além da matéria que definiria as diferentes funções atribuídas a diversos gêneros.

Tendo como principal referencia as ideias aristotélicas, séculos depois, Galeno apresenta seu modelo de monismo sexual. Para tanto, complexificou estas ideias e as associou à teoria dos humores, conforme citado anteriormente. O masculino estaria associado aos humores quentes, ao passo que o feminino o estaria à ausência de humores. É através desta compreensão que foi criado o modelo de equivalência entre aparelhos genitais. Os sexos seriam diferentes diante dos humores, mas iguais anatomicamente: pênis interno e pênis externo. O sexo biológico antes do século XVII era de ordem sociológica, e não ontológica, “Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis” (Laqueur, 2001, p.19). O modelo galênico foi utilizado por mais de mil anos na cultura ocidental.

Este modelo, embora proponha a homologia morfológica, pauta-se claramente por uma hierarquia. O corpo feminino seria definido em relação ao modelo masculino (o corpo perfeito). A fêmea seria definida pelo que lhe falta em comparação ao macho, o que remete a inferioridade do primeiro em relação ao segundo:

(...) os olhos da toupeira têm a mesma estrutura dos olhos dos outros animais, só que a toupeira não enxerga. Seus olhos não abrem (...). A genitália da mulher também “não abre” e permanece em uma versão imperfeita do que seria se fosse projetada para fora (Laqueur, 2001, p.43).

Um sexo poderia se transformar no outro, respeitando-se a cadeia hierárquica. Em outras palavras a mulher recebendo o calor vital poderia se transformar projetando seu genital para fora. Os fluidos também eram representativos desta distinção posto que ao homem estaria associada a potência,

ou seja, o homem detém a semente forte e a mulher a semente fraca (sem o sêmen a mulher poderia conceber monstros).

Laqueur ao apresentar estes modelos esclarece partir de uma concepção multicausal, na qual o sexo também é situacional e inscrito nas relações de gênero e poder. A sexualidade seria uma forma de moldar o self na carne, em outras palavras a cultura não nos licencia a ignorar o corpo. Os corpos estariam circunscritos na ordem social, sendo nela também objeto de construção.

Compreendendo gênero como um construto puramente social, Butler (1998b) afirma que a dicotomia sexo/gênero estaria vinculada à tradição ocidental de oposições metafísicas, segundo ela, a desconstrução da concepção de gênero permitiria desvincular este conceito de uma classificação que tem fins exclusivamente hierárquicos. Para ela o “tornar-se mulher” definido por Beauvoir é resultado de uma compulsão cultural, que não deriva do sexo, portanto, nada garante que o ser que se torna mulher seja uma fêmea (ou um macho).

Tal dicotomização parte do princípio de naturalização do sexo e construção/reprodução sociocultural do gênero, gerando um modelo binário. Butler descola da conceituação de gênero a vinculação naturalizada ao sexo e aprofunda a discussão apontando como tal relação é arbitrária (Butler, 2003a).

Em outras palavras: se não há uma essência de sujeito, e inexistente a distinção sexo/gênero, não é possível construir uma equação em que gênero decorra de determinado sexo. Butler afirma que esta associação entre os conceitos seria supostamente natural, pois na teoria que define a identidade dada pelo gênero, e não pelo sexo (cultural X biológico), existe uma aproximação com a ideia de essência. Dito de outra forma, se sexo é biológico, natural, e gênero é uma construção social, ou determinante cultural, este último seria uma expressão de uma

essência do sujeito. Haveria, para Butler (2001), uma unidade metafísica nesta relação.

Em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, essa autora propõe discutir gênero como atos performativos. Para ela o gênero como ato performativo pode se manifestar em qualquer corpo, desvinculando-se, portanto, da tradição que vincula inexoravelmente corpo a gênero. O corpo, neste estatuto, não seria apenas algo natural, mas uma superfície politicamente regulada.

Butler afirma que o gênero não deve ser compreendido como uma instância fixa, ou identidade estável de onde decorrem atos diversos; para ela gênero é uma identidade fragilmente construída ao longo de anos de uma “repetição estilizada de atos”. Estaríamos falando de um “efeito do gênero”, que se produz pela e na estilização do corpo. De outra forma gestos e estilos corporais constituiriam a ilusão de um eu marcado pelo gênero (Butler, 2003a).

Com a concepção de gênero como performance, Butler (2002) pensa o corpo como tão cultural quanto o gênero, além disso, ela também desconstrói a consideração metafísica da identidade (de gênero). Discute que não existiriam identidades precedendo o exercício das normas de gênero, pois o próprio exercício acaba por criar as normas. Porém, chama também a atenção, de que a repetição dessas normas como performance acabam por criar possibilidades de burlá-las.

Retomando Laqueur, observa-se, portanto, que a própria ideia de dois sexos, embora aparente ser um avanço da ciência, significa muito pouco em uma conjuntura sociocultural marcada por séculos de dominação. Só houve uma “constatação” das diferenças anatômicas respondendo a um clamor social associado a múltiplas causas. “Dois sexos’ aqui, refere-se, não aos claros e distintos tipos de seres nos quais pensamos quando falamos de sexos opostos, mas às delicadas

nuances do sexo único. Não há, por exemplo, gênero inerente ao desejo, logo à cópula” (Laqueur, 2001, p.66).

A rigidez identitária, estaria assim fortemente baseada na possibilidade de dominar e controlar corpos, e conseqüentemente grupos sociais. Assim, retomando a perspectiva histórica de Laqueur (2001) é fundamental observar que na construção dessa diferença existem dois elementos fundamentais para discussão: uma mudança epistemológica e outra política. A primeira responderia à “revolução científica”, e percepção do corpo em relação ao cosmos, abandonando o isomorfismo. A segunda estaria ligada a um reconhecimento, ainda que tênue, da mulher como sujeito social que surgiu somente a partir da gênese de outro contexto político, fundamentalmente demarcado pela dicotomização entre público e privado, mulheres e homens, defensores e “combatentes” de uma autonomia feminina.

Para Laqueur (2001) a fundação da diferença estaria, portanto, sob a égide de uma perspectiva utilitarista, portanto sem nenhum vínculo “transcendental”, a propalada “força” e superioridade dos homens em contraste com a incapacidade feminina (ligada eminentemente à reprodução), serviriam como mecanismo de manutenção do poder e conseqüente opressão. O corpo passaria a ser a base do social.

Através do corpo foi possível expressar demandas de diferentes contextos de opressão em políticas e práticas fortemente apoiadas pela ciência. Para Laqueur os lugares instituídos em uma suposta “política de gênero” afetou diretamente a interpretação científica e, conseqüentemente, sua produção e reprodução. Para ele o gênero é parte da ordem das coisas (não uma ordem natural, mas instituída) assim o sexo não tem uma sólida base corpórea (Laqueur, 2001).

Laqueur se contrapõe, assim, a uma análise naturalista que estabeleça causas estanques para as construções históricas da diferença. Por outro lado, aponta a possibilidade de múltiplos arranjos em momentos históricos diversos, embora defenda ser possível observar “proeminências” de lugares-interesses-poderes. O autor demonstra como estas construções, muitas vezes ilusórias, garantem o controle de uma minoria.

Ainda nesta perspectiva, retomando Butler (1998b), observa-se que sendo o gênero uma fantasia instituída e circunscrita sob a superfície dos corpos, os “gêneros” não poderiam ser nem verdadeiros nem falsos, mas produções dadas como efeitos de verdade de um discurso sobre identidade.

Buscar lugares entre feminilidades e masculinidades não seria o caso, ao invés disso, Butler propõe que se deve compreender e aceitar a instabilidade e oscilação que estes lugares instituem, abandonando o que chama de “comodidade metodológica” (Butler, 2003a).

Os gêneros performativos, conforme pensados por Butler, não comportam essências ou identidades em suas representações corporais (Butler, 2002). As performances sociais, obedecendo a um caráter contingente e volátil, desconstruem as noções de sexo essencial, feminilidades e masculinidades fixas e rígidas, posto que estas também são construídas objetivando ocultar as possibilidades performáticas que ameaçariam a dominação masculina e heterossexual.

Fica claro aqui que a proposta butleriana pretende problematizar a categoria identidade como mais uma forma de opressão e tentativa de “normatização” e “normalização” social, seu posicionamento é, portanto, eminentemente político. Para ela utilizar o termo “mulheres” para designar uma identidade comum constitui-se em uma grande perda política e teórica, ela propõe, portanto, desconstruir este estatuto.

Segundo ela uma desconstrução da identidade não recai em desconstrução política, pelo contrário, estabelece os termos pelos quais as identidades são articuladas como elementos políticos (Butler, 2003a).

Qualquer tipo de universalização da categoria mulher produzirá inevitavelmente facções. Identidades são sempre normativas e exclusivistas, “mulher” deveria designar, portanto, um campo infinito de diferenças indesignáveis, assim o termo se tornaria uma possibilidade oscilante de aberturas e ressignificações constantes. Nesta perspectiva desconstruir o sujeito do feminismo não implica uma censura à sua utilização, mas ampliar e libertar o termo em uma “lógica” múltipla, emancipando-o de ontologias racistas ou maternais a que esteve vinculado, possibilitando a emersão de significados diversos.

É fundamental apontar que não se pretende abandonar a categoria “sujeito”, afinal, toda luta feminista se baseia na construção das mulheres como “sujeitos de direitos”, nas palavras de Butler:

Há o refrão que, justamente agora, quando as mulheres começam a assumir o lugar de sujeitos, as posições pós-modernas chegam para anunciar que o sujeito está morto (há uma diferença entre posições do pós-estruturalismo, que afirmam que o sujeito nunca existiu, e posições pós-modernas, que sustentam que o sujeito outrora teve integridade, mas não a tem mais). Algumas veem isso como uma conspiração contra as mulheres e outros grupos privados de direitos que só agora começam a falar em sua própria defesa. [...] Temos aqui certamente uma advertência de que na luta pela emancipação e a democratização podemos adotar os modelos de dominação pelos quais fomos oprimidas, não percebendo que um modo de a dominação funcionar é mediante a regulação e produção de sujeitos (Butler, 1998a, p.23).

Sem pretender aprofundar aqui a questão do sujeito, e de, neste trabalho, adotarmos autores que desconstruem o sujeito da modernidade, fica claro que a nossa proposta é contribuir para a desconstrução da noção rígida de unidade, possibilitando assim o surgimento de múltiplas “identidades” que englobam um sem

número de pessoas que ficariam “de fora” do grupo coeso, ou seriam estimuladas a reproduzirem performances objetivando exclusivamente a manterem-se no grupo.

3.4 Sexualidade e diferença: intersecções de ideias

Ao falarmos em “diferença” abrimos um parêntese fundamental desta discussão, a homossexualidade e suas manifestações no dispositivo foucaultiano da sexualidade. Para pensarmos na desconstrução do binarismo homem-mulher naquilo que se associa teoricamente (e politicamente) à violência de gênero, nos propomos a discutir as diferenças. Louro (2001), seguindo uma perspectiva foucaultiana, contextualiza que nos dois últimos séculos, a sexualidade torna-se um objeto de estudo para cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores que passam a constituí-la numa questão, que desde então vem sendo explicada, compreendida, regulada, educada e normatizada a partir de diversas perspectivas. Segundo a autora o maior desafio não é só assumir que as posições de gêneros e sexuais são múltiplas, mas que é impossível sustentá-las em esquemas binários.

Nesta perspectiva observa-se que a homossexualidade e o sujeito homossexual foram inventados no século XIX, a prática de sodomia até este século era considerada normal, mas será na metade deste mesmo século que passará a ser definida como desvio da norma.

Se a violência ocorre entre um casal homossexual formado por pares do sexo masculino, recaímos nas simplistas explicações de que o homem seria “violento por natureza”, então pensemos: estaria, a relação entre mulheres, livre das

manifestações de violência? A homossexualidade feminina é pouco falada e, em determinados círculos, negada enquanto possibilidade. Gayle Rubin, ao problematizar a teoria dos laços de parentesco de Lévi-Strauss, situa a homossexualidade lésbica ao problematizar a condição de submissão inexorável da mulher ao homem. Para ela ao unir-se aos pares os casais de mulheres fogem a dívida de pertença aos homens, neste caso duas propriedades masculinas (duas mulheres) estariam perdidas e mais duas seriam necessárias para substituí-las. A assimetria de gênero estaria fortemente ligada a um sistema de troca que reforça a repressão das sexualidades das mulheres (Rubin, 1986).

A homossexualidade feminina permanece durante séculos encoberta. Ao se relacionarem intimamente as mulheres “deixariam” de se tornar esposas e mães, não seriam “mulher de alguém” o que, em uma ética judaico-cristã, as personificaria. No centro deste debate reside seu significado moral: alguns a situam com caráter desviante, anormalidade, já outros colocam sua normalidade e naturalidade, mas parece que todos estão de acordo de que se trata de um ‘tipo’ humano distinto.

Ratifica-se, portanto, a utilização da noção de dispositivo da sexualidade trazida por Foucault, para a compreensão das sexualidades tidas como desviantes. O dispositivo da sexualidade, segundo Foucault (2010), produziu a prescrição de normas que interferem na constituição das identidades sexuais dos sujeitos, sejam elas homo ou heterossexuais. Entendemos este dispositivo enquanto meio pelo qual se interfere nas subjetividades e nas construções individuais referentes aos prazeres e ao corpo dos sujeitos.

Segundo Madlener e Dinis (2007), a concepção de sexualidade hegemônica segue um padrão fálico, ou melhor, um padrão em que o prazer está essencialmente

ligado ao ato sexual e principalmente à penetração, seja em relações sexuais homo ou heterossexuais.

É neste contexto, portanto, que a ideia de homossexualidade é construída historicamente, tornando-se ponto de partida para uma série de práticas e controles direcionados a estes sujeitos, práticas estas fundamentalmente repressivas, discriminatórias e, eminentemente, ligadas ao masculino, o que empurra as lésbicas para o “armário”. No entanto, estes discursos não se deram sem manifestos, pois, a despeito das ideias heteronormativas difundidas pela sociedade, os homossexuais produzem, como resistência, outros discursos sobre si mesmos, baseados na liberação sexual.

Contudo, na medida em que corpos e sexualidades se revoltam por meio de sua própria exposição, saturando a sociedade com práticas sem limites, o poder ressurge e torna a adequar estes discursos (Madlener & Dinis, 2007). Assim, suas revoltas contra a repressão são transformadas em mercado, com forte apoio da mídia, a partir da exploração econômica da erotização.

Trata-se, portanto, de inventar um modo de vida que supere as questões sexuais, posto que, a homossexualidade deixaria de referir-se a uma mera forma de prazer e de estar atrelado ao ato sexual, para representar também relações amorosas entre indivíduos, rompendo, portanto, com o discurso do senso comum de que os outros sentimentos seriam próprios dos relacionamentos heterossexuais. Nesta perspectiva, ganha força a possibilidade do reconhecimento social das uniões entre mulheres.

Para tanto, Foucault aponta algumas alternativas à construção do “modo de vida homossexual”, quais sejam: “dessexualização do prazer, buscando-se novas formas que superem o ato sexual – penetração – com o objetivo único de alcançar o

orgasmo”, a exemplo das práticas sadomasoquistas, postas como uma nova possibilidade de obtenção de prazer; e a “atualização da estética de existência” por meio da amizade, que, segundo Foucault (2005), representa uma possibilidade de relacionamento capaz de superar a identidade sexualizada imposta pela sociedade, levando a ressignificação de um modo de ser homossexual focado, quase que exclusivamente na busca do orgasmo (Madlener & Dinis, 2007).

Dentro desta concepção de vida homossexual não caberiam, portanto, as lutas por direitos iguais aos dos heterossexuais, pois estas significariam “institucionalizar e limitar uma forma de vida que pode inventar uma série de possibilidades de existência, que podem ir além do casamento, da família e da monogamia imposta pelo Estado”. No entanto, ao criticar essas lutas, os autores supracitados não pretendem desmerecê-las e, portanto, deixam claro sua importância na atual conjuntura. Em suas palavras:

(...) precisamos também reconhecer que enquanto os/as homossexuais não tiverem acesso a direitos civis, como adoção de crianças, e à “legalização” de suas uniões, por exemplo, nada poderá ser feito, a não ser que toda a sociedade civil, sem distinção, lute de forma conjunta para a transformação desses valores (Madlener & Dinis, 2007, p. 59).

Neste prisma, embora coloquem em pauta os limites presentes nas reivindicações do movimento homossexual atual, evidenciam também a importância das mesmas na construção de um campo favorável à institucionalização de seu novo modo de vida, o que igualmente impõem-nos um outro modelo de matriz teórica para sua compreensão.

No sentido de aprofundar estas compreensões, defendemos a utilização da teoria queer, que segundo Louro (2001), tem o significado de se colocar contra a normalidade, constitui-se enquanto possibilidade compreensiva para estas “diferenças”. A política queer terá seu surgimento nos anos 90 quando se passa a

utilizar esse termo para descrever trabalhos desta perspectiva teórica. Segundo Louro (2001) esta perspectiva busca desconstruir os discursos através da fragmentação de cada um dos polos binários (homem e mulher). Segundo ela cada polo contém o outro e depende deste outro para ter sentido. Abre-se inclusive a possibilidade de compreender o híbrido, com uma perspectiva multilinear e ampla.

Segundo os teóricos e teóricas queer é necessário delinear uma mudança epistemológica que rompa definitivamente com a lógica binária e seus efeitos como a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão o que nos remonta à noção Foucaultiana de poder que se manifesta sem uma linearidade definida, mas como um conjunto de forças em um “nóvelo” que resultam em construções subjetivas diversas.

Para a reflexão queer, Foucault (1986) não desenvolveu uma teoria e sim uma analítica sobre o poder, compreendendo que este fenômeno não pode ser definido como algo estático, mas como um eterno movimento de construção e desconstrução, daí decorre a expressão analítica queer. Neste referencial também observamos a substituição no uso do termo gênero pela expressão relações sociais de sexo. Para os autores Souza e Carrieri (2010) o conceito de relações sociais de sexo tem o objetivo de desconstruir a existência de duas categorias (feminina e masculina).

Retomando Laqueur (2001) observa-se que a diferença de sexos surge nos séculos XVIII e XIX, com a influência do neoplatonismo. Até o século XVIII não existia a sexualidade como algo binário e dividido entre feminino e masculino. “[...] Distinguir a mulher do homem pela particularidade do sexo foi uma preocupação de filósofos e moralistas do Iluminismo, antes de ser uma crença científica” (Souza, 2010, p. 56).

O significado de gênero é visto como historicamente construído de acordo com as relações sociais e de poder de uma época. A palavra gênero em nosso imaginário social é definidora de feminino e masculino que acaba reforçando a concepção binária de sexualidade. Os estudos de gênero em seu início foram diretamente relacionados à história das mulheres. Segundo Scott (1992) o surgimento dos estudos de gênero se deu na década de 1960 juntamente com o movimento feminista que tinha o caráter político, daí é que se usa como sinônimo de mulheres.

Mas o feminismo teve também uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico: Ele questionou a clássica distinção entre o "dentro" e o "fora", o "privado" e "público". (...) Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc. (...) Ele também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas). (...) O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a "Humanidade", substituindo-a pela questão da diferença sexual (Hall, 2006, p.44-45)

Baseados na dialética marxista, podemos definir que a “a relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única” (Souza, 2010, p.59).

Pode-se reforçar ainda que queer não é uma teoria, apesar de vários estudiosos denominarem dessa forma, mas um “pensamento queer” ou “analítica queer”. A analítica queer foi diferenciada em quatro aspectos: na forte crítica ao binarismo cultural/biológico, destruição das taxonomias de identidades sexuais, no combate a heteronormatividade e, sobretudo na desnaturalização do sexo, compreendendo que estes elementos são indissociáveis e não hierárquicos (Souza;

Carrieri, 2010). Neste prisma os relacionamentos “desviantes” serviriam como fonte inesgotável de compreensão das diferentes formas de conviver.

Neste prisma cabe ressaltar o interessante acréscimo feito pelo movimento feminista. As feministas fazem críticas à teorização do sujeito universal, do qual, participam apenas os homens, brancos, heterossexuais e burgueses, o que exclui as mulheres desse denominado sujeito universal. O universal representa a diferença e subordinação histórica para as mulheres, “o homem é o sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Mariano, 2005, p.484).

Sob esta ótica as relações de gênero compreendidas e interpretadas de várias formas; questionando-se as categorias universais e binárias (“homem/mulher”), tidas como naturais, deve-se, sob esta ótica, desconstruir a categórica identidade homogênea de Mulher, pois, quando se constrói o sujeito político universal feminista, nos referimos a mulheres brancas, heterossexuais e burguesas não às negras, lésbicas e pobres, sublinhando uma diferenciação nos problemas enfrentados por elas, ou seja, diferença dentro da categoria Mulher, daí se inserem as participantes desta pesquisa (Mariano, 2005).

No entanto, desconstruir a categoria não significa acabar com a mesma, e sim, uma resignificação e/ou libertar-se do caráter normativo que reproduz a subordinação, pois, seria sem sentido as práticas políticas feministas, que têm por objetivo lutar para a inclusão política da mulher, eliminar as diferenças sexuais (conseqüência da base da cidadania, só os homens têm representação política), a luta pelos seus direitos, pela legalidade do aborto, etc., se a desconstrução resultasse na inexistência das mulheres (Mariano, 2005).

Finalmente compreendemos que ao articular-se com as implicações de saber e poder, presentes no dispositivo foucaultiano da sexualidade, a “categoria

gênero” aqui proposta aponta para condições de existências, e construções subjetivas acerca delas. Seria fundamental, portanto, aprofundar nosso conhecimento acerca dos discursos daqueles/as que vivenciam estas práticas no sentido de delinear compreensões capazes de abarcar, ao menos em parte, a complexidade deste fenômeno.

4 CAMINHOS E ESTRATÉGIAS

Optou-se por utilizar o método qualitativo de pesquisa, por entender que é fundamental ter-se um panorama das distinções qualitativas entre as diferentes vivências sociais das participantes.

Desta forma, descrevemos uma versão possível das experiências de mulheres lésbicas em regime de privação de liberdade, que se envolveram em situações de violência durante seus relacionamentos conjugais, tendo sido denunciadas por perpetrarem violência física contra suas companheiras. Além disso, com base no referencial de Butler e com destaque para o conceito de “performatividade de gênero”, discutimos as descrições que essas mulheres fazem de suas vivências. Nossa intenção foi de aproximar os discursos construídos pela ciência acerca de “violência” e “relacionamentos conjugais” às produções destas mulheres buscando compreensões possíveis e outras teorizações que contemplem diferenças das normatividades.

Assim, embasados no método da “análise do discurso”, numa perspectiva foucaultiana, apresentamos e discutimos as falas destas mulheres, buscando compreendê-las e descrevê-las tendo como foco as construções de suas vivências e com isso apresentar uma possibilidade de método no referencial pós estruturalista.

4.1 Instrumentos:

Foi utilizada a entrevista em profundidade tendo como estímulo um álbum contendo imagens, livres e resgatadas da internet, que representam cenas de um

relacionamento íntimo entre duas mulheres. Cada uma das cinco imagens serviu como disparador para temáticas relacionadas a vivências conjugais. A primeira imagem retrata duas mulheres abraçadas de perfil, uma cena que sugere um beijo; a segunda e terceira mulheres dormindo juntas; a terceira e quarta fotos retratam cenas de discussão e brigas. Considera-se que esta estratégia permite à participante, através de recortes do cotidiano, apresentar uma visão que contemple aspectos da vida social, os quais orientam seus posicionamentos, estratégias e ações.

A entrevista constitui uma situação de interação em que a palavra é, por excelência, um símbolo de comunicação e os discursos influenciados na relação com o entrevistador. Neste sentido, acredita-se que através dos discursos das participantes será possível aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos específicos de determinados grupos.

4.2 Local da produção de dados:

Por orientação da Secretaria de Ressocialização a produção de dados foi realizada na Colônia Penal Feminina do Recife, localizada no município de Recife – PE.

A Colônia Penal Feminina do Recife – CPFR, historicamente conhecida como Colônia Penal Feminina do Bom Pastor em consequência de a administração ter sido iniciada pelas religiosas da Congregação Nossa Senhora da Caridade do

Bom Pastor, está situada na Rua do Bom Pastor, nº 1407, no bairro do Engenho do Meio, zona oeste do Recife.

Abriga atualmente mais de 600 mulheres, o que contrasta diretamente com sua capacidade que é de 150 detentas. As encarceradas distribuem-se por 33 celas com espaço físico entre 6 e 18 metros quadrados cada.

A colônia é considerada como um híbrido de presídio e penitenciária abrigando mulheres encarceradas que já foram sentenciadas, além de mulheres que aguardam julgamento. Também existem mulheres que cumprem pena tanto no regime fechado como no semi-aberto.

É fundamental aprofundar aqui a noção do 'território' em que nossas participantes se inserem. Foucault (2008) entende por território o espaço de alcance do poder circunscrito em determinada repartição espacial. Este poder se exerce até os limites de determinado território que referenda um campo relacional abrangendo todos os elementos simbólicos que o compõem.

Estes espaços são demarcados por especificidades políticas e micropolíticas, jurídicas e administrativas que lhe isola de outras extensões. Além disso, os demarcadores do poder devem residir no interior do território que necessita de uma boa disposição espacial e de papéis bem definidos, para que desta forma se consiga capitalizar o poder. Esta noção é, portanto, diferente da ideia de disciplina, pois esta não está demarcada territorialmente, mas se exerce nos corpos, ao passo em que território é uma estruturação de espaço claramente demarcada.

O poder, neste caso, se manifesta essencialmente na manutenção do território sem construir limites rígidos. É, pois, necessário construir fronteiras, espaços de troca, que permitam as circulações se fazerem, controlando-as, separando as coisas 'boas' das 'ruins', privilegiando a movimentação de uma

maneira que anule os possíveis perigos e desvios destas circulações (Foucault, 2008).

De posse deste demarcador e retomando a caracterização realizada anteriormente para ter acesso a mulheres envolvidas em situações de violência conjugal optamos por buscá-las no sistema prisional. Inicialmente pensamos encontrar mulheres que estivessem presas por terem cometido violência contra as suas companheiras. Porém, o que observamos foi que parece haver um “consenso” de que este é um ato de pouca gravidade e que não há razão para tomar uma atitude mais drástica, tal como prendê-las. Assim, partimos de uma perspectiva êmica, isto é, que busca compreender determinada vivência com base nos referenciais da própria pessoa. Buscamos, de início, informações contidas nos processos das prisioneiras, para em seguida, pedir suas próprias confirmações tanto quanto à orientação sexual quanto ao envolvimento na situação de violência conjugal. Além disso, em diferentes momentos das entrevistas, estas mulheres foram questionadas sobre a relação (vvida fora da prisão) em que as situações de violência ocorreram, com foco na ideia anteriormente descrita de conjugalidade enquanto partilha de projeto de vida. Evidenciamos assim três elementos: primeiro todas se dizem homossexuais; todas descrevem a relação com as companheiras, atuais ou anteriores, como conjugal nos moldes em que tomamos a definição de conjugalidade; por fim, todas apresentam históricos de violência com as suas companheiras, ainda que não respondam criminalmente por tal fato.

Embora suas falas versem sobre situações passadas em suas histórias de vida, devemos considerar que o momento atual em muito influencia suas condições de possibilidade de discursar, inclusive, em alguns momentos relações atuais emergem em seus discursos. Elas estão imersas no território cadeia e o sistema

prisional está mergulhado em um conjunto de características e simbolismo próprio que merecem ser minimamente esclarecidas para que possamos avançar em nossas compreensões.

As prisões no Brasil em muito se afastam do modelo disciplinar apontado pelo pensamento foucaultiano, nossa vida social é demarcada por um alto grau de permissividade e licenciosidade refletidos em dificuldades em cumprir rituais, respeitar hierarquias e burocracias que serviram de base para o funcionamento disciplinar dos presídios. A corrupção dos agentes do Estado, uma arquitetura que favorece o contato entre os presos e sua organização em poderes paralelos, não são suficientes para debelar as tensões deste ambiente (Barros, 2007).

Para Foucault (1977) a prisão se caracteriza por três elementos básicos: o isolamento social, aí incluso o afastamento dos demais detentos; o trabalho que não deve ter cunho coercitivo, mas de combate a ociosidade e liberação de tensões; a modulação da pena que consiste em considerar o comportamento do preso para diminuição do tempo de detenção.

Observamos que no cenário brasileiro muito pouco se avança neste setor, e que nossas prisões em nada lembram um possível dispositivo disciplinar. A utilização do pensamento Foucaultiano para uma possível reforma da prisão é desencorajada por Oliveira (2011). Usamos sua linha de pensamento para estabelecer uma crítica social o que em nossa cultura se instituiu como mecanismo de re-educação. As notícias policiais, o crime, tornam justificáveis os controles judiciários e policiais, são úteis ao controle da sociedade:

Afinal, a “delinquência útil” que ela produz – ou reproduz – não serviria apenas para nutrir um reservatório de alcaguetes. Em um nível mais geral, e até mesmo simbólico, a prisão alimentaria uma espécie de mundo do crime que, em oposição à “boa sociedade” – de burgueses, certo, mas também de proletários –, vai servir de álibi à manutenção e ao incremento da repressão policial que mantém o sistema em funcionamento e que, sem ela, poderia revelar-se

insuportável e gerar revoltas dos trabalhadores “dóceis” (Oliveira, 2011, p.318).

Ainda segundo Oliveira (2011) contamos com uma dupla inversão de pressupostos de uma instituição disciplinadora: os espancamentos promovidos pelos policiais ocupam o lugar do adestramento das almas; a inversão do princípio das masmorras, recai em masmorras como princípio, caracterizada por entulhar um número máximo de presos em espaços mínimos. O panóptico parece ter fracassado em nosso solo.

As prisões no Brasil não são espaços de submissão, pelo contrário, é na e pela violência que os aprisionados garantem maior visibilidade e conseqüentemente espaços e estratégias que lhes permitem a sobrevivência. Aliado a corrupção dos agentes que é caracterizada pela negociação, o preso violento e detentor de poder econômico torna-se uma liderança nos espaços em que circula. As relações pessoais se sobrepõem as institucionais, a prisão é um Estado dentro do Estado, com leis e normas próprias. Sob a linguagem do medo se estabelecem as ‘relações de poder’ (Barros, 2007).

Para Barros (2007) as diversas manifestações da violência no espaço prisional criam uma territorialização que é em si incompatível com a introjeção das normas do Estado. Ao mesmo tempo, os crimes ganham novas e aterradoras características ao passo em que o sistema jurídico se esforça para adaptar-se. Estes grupos, mais temíveis e indesejáveis tornam-se invisíveis aos processos mais brutais. A sociedade perde a capacidade de se indignar com a vitimização de pessoas que estão ligadas ao mundo do crime.

Agregue-se a este cenário as dificuldades do Estado em estabelecer um sistema efetivo de detenção e proteção a mulheres em cumprimento de pena.

Nossas participantes são este abjeto, indesejáveis, invisibilizadas de formas múltiplas: pelo crime, pela prisão, pela orientação sexual, por serem mulheres.

Minzon (2010) defende que as características de gênero são responsáveis por um forte estranhamento social ante a associação entre o feminino e o crime. As mulheres são geralmente associadas à cumplicidade com homens criminosos, ao envolvimento em crimes passionais ou a mal tratos com crianças. A realidade está distante destas concepções, as mulheres atualmente encarceradas em nosso campo são oriundas do crime organizado, líderes do tráfico, homicidas e latrocidias.

Ao que parece as prisões brasileiras simplesmente negam o feminino. Embora estejam em menor número que os homens, no sistema prisional as mulheres enfrentam as mesmas dificuldades estruturais e relacionais dos homens, com alguns agravantes, enfrentam discriminação, desigualdade e seletividade do sistema de justiça.

As estruturas que abrigam as detentas são improvisadas e mal adaptadas a suas necessidades. O sistema tem dificuldades em lidar com as gestantes, que após curto período de amamentação devem entregar seus filhos a parentes ou ao Estado. A visita íntima raramente ocorre e é vista como 'regalia' (Minzon, 2010).

Com relação a este último ponto, Oliveira (2009) acrescenta a condição de abandono a que são submetidas as mulheres encarceradas. De acordo com este autor raramente homens presos são abandonados pelas famílias, contam com suporte, muitas vezes semanais, aí incluídas visitas íntimas. Não raro se envolvem com parentes de outros presos e iniciam relacionamentos íntimos ainda detidos. As mulheres por outro lado são marcadas por sentimentos de mágoa e amargura. Sua revolta reside no abandono de seus parentes, especialmente de seu companheiro.

Ao longo de práticas e posições ocupadas na cultura carcerária estas mulheres produzem possibilidades relacionais contingentes e contextualizadas com o território em que estão inseridas. A reconstrução de valores e 'normas' acumuladas fora do espaço prisional, em geral hegemônicas e heterossexuais, é um elemento adaptativo dos mais básicos e necessários à sobrevivência. Elas estão em um inter-espaço situado entre a negação e a diferença entre o que elas se consideram e o que as normas sociais orientam sobre elas.

Neste espaço, práticas homossexuais têm outra conotação para além do desejo (Minzon, 2010). Estas práticas podem ser estratégicas tanto no sentido de preservação de afetos entre pessoas abandonadas, quanto como mecanismo de proteção pessoal e *status* alcançado.

As relações de lesbiandade são comumente retratadas como tendo características semelhantes às relações sociais de amizade, como companheirismo, ternura e apoio psicológico mútuo. Este entendimento parece enraizado em dois elementos básicos: o mito da mulher submissa e cuidadora; a associação do sexo a algo impuro, incompatível com sentimentos positivos. Se apaga a dimensão do prazer sexual como possibilidade (Barcinski, 2012).

Na cultura prisional esta posição adquire outros contornos, as relações homossexuais neste território são caracterizadas por sua condição temporal, volátil, uma ruptura com o que está além dos muros da prisão, uma reação temporária à situação contingente de estar presa. É necessário retomar o seguinte ponto: nossas participantes se declaram lésbicas e falam de relações ocorridas antes de serem presas, entretanto é fundamental assumir que no universo prisional outras vivências, como a atual, ecoam em seus discursos.

Barcinski (2012) define que as relações construídas na cadeia são um híbrido de continuidades e rupturas. Toda configuração penitenciária rompe com toda e qualquer vivência prévia, além disso, a condição de encarcerada fragiliza vínculos familiares e sociais. As configurações do encarceramento propiciariam uma continuidade nos padrões de relação extramuros; abandonadas, as presas se envolvem em afetos pseudo-familiares (mãe, irmã, filha e esposa) representando uma apropriação de modelos relacionais pré-encarceramento. É uma revivência de relações familiares que atuam como suporte afetivo. Merece destaque a contraposição entre as relações na prisão e as vividas fora dela, a relação da 'cadeia' tem maior sentido de empatia, cuidado e permanência.

O que observamos é que a entrada no sistema prisional e sua assimilação resultam na reconstrução de valores e da imagem construída de si. Este fenômeno de absorção da cultura carcerária orienta os sujeitos à luta pela sobrevivência, a adaptação a jogos e práticas oriundos da 'lei da cadeia', a lei do mais forte. Nesta contenda a diferença entre adaptar-se e resistir pode significar a morte. A vida na prisão tem sua lógica interna, é necessário compreender e seguir seus eventos e códigos (Barros, 2007).

Compreendemos fundamentalmente que os eventos não são mais que os significados que lhes atribuímos, não há nada oculto ou misterioso nos discursos, pelo contrário, em uma perspectiva Foucaultiana:

[...] nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão "vivas" nos discursos. (Fischer, 2001, p. 198).

Esta perspectiva teórica, por um lado, abre a possibilidade para uma série de leituras da realidade, por outro, nos obriga a desistir de uma série de prerrogativas bem estruturadas que nos protegem do abismo das instabilidades.

Nesta linha de pensamento é possível encontrar interpretações evidentes, entretanto, elas não nos habilitam a investigar um suposto sentido oculto, uma verdade que só o especialista estaria habilitado a encontrar.

4.3 Procedimentos de produção de dados

Foi realizada uma visita à Secretaria Estadual de ressocialização para apresentação do projeto e solicitação da autorização. A aproximação inicial com o serviço foi via setor jurídico e diretoria que objetivou apresentar a proposta de trabalho e compreender o funcionamento da Colônia. A diretoria recebeu cópia do projeto e a autorização por escrito, emitida pela Secretaria, seguindo os modelos já estabelecidos pela própria instituição.

As participantes foram contatadas, via setor jurídico. Este setor apontou, nas fichas criminais destas mulheres, aquelas que respondiam por denúncia de violência física contra outra mulher. As mulheres com este perfil foram chamadas e questionamos: que orientação sexual assumem; se afirmam ter vivido um relacionamento conjugal, antes da prisão, com outra mulher; se reconhecem ter cometido violência contra a companheira. Trabalhamos apenas com aquelas que se dizem lésbicas, que vivenciaram conjugalidade e que cometeram a violência neste relacionamento.

Foi apresentada a proposta da tese e explicada a cada participante o formato e possível periodicidade das entrevistas, que ocorreram em horários

diferentes de outras atividades desenvolvidas na instituição e respeitaram os dias destinados a visitas.

Em seguida foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e esclarecido – TCLE. Este documento (em anexo) foi lido em conjunto objetivando dirimir possíveis equívocos ou dúvidas e entregue a participante. Somente com a assinatura do termo as entrevistas ocorreram.

As entrevistas foram gravadas, com a permissão das participantes e respeitando os tempos de fala de cada uma. O tempo de duração das entrevistas foi estabelecido previamente pelo serviço jurídico com um limite máximo de 45 min.

4.4 Participantes

As participantes são mulheres lésbicas que se encontram em regime de privação de liberdade. A priori procuramos mulheres que haviam sido especificamente condenadas por terem praticado violência contra a companheira, entretanto, observamos que este tipo de crime é considerado de baixo potencial ofensivo e, por essa razão, raramente as mulheres que cometem crimes de violência conjugal são detidas, e quando o são, passam pouquíssimo tempo encarceradas (de acordo com o setor jurídico da Colônia algumas passam apenas a noite). Diante desta constatação resolvemos procurar nas “fichas” destas mulheres registros anteriores que indicassem este tipo de crime. Encontramos mulheres presas por tráfico, roubo e extorsão, que haviam, em algum momento anterior, se envolvido em situações de violência contra sua companheira.

Com a localização de sete detentas com esse perfil, prosseguimos a um contato com cada uma delas para averiguar as informações que constavam em suas fichas/processos. Das sete detentas contatadas, apenas quatro afirmaram ser lésbicas, possuírem antes da detenção uma relação estável com outra mulher e terem praticado violência contra a companheira. Vale ressaltar que existem relações na prisão que não se configuram como lesbiandade, pois há, no sistema penitenciário uma “política” relacional única em que a sexualidade opera como “moeda de troca” sem que necessariamente se associem internamente estas práticas a esta ou aquela orientação sexual. Para algumas detentas práticas sexuais homoeróticas aparecem como contingentes e “necessárias” ao bom convívio com as companheiras de prisão, estas mulheres, embora pratiquem sexo entre si, se definem como heterossexuais e afastam a possibilidade de relações lésbicas. Retomando o objetivo da tese, estas mulheres não foram entrevistadas.

O tamanho da amostra foi, portanto, definido pelo critério de conveniência. Os contatos com o setor jurídico da Colônia continuaram, objetivando localizar outras possíveis participantes, sem sucesso. As quatro mulheres identificadas aceitaram participar do estudo, após explicitação dos objetivos da pesquisa, leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

O entrevistador e as entrevistadas permaneceram no espaço designado ao setor jurídico da Colônia, acompanhados por uma agente penitenciária durante todo o tempo da entrevista. A diretoria permitiu que as entrevistas fossem gravadas, desde que as detentas estivessem de acordo. As participantes responderam a um breve questionário de caracterização sócio demográfica, segue um breve resumo do perfil de cada uma delas:

Rosa³ tem 22 anos de idade. Está detida pela terceira acusação de violência (assalto a mão armada), tem histórico de prisões anteriores por tráfico, roubo e lesão corporal à companheira – inclusive de ameaças com arma branca. Sua companheira atual foi detida na mesma ação policial que ela e também cumpre pena na colônia por tráfico de drogas. Em minha chegada à colônia soube que ela estava em isolamento (castigo) por agredir fisicamente a companheira – de quem ela se declara casada – e ameaçar outra sócio educanda com uma faca (aparentemente por ciúmes). A participante assume a aparência denominada de “menininho” pelas demais internas. Calças e camisa masculinas folgadas, chinelos, boné e cabelos curtos. Presta serviços como pedreira na Colônia. Apresenta uma postura agressiva e repete uma série de gestos que poderiam ser tidos como “masculinizados”, como coçar constantemente os genitais e abanar os punhos fechados. Fala alto e com voz grossa. Mostrou-se curiosa, explicados os objetivos e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aceitou participar.

Margarida, 27 anos, foi detida por tráfico de drogas. Tem aparência feminina, cabelos longos, muita bijuteria e maquiagem. Fala muito alto e gesticula bastante, segundo conta, é muito “querida” por todas na colônia. Narra que aos dezesseis anos registrou uma sobrinha como filha, e aos dezoito aproximou-se de um estrangeiro que buscava casamento para conseguir cidadania brasileira, entretanto não consumaram a união. Relata que tem relacionamentos com mulheres desde os quatorze anos e que viveu em um relacionamento estável de oito anos com a companheira que diz, agredia

³ Nomes fictícios.

raramente. Com a detenção foi abandonada pela companheira e envolveu-se com outra detenta, as brigas são constantes.

Violeta, 34 anos, responde ao quinto processo por assalto a mão armada. Já havia sido detida por extorsão e suposto envolvimento em assassinato. Fugiu de um orfanato aos oito anos e foi morar com um namorado mais velho com quem teve três filhos. Conta que sofria violências constantemente do companheiro. Ambos eram usuários de CRACK, e segundo relata, nos momentos de abstinência, sempre discutiam e brigavam, sempre sofria lesões corporais. Iniciou uma relação homoafetiva com uma vizinha com quem conviveu durante quatro anos, durante os quais foi detida duas vezes por lesão corporal à companheira. Uma vez presa iniciou um relacionamento com outra sócio educanda que durou um ano, em meio a constantes lesões corporais e verbais. Recentemente ficou isolada por uma semana depois de agredir com uma faca uma namorada atual com quem está há dois meses.

Cravo, 23 anos, possui características físicas masculinas. É também conhecida como “menininho” e usa um nome masculino. Realiza atividades internas para a administração da Colônia, o que lhe garante alguns benefícios, mas não é visto⁴ com bons olhos pelas demais sócio educandas. Foi detido em diferentes ocasiões por tráfico de drogas. Conta que começou a se relacionar com mulheres aos sete anos de idade. Aos quinze se prostituía para comprar drogas e durante este período teve dois filhos (supostamente de clientes). Viveu uma relação homoerótica de seis anos,

⁴ Decidimos usar o masculino, neste caso, pelo fato da própria participante se denominar desta forma.

neste período foi detida três vezes por lesão corporal à companheira. A segunda relação homoerótica durou dois anos e foi igualmente marcada pela violência. Detida, iniciou um relacionamento que se estendeu por um ano e cinco meses em que as situações de violência eram constantes e fizeram com que fosse “disciplinado” várias vezes. Atualmente se relaciona com uma mulher mais velha, ao que conta, em um envolvimento “tranquilo”.

4.5 Analítica dos discursos

A tarefa de conceituar teoricamente as propostas de uma “analítica” dos discursos apresentados pelo presente estudo requer uma cuidadosa apresentação dos caminhos e descaminhos propostos à sua “execução”, compreendendo aqui o método como sinônimo desta caminhada, pois a palavra método tem origem grega e significa respectivamente “certo caminho que permite chegar a um fim” (méthodes = meta: reflexa, raciocínio + hódos: caminho, direção).

Primeiramente é fundamental destacar que o cerne da pesquisa se refere às relações de violência, mais especificamente àquelas cometidas “contra” a mulher, por sua companheira em uma relação homossexual. Neste prisma objetiva-se aproximar o fenômeno ao construto gênero e problematizar acerca das normas, jogos e dispositivos de poder característicos de nossa cultura e momento histórico, sem associar estas manobras a este ou aquele sexo biológico, mas compreendendo-as enquanto ligadas a performatividade de gênero.

Foucault (1995) apresenta uma perspectiva de poder enquanto relacional, que ocorre no cerne das vivências humanas, em todos os momentos e em todos os espaços da vida social cotidiana, onde os “sujeitos” vivem, onde residem seus discursos, práticas, jogos e lutas.

Neste sentido a análise do discurso pode ser considerada instrumento privilegiado para análise e compreensão, na medida em que incorpora elementos subjetivos mesclados a contextos sociais. Ela fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos (Jeronymo, 2005).

Retomando os conceitos apresentados anteriormente destacamos que em uma conjugalidade, como em qualquer relação, forças agem sobre forças em uma interação dinâmica, neste sentido, não existem dominadores e dominados, mas relações de dominação que circulam a depender de diferentes condições de existência. Mesmo atentando a este fato, sem dicotomizar algozes e vítimas como extremos opostos, optamos por ouvir as mulheres “condenadas” por cometerem atos de violência, portanto, nossas participantes cometeram ‘crime de violência’, tendo o reconhecimento jurídico e inegável destas suas atuações. Além disso, será destacado em suas falas o caráter hierárquico e de supressão, sem repousar em uma possível perspectiva neutra. Todos os discursos são repletos de significados e nos propomos a compreendê-los.

A escolha metodológica das participantes repousou na constatação da pouca visibilidade dada ao “perpetrador da violência” (ou ao menos responsabilizado por isso) e nas dificuldades inerentes a localizar pessoas envolvidas em situações de violência que não estejam em privação de liberdade. O silêncio ainda é muito

comum nestes casos, esta obscuridade nos levou a buscar estas mulheres, entretanto, queremos destacar que compreendemos a especificidade de nossa amostra e não pretendemos generalizar nossos achados para outras situações de violência entre casais de lésbicas.

Além disso, compreendemos ser possível localizar na escuta dos discursos destas mulheres possíveis atravessamentos de dinâmicas, dispositivos e jogos de poder que foram aproximados às teorizações Foucaultianas, em uma leitura de sua genealogia, além de teorizações acerca de gênero. Assim, as entrevistas tiveram como foco a história da relação conjugal das participantes valorizando o vivido, mas, sobretudo, os sentidos a eles atribuídos e as “verdades” que o poder impõe.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição, etc., não existe “em si mesmo”(…) mas, ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, preposições, etc. mudam o sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as produzem, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referencia a essas posições, isto é, em referencia às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem, chamaremos, então, formações discursivas aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina “o que pode e deve ser dito” (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto; de uma exposição, de um programa, etc) (Jeronymo, 2005, p. 138).

Objetivando “alcançar” estas vivências optamos pelas entrevistas em profundidade. A entrevista em profundidade é, geralmente, extraída de uma ou mais entrevistas denominadas entrevistas prolongadas, nas quais a interação entre pesquisador e pesquisado se dá de forma contínua, ocorre ainda uma fase de questionamento dos fragmentos de discurso que devem ser reintroduzidos pelo pesquisador a fim de aprofundar os objetivos do estudo. Trechos pouco claros devem gerar outras perguntas. Exige-se assim apenas aquilo que for necessário para a compreensão do processo na história: “A história é condensada não apenas à

limitação de tempo, mas também para que o ouvinte seja capaz de entendê-la e acompanhá-la” (Flick, 2009, p. 167).

O estudo é focado nas experiências vividas antes da detenção, portanto, não serão feitos registros nem observações sistemáticas acerca da estrutura ou rotinas locais, garantindo o sigilo do próprio espaço que não é objeto de investigação. Além disso, como o foco da pesquisa é a história conjugal dessas mulheres, o crime cometido por elas, embora tenha sido eventualmente abordado, não foi diretamente focalizado.

Essas entrevistas buscaram, sobretudo, “contextualizar” as experiências vividas por estas mulheres buscando uma descrição de suas vivências sem interesses interpretativos. Assim, justifica-se a abordagem da análise do discurso enquanto método de investigação que se desenvolve sob a seguinte perspectiva: a de estabelecer a relação entre a pessoa e o mundo e, assim, fazer compreender a inquestionável implicação entre o eu e o outro, entre a singularidade de uma vida e as grandes estruturas da vida humana.

Assim as falas das participantes foram analisadas sem preocupação com a sua lógica interna, nem com nenhum conteúdo de verdade que carreguem, sem buscar neles uma essência original.

O que importa é, tão somente, lê-los e tratá-los no jogo de sua instância. Nesse caso, até mesmo os silêncios são apenas silêncios, para os quais não interessa procurar preenchimentos; eles devem ser lidos pelo que são e não como não-ditos que esconderiam um sentido que não chegou à tona do discurso (Veiga-Neto, 2007, P. 98).

Outro elemento fundamental em nossa discussão reside na utilização de um referencial pós-estruturalista de gênero, fortemente influenciado pela perspectiva Butleriana.

Butler (1997) afirma que a dicotomia sexo/gênero estaria vinculada à tradição ocidental de oposições metafísicas, segundo ela a desconstrução da concepção de gênero permitiria vincular este conceito de uma classificação que tem fins exclusivamente hierárquicos:

Beauvoir diz claramente que a gente 'se torna' mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão não vem do 'sexo'. Não há nada em sua explicação que garanta que o 'ser' que se torna mulher seja necessariamente fêmea" (Butler, 2003a, p.27).

Tal dicotomização parte do princípio de naturalização do sexo e construção/reprodução sociocultural do gênero, gerando um modelo binário. Butler descola da conceituação de gênero a vinculação naturalizada ao sexo e aprofunda a discussão apontando como tal analogia é arbitrária: "Talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma" (Butler, 2003a, p. 25).

Em outras palavras: se não há uma essência de sujeito, e inexistente a distinção sexo/gênero, não é possível construir uma equação em que gênero decorra de determinado sexo. Butler afirma que esta associação entre os conceitos seria supostamente natural, pois na teoria que define a identidade dada pelo gênero, e não pelo sexo (cultural X biológico), existe uma aproximação com a ideia de essência. Dito de outra forma, se sexo é biológico, natural, e gênero é uma construção social, ou determinante cultural, este último seria uma expressão de uma essência do sujeito. Haveria, para Butler, uma unidade metafísica nesta relação.

Para Butler é nas práticas performativas de reiteração que se dão, através das dimensões simbólicas da linguagem e da cultura, as relações, e, a partir de então, os corpos tornam-se passíveis de serem pensados. Ao inserir-se em uma matriz feminista ela estaria ainda fugindo politicamente do conceito de identidade fixa, para algo que desorganize a pluralidade, deixando em suspenso e em aberto a

questão da identidade (Mello, 2012). Retomamos assim a perspectiva Foucaultiana para análise e descrição destes discursos:

[...] o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 1986, p.56).

Buscando nos aproximarmos da ideia de “genealogia” Foucaultiana, partimos da noção de dispositivo, e de como este é operacionalizado nas relações de gênero, especificamente naquelas ligadas às violências. Centramo-nos em três características fundamentais deste fenômeno: 1) atender a elementos históricos; 2) apresentar-se como uma conceituação multilinear e dinâmica, o que possibilita compreender seu caráter performativo em especial na compreensão de fenômenos híbridos; 3) ter vinculação a outros dispositivos contemporâneos a ele, em especial aqueles ligados as diversas manifestações das violências de gêneros.

Pretendemos descrever como o “gênero”, em seu caráter de violência e supressão, teve suas manifestações agravadas em momentos históricos específicos, em especial a partir da revolução industrial em que as mulheres deveriam abandonar o espaço das ruas e estarem restritas aos “lares”.

É fundamental destacar que diversos são os fatores que atuam no sentido de agravar ou atenuar este fenômeno. Seria retórico não considerar, por exemplo, elementos como raça/etnia, condições socioeconômicas e regionais. Além disso, o caráter performativo aqui defendido possibilita que o fenômeno em tela possa ser

observado e analisado nas mais variadas situações sociais, independente do sexo dos membros que compõem as conjugalidades. Queremos aqui destacar o caráter híbrido (que comporta elementos de diversos “sexos” de forma dinâmica) de boa parte destas manifestações, utilizando ainda o conceito de paródia conforme definido por Butler.

Butler, ao analisar as performatividades de drags queens aponta a desestabilização das identidades, sem considerá-las como outras categorias identitárias. Para ela nas práticas performativas e paródicas das drag’s operar-se-ia uma “dupla inversão” que mistura uma aparência exterior feminina, com uma essência interior (corpo) masculina, e vice-versa. Ali estaria presente uma forte crítica a reificação dos gêneros, pois para Butler estas performances revelariam "estes aspectos da experiência de gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade através da ficção regulatória da coerência heterossexual" (Butler, 2003a, p. 175).

Buscar lugares entre feminilidades e masculinidades não seria o caso, invés disso, Butler propõe que se deve compreender e aceitar a instabilidade e oscilação que estes lugares instituem, abandonando o que chama de “comodidade metodológica” (Butler, 2003a).

Os gêneros performativos, conforme pensados por Butler, não comportam essências ou identidades em suas representações corporais. Gênero como performance aponta a necessidade de repetição que segundo Butler se configura numa “repetição estilizada de atos (Butler, 2003a, p.200).

As performances sociais, obedecendo a um caráter contingente e volátil, desconstroem as noções de sexo essencial, feminilidades e masculinidades fixas e rígidas, posto que estas também são construídas objetivando ocultar as

possibilidades performáticas que ameaçariam a dominação masculina e heterossexual.

Finalmente podemos ratificar o percurso realizado ao articular a categoria gênero a outros elementos atuais, considerando as prerrogativas de uma analítica queer que também nos orienta a pensar nas “novas” e múltiplas manifestações de possibilidades de existência. Assim caberia articular estas vivências a outras que associam ao “feminino” a condição de submissão, com destaque aos mecanismos da maternidade, pedagógico e da sexualidade.

Ao mesmo tempo, diante das vivências das entrevistadas, e com foco na discussão das teorias de gênero, propomos a discussão de “gênero” em uma perspectiva difusa e relacional, em especial no campo da violência contribuindo para a desmistificação dos sujeitos de diferentes gêneros diante destas experiências, o que possivelmente pode influenciar a visibilidade social destas pessoas.

Esperamos contribuir para o debate em torno das diferenças conferindo-lhes o status de possibilidade, longe do viés patologizante. Acreditamos ser possível participar de um amplo debate social em que práticas sociais e familiares reconhecidas como “reforçadoras” de modelos de dominação possam ser repensadas e resignificadas a partir de um referencial de cidadania e respeito às múltiplas possibilidades de estar no mundo.

5 POSICIONAMENTOS, PERFORMANCES E VIOLÊNCIAS

O percurso realizado nos traz ao momento em que, munidos de elementos construídos sobre uma matriz teórica, buscaremos elaborar interpretações possíveis acerca das vivências destas mulheres.

Em um primeiro momento cabe esclarecer os “lugares” daqueles sujeitos que compõem o estudo: as participantes e os pesquisadores. É fundamental ressaltar que reconhecemos haver aí uma relação fundamental, pois é dela que se possibilita haver o discurso. Tudo que foi dito, o foi, em dado momento em que diversas circunstâncias ocorreram possibilitando esta fala, além disso, para nós, enquanto pesquisadores, é igualmente fundamental reconhecer que o trabalho interpretativo não se constitui em uma espécie de “tradução” do que foi dito, muito menos temos a intenção de engessar os discursos destas mulheres inserindo-os em categorias prontas, nem buscar a verdade por trás dos discursos. Ambos, pesquisador e pesquisadas, estamos implicados neste processo e nos resta buscar compreensões sem *a priores*.

Pretendemos desconstruir e reconstruir verdades a partir da leitura destas vivências cotidianas, sem preocupação com estabilidades ou lógicas sistematicamente estabelecidas. Trata-se de problematizar situações de violência na conjugalidade entre lésbicas numa perspectiva de gênero, sem qualquer intenção de classificá-las ou dar-lhes um olhar nosológico. Estamos, portanto em um entre-lugar, uma espécie de fronteira que permite trocas e o observar de fenômenos dinâmicos que formam caminhos tênues passageiros e movediços, como a própria vida.

Mas, por que Foucault? Parece-nos que se criou um “lugar comum” nos estudos em psicologia em que se usa a perspectiva Foucaultiana, muitas vezes de maneira equivocada, sem que com isso se trace uma clara intercessão entre o pensamento deste autor e a psicologia enquanto ciência. Não parece suficiente afirmar os estudos de Foucault sobre a psicanálise ou sua aproximação com o teste de Rorschach no início de sua vida profissional.

De uma forma bastante objetiva o que nos aproxima deste autor é fundamentalmente sua preocupação com a formação e conformação dos sujeitos, incluindo aí um olhar atento a tudo que os afeta. O maior objetivo de seu trabalho foi buscar compreensões acerca dos processos de subjetivação que se dão na interface entre saber e poder: “É o que somos – os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam – que, finalmente, é o solo, não ousou dizer sólido, pois por definição ele é minado, perigoso, o solo sobre o qual eu me desloco” (Foucault, 2003, p. 230).

Finalmente em um de seus últimos escritos, Foucault (1995) esclarece, em uma análise retrospectiva de sua produção nos últimos vinte anos que o objetivo de seus estudos “não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise” (p. 231), ele esclarece que o ponto central de seus estudos sempre havia sido o sujeito. Segundo ele sua obra percorre três modos de objetificação e transformação dos seres humanos em sujeitos.

No texto “O sujeito e o poder”, escrito em 1982, Foucault argumenta que a primeira parte de sua obra (*A palavra e as coisas*, 1966) tratou da objetivação do sujeito do discurso, do sujeito produtivo e do sujeito ser vivo, na seqüência, referindo-se a *Vigiar e Punir* (1977) estudou o modo de objetivação a partir das “práticas divisórias”, e concluiu que em *a História da Sexualidade* (1993) investigou

os modos pelos quais o ser humano se torna sujeito. Neste escopo teríamos os três modos de subjetivação: os modos de investigação, as práticas classificatórias e os modos de transformação aplicados a nós pelos outros e por nós mesmos.

Assim, nosso papel como pesquisadores nesta perspectiva não consiste em reproduzir teorias prontas aplicando-as a nossos objetivos, nossa tarefa consiste em “Mostrar que certos conceitos são produtivos, que nos deixamos suspeitar por tais ou quais autores para questioná-los, para submeter suas concepções a um empírico que fervilha em novas oportunidades de compreensão” (Fischer, 2002, p.58).

Esta é nossa pretensão ao buscar em Foucault elementos para a análise dos discursos destes sujeitos históricos, construídos em uma trama histórica dinâmica e volátil. Nossa interpretação não parte de uma suposta estrutura, ou de um “sujeito-autor”, anteriores e acima dos discursos, mas de um campo discursivo onde o sujeito é um espaço de posições – de - sujeito. Para Foucault o poder se vincula às práticas da subjetividade, pois integra relações e é uma forma de conduzir e modelar comportamentos, o que em um movimento retroativo, recai na produção das subjetividades.

Neste sentido, compreendemos que as coisas são construídas pelas palavras, tudo é construído pelas nossas práticas discursivas cotidianas, atos de linguagem criados por “verdades”, repetidas em tempos e espaços determinados. Assim as práticas discursivas de subjetivação atuam no sentido destas “verdades” que reproduzidas no espaço discursivo aparecem como instâncias disciplinadoras dos corpos como naturais, evidentes e indispensáveis. É sobre elas que pretendemos discorrer.

Ao articularmos os sentidos dados pelas participantes às imagens do álbum, criando três feixes⁵ de significados, consideramos todos indissociavelmente ligados aos envolvimento de nossas participantes em situações de violência: o primeiro se refere à imagem número um do álbum (retrata duas mulheres abraçadas de perfil em uma cena que sugere um beijo), observamos respostas eminentemente referentes à auto-imagem e orientação sexual; o segundo, baseado nas respostas dadas aos estímulos das imagens dois e três (mulheres dormindo juntas), suscitou discursos ligados a aspectos das relações íntimas; o terceiro, articula falas provocadas pelos estímulos das imagens quatro e cinco (retratam cenas de discussão e brigas), referem às situações de violência em que nossas entrevistadas estiveram envolvidas ao longo de suas vivências.

A associação ao tema da violência parece inevitável. Embora as imagens não remetam diretamente ao tema, antes da entrevista a pesquisa foi explicada e o termo de consentimento livre e esclarecido foi lido e assinado. Possivelmente influenciadas por esta abordagem inicial, nossas participantes já iniciam seus relatos fazendo estas associações.

Desta forma nossas compreensões foram didaticamente subdivididas em três tópicos fortemente tecidos e articulados em tramas que dialogam entre si, a divisão é, portanto, ilustrativa, considerando que os conteúdos estão imbricados nas situações de violência. Outro elemento que merece destaque é a subdivisão de cada feixe em micro categorias, estas irão aprofundar elementos sem a pretensão de esgotá-los. Temos a intenção de destacar singularidades destas falas descrevendo elementos que se articulam aos conceitos aqui defendidos. Tomemos, portanto, a subdivisão dos eixos como prioritárias em uma ‘padronização’ do texto.

⁵ Utilizamos a expressão “feixes” no sentido de ilustrar algo imbricado e diverso, formado por vários elementos que se complementam e não devem ser vistos separadamente.

O primeiro “*Quem sou eu, ou melhor, como eu me digo?*”, tratará das concepções de si; o segundo “*Mulher é muito difícil, só quem tem é que sabe*” de suas interpretações sobre seus relacionamentos; o terceiro “*Violenta eu? Entre mulher não tem disso*”, de suas experiências em situações de violência.

5.1. Quem sou eu, ou melhor, como eu me digo?

Ao adentrar no espaço destas mulheres chamo atenção para o fato de que, conforme descrito na metodologia, elas foram identificadas pelo setor jurídico da Penitenciária e optaram livremente por participar das entrevistas. Nenhuma delas responde criminalmente pelas situações de violência, pois estas não geraram processos criminais (algumas chegaram apenas aos “termos circunstanciais de ocorrência – TCO’S). Neste ponto destaco dois elementos: o primeiro, mesmo não cumprindo pena pelas violências cometidas contra a companheira as entrevistadas são reconhecidas naquele espaço como envolvidas em relações de violência conjugal; o segundo, as entrevistadas reconhecem a posição a elas delegadas de ‘responsáveis pelas violências’, elas admitem ter cometido violências verbais, psicológicas e físicas, aceitam falar sobre os fatos ocorridos em suas relações, o que destacam é certo caráter de ‘inevitabilidade’ das situações descritas, para elas não é possível optar por nenhum outro comportamento, que não o de violência, em determinadas situações (marcadamente aquelas que denotam assimetria de poder em relação a diversas ‘posições de gênero’).

Levemos em consideração que as palavras não são neutras, e que igualmente não há neutralidade na tomada de determinada palavra em detrimento de outra, portanto, quando apontadas como “*mulher que já bateu em sua mulher*”, cada uma das entrevistadas é delegada pela justiça à uma posição de ‘criminoso-violenta’, comportando em seus discursos e performances o peso desta posição. Dizer de algo ou alguém, incluindo si mesmo, já comporta um ato ideológico. Assim, as expressões usadas apontam para a multiplicidade das possibilidades de ser que se materializam e atualizam em um processo discursivo no qual as relações de poder se desenrolam, dobram e desdobram em constantes movimentos de identificação, (des)identificação, inclusão e exclusão.

Estas ‘ideologias’ não apenas perpassam os discursos, mas atuam na própria e tênue concepção que temos de nós mesmos. Ao serem absorvidas nas relações elas são tomadas como ‘sendo nossas’, legitimando a fala de outros. Esse sujeito não é pré-definido e pode assumir diferentes posições de acordo com o contexto em que se insere, inclusive ambíguas e contraditórias. Tudo depende do manejo das palavras do discurso. Assim em um só discurso podemos localizar diferentes e diversas formações discursivas, e cada uma delas pode dizer de um, ou de vários sujeitos (Fischer, 2002).

A posição discursiva destas mulheres se materializa em um discurso em que, embora admitam que houve a situação de violência, nomeiam estes comportamentos como naturais, pois segundo elas são inevitáveis e necessários a manutenção da relação. Possivelmente ligadas ao mito da mulher sensível, dócil e submissa, é possível notar em meio à pluralidade destes discursos tão diversos elementos que nos permite criar uma espécie de ‘fio condutor’ que orienta possíveis interpretações que estão distantes de uma posição de violenta:

(...) assim nós, mulher com mulher, umas se entendem melhor, tá entendendo? Mulher com mulher elas se entendem melhor. E a mulher chega assim: olhe fulana de tal, não dá mais para a gente viver, a outra já entende a parte da outra, a outra tá com outra e ela arruma outra. Já os homens, não. Já o homem quer na tapa. A gente vê muito na televisão, como o homem, quando a mulher deixa o homem, o homem não, ele não aceita, ele não aceita perder a mulher pá outra e pronto. Com a minha companheira não, a gente sempre brigou. A gente brigava assim: a gente começava a discutir aí depois ela vinha dá uma tapa em mim, eu dava uma tapa nela. Ela puxava meu cabelo, eu puxava o dela, aí depois parava e dizia assim: é isso mesmo que tu quer mesmo? Tu queres mesmo brigar comigo mesmo? Aí ela: não, quero não. Aí ali já ficava de boa (...) minhas briga sempre, as minha briga é mais sutil, de boca. (Silêncio) (Cravo).

A fala acima, retirada do discurso de Cravo apresenta uma versão sobre o tipo de violência praticada na relação conjugal entre mulheres. Ressaltamos o emprego do pronome pessoal de primeira pessoa do plural, *nós*, que inclui a autora em um grupo com o qual se identifica. A participante não apenas fala sobre a violência, mas se coloca no que é dito, o que respalda esse ‘dizer de’ que vai oscilar entre as posições de quem fala do outro a quem fala de si mesmo. Existe reciprocidade entre Cravo e sua companheira, inclusive no momento das contendas, portanto, neste estrato de fala podemos observar como os lugares de algoz e vítima se confundem.

Observamos que sua fala está demarcada pela ideia de docilidade feminina, mesmo que haja a violência, ela é amenizada por Cravo ao comparar com a relação das mulheres heterossexuais. Segundo ela, os homens agem com maior contundência, chegando inclusive à morte, as mulheres usam de ‘tapas’ e ‘puxões de cabelos’, se agredem mutuamente criando um jogo que pode ser cessado a qualquer momento diante de uma advertência de uma das partes. Há uma tendência a minimizar o próprio potencial de violência, assim como os danos provocados.

É nesse jogo em que ambas circulam como singulares e iguais, ao mesmo tempo em que estas mulheres se constituem, para compreender esta dinâmica é necessário:

(...) analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído (Foucault, 1993b, p. 11)

A violência aparece na relação e não apenas nos sujeitos, estas relações estão constituídas e permeadas por violências diversas que chamam nossa atenção para as condições de emergência em que estas mulheres se subjetivaram. Neste ponto reiteramos a pertinência em ouvir as 'acusadas de cometer violência' destacando que esta nomeação não parte delas, mas da justiça.

Em um primeiro momento reforçamos que na literatura não foi verificada nenhuma pesquisa que tivesse foco nas ditas perpetradoras da violência, por outro lado ao nos atermos exclusivamente às 'vítimas' nos estudos sobre a violência conjugal, perdemos invariavelmente a possibilidade de compreender uma fala que funciona como moratória: ao falar do outro, nossa participante também fala dela mesma. Além disso, é necessário destacar a invisibilidade destas situações, seja socialmente seja na literatura. Compreendemos que este tipo de violência é pouco discutido e que politicamente ele fere o mito de uma relação simétrica e igualitária defendida por alguns segmentos do movimento feminista que teme patologizar estas relações. Pretendemos dar visibilidade a estes comportamentos, não para criar mais um estigma, mas para compreendê-los. E para tanto é necessário reconhecê-los como possibilidade.

Além disso, destacamos que a ênfase dada à suposta harmonia que existiria em uma relação entre duas mulheres pode esconder uma série de armadilhas, sendo a invisibilidade a maior delas. A participante utiliza um recurso que visa

encobrir ou minimizar estas situações. Conforme já apontado por Nunam (2004) existiria uma tendência a encobrir a violência entre mulheres sob a premissa de que estas seriam mais dóceis, e que, portanto, as situações ocorridas seriam mais amenas. Observamos que, em um primeiro momento, as expressões associadas ao comportamento das 'violentas' são tipicamente associadas ao feminino, como violência de 'baixo potencial ofensivo', como 'tapas' e 'puxões de cabelos' usados em última instância. Este posicionamento é reforçado em boa parte dos trabalhos sobre violência nas relações íntimas entre mulheres (Topa, 2009; Avena, 2010; Topa, 2009, 2010; Souza, 2012; Santos, 2012). É possível que seja este um dos motivos que dificulte a prisão de mulheres lésbicas por motivos de violência conjugal contra a parceira

5.1.1 Remorsos

Observamos ainda que Cravo insiste em ser este, seu último recurso, quando afirma: 'minhas briga sempre, as minha briga é mais sutil, de boca', o que reitera não só sua percepção de menos violenta como reforça duas tendências: a primeira de que a violência verbal seria mais aceita que a física; a segunda de que entre mulheres o diálogo seria mais fluido.

Também destacamos em sua fala o seguinte elemento: a companheira ocupa a posição de responsabilidade pela contenda. Segundo conta as brigas eram corriqueiras, as discussões começavam sem motivo claro, entretanto, o primeiro tapa e puxão de cabelo não partiam dela mesma. A violência além de inexplicável

aparece como defensiva e a solução parte de Cravo que chama atenção da companheira ‘é isso que tu quer?’.

É interessante notar certo sentimento de impotência, a passividade e a culpa parecem ser partilhadas neste momento. A participante, apontada socialmente como violenta, aqui se mistura com sua companheira, como ‘mulher’ assume a postura de ‘não violenta’ atribuída culturalmente ao feminino.

Esta autoimagem tem claras raízes no ideal de mulher submissa, fraca, pouco inteligente, piedosa e maternal e manteria as mulheres em uma posição de incapacidade diante da violência (Souza, 2012). É possível observar como Rosa reforça a ideia de uma suposta docilidade feminina:

*(...) Mulher com mulher é que tem mais ciúme, fica com mais ciúme. Aí o que aconteceu, o que? Aconteceu de que rolava briga da gente entre eu e ela, né? Rolava por causa de ciúme. Era negócio de tapa mesmo, briga pesada “com” a “outra”.(...) que mulher com mulher, é que eu só meio diferente com o homem, né? O homem não, o homem ele é mais violento e a mulher não, a mulher quando ela da uma tapa na outra a outra fica chorando, aí ela vai e fica triste, com **remorso** o homem pega mais pesado (silêncio).*

Pesquisador: pesado?

Participante: é, eu acho que o homem é mais violento em tudo, porque se o homem desconfiar de uma mulher ele já quer matar. Né verdade? Se ele, ele acha que a mulher, se ele descobrir que a mulher tá botando gaia mesmo, ele não perdoa a mulher de jeito nenhum. E a mulher com a outra não, a mulher com a outra vai tentar conversar, vai perguntar mesmo se ela está ficando com uma pessoa ou não e aí termina as duas ficando junta, voltando. Já o homem não, o homem já quer matar (Rosa).

Neste registro destacamos os ciúmes como responsáveis por um espaço relacional desarmônico. Considerando a presença deste sentimento associada a uma noção de causalidade e sua descrição de como sendo mais ‘intenso’ iremos aprofundar sua análise mais a frente. Por hora chamamos a atenção para o caráter afetivo, romântico, associado a este espaço de tensão.

Aqui o remorso aparece como sentimento inexoravelmente articulado ao ato violento, a sucessão da tapa é o choro arrependido, a tristeza. A violência é

novamente tida como inevitável resultado de sentimentos exacerbados e incontroláveis, entretanto permanece como de menor potencial ofensivo. Com homens, segundo Rosa, a situação se agrava.

O homem, apontado como 'mais violento em tudo' caracteriza em seu discurso o lugar da violência letal, em outro polo, a participante enquanto 'lugar mulher' se apresenta como vítima dos ciúmes que se arrepende de imediato diante da violência (a mulher quando ela dá uma tapa na outra a outra fica chorando, aí ela vai e fica triste, com remorso), prefere o diálogo. Esta representação do feminino e a auto inclusão temporária na categoria de mulher dócil, protege quem fala do estigma de 'violenta'.

Além disso, reforça o caráter de invisibilidade deste tipo de violência. Sendo mais leves, as violências são resolvidas entre 'quatro paredes', sem necessidade de nenhuma intervenção externa. Pela condição de mulheres e homossexuais estas situações não podem vir à tona, o "segundo armário", descrito por Nunam (2004) as protegeria de outras discriminações em meio a tantas sofridas.

Desta forma o silêncio se perpetra e assim como o ciúme, justifica o ato, o remorso serve de motor a reconciliação e ao perdão. As pessoas envolvidas acabam presas a um ciclo interminável de auto-destruição e sofrimento. As diferenças apontadas entre homens e mulheres também contribuem para reforçar suas hipóteses.

5.1.2 Homens X Mulheres

É marcada em suas falas uma tendência comparativa entre comportamentos masculinos e femininos, usualmente ligados a elementos culturais e do senso

comum. Ao afirmarem que o ‘homem é mais violento em tudo’, desconsiderando a contundência e crueldade de mulheres que muitas vezes dividem espaço com elas na prisão, nossas participantes assumem uma ‘posição do feminino’, se eximem de uma possível tendência à violência (pelo menos a uma violência grave), e reforçam a teoria de que são avessas a comportamentos violentos, preferem o diálogo, são compelidas por elementos externos a situações inevitáveis.

O argumento binário das diferenças entre comportamentos atribuídos a homens e mulheres serve como base para uma série de explicações causais, o que corrobora outros achados na literatura (Nunam, 2004; Topa, 2009, 2010; Souza, 2012; Santos, 2012).

No decorrer de outras falas, entretanto, aparecem trechos em que estas mulheres se posicionam em um outro lugar, que aparentemente não comporta elementos “indentitários” do modelo binário e heteronormativo homem/mulher. Observemos no próprio discurso de Cravo esta digressão:

Participante: assim, eu acho que a “mulher” é mais falsa, “entendeu”? eu acho que as “mulher” é mais falsa. (...) Eu acho que é mais falsa de tá bebendo. E como eu “vô” beber “com” uns amigo que eu chamo. Entendeu? Eles são mais confiáveis? Mais confiáveis, é eu acho eles mais confiante. Eles mais que a mulher. (...) (Cravo).

Ao relatar que prefere a companhia de homens, ao invés de mulheres consideradas como “falsas”, Cravo se insere em um lugar híbrido⁶: o entre-lugar que se situa entre homens, que são “outros” diferentes e violentos, e o grupo das mulheres, com o qual não se identifica plenamente, sem deixar de ser uma delas. A participante se refere aos homens como “eles” de forma impessoal, e não se posiciona no grupo feminino, criando um espaço híbrido de não pertença.

⁶ Híbrido aqui é tratado na perspectiva de Hall (2006) que o define como o resultado de sucessivas interações entre diferentes culturas e experiências que resultam em elementos que ora se aproximam, ora se afastam de suas matrizes originais, mantendo traços de suas influências sem se perder nelas.

O homem mais violento não a representa, preferindo o argumento da feminilidade. A mulher 'falsa', não a representa, neste caso é enfatizada uma suposta confiabilidade masculina, esta desejável e louvável, tida como elemento de pertença ao grupo masculino. As experiências não são nem totalmente de mulher e nem totalmente de homem, o discurso flutua, é fluido e se enriquece na descrição de suas vivências.

O caráter híbrido possibilita-nos a compreensão destes movimentos intergrupos e o acompanhamento das transformações históricas ligadas aos comportamentos associados à sexualidade, somos fabricados e estas manifestações nos permitem nos compreender neste processo:

No final do século XX, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica (Haraway, 2000, p. 37).

Podemos observar que estes discursos flutuam entre os extremos, que se situam desde a “mulher ideal” até o estereótipo do “homem macho”. As participantes constroem seus corpos. Butler diz: “(...) a linguagem e a materialidade nunca são completamente idênticas nem completamente diferentes”⁷ (Butler, 2002, p.111), se tornam concretas em seus discursos. A aproximação com as masculinidades se personificam e reforçam em suas falas: *Mulher é uma coisa muito difícil de entender companheiro* (Rosa).

O termo 'companheiro' insere Rosa no estatuto de 'masculinidade' (lembrando que o entrevistador é homem), a diferença dos sexos entre os participantes do diálogo poderia ser questionada, pois alguns argumentam que a

⁷ Tradução livre do original: “(...) language and materiality are never fully identical nor fully different”

identificação facilita o processo, entretanto esta identificação, como visto, acontece indiferente ao sexo biológico.

É possível observar em vários trechos das entrevistas reflexos destas identificações com o masculino (temporárias e contingentes é bem verdade) e certo desejo de pertença e reconhecimento de si como detentora de uma experiência supostamente similar as de um homem que ‘tem mulher’.

Rosa se irmana a mim como um igual no tocante a compreensão da feminilidade, este ato performativo nos aproxima. “Em primeira instância a performatividade deve ser entendida”, de acordo com Butler, “não como um ato singular e deliberado, senão antes como a prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia”⁸ (Butler, 2002, p.18).

5.1.3. Nomear a diferença: sapatão

Outro elemento que merece consideração reside na designação de ‘sapatão ou mulher que tem mulher’, pois nos parece haver aí uma importante restrição a um campo específico e peculiar, o da homossexualidade feminina em detrimento a qualquer relação entre pessoas do mesmo sexo. Para as participantes existem posições de sujeitos distintas no que concerne a orientação homossexual e as supostas distinções entre homem e mulher.

Entrevistador: Então de antemão também quero agradecer por estar se dispondo a fazer essa entrevista. É uma colaboração muito importante.

⁸ Tradução livre do original: “ In the first instance, performativity must be understood not as singular or deliberated ‘act,’ but, rather, as the reiterative and citational practice by witch discourse produces the effects that it names.”

Participante: E eu nunca pensei que alguém ia querer saber de conversa com sapatão (...) (Risos). É cada uma (...) Por que assim, não comecei minha vida com mulher não, casei e fui morar com um homem com oito anos de idade, ele é o pai dos meus filhos (silêncio) (Violeta)

Neste ponto podemos reforçar o pensamento Butleriano no tocante ao caráter performativo dos gêneros. As entrevistadas se utilizam de algumas ‘prescrições’ sobre aquilo que seria mais ou menos ‘adequado’ ou pertinente aquilo que consideram a posição de “ser lésbica”, ao tempo em que relatam haver vivido relacionamentos heterossexuais.

É nossa intenção romper com a heteronormatividade compulsória e binária que vincula práticas ditas masculinas a corpos de machos e práticas ditas femininas a corpos de fêmeas. Os corpos independentemente de sua conformação biológica podem performar comportamentos livremente.

Observamos a fluidez e transitoriedade das identidades que orientam o caráter de performatividade. Inexiste nas falas alusão a um conjunto específico de ditames, seja ele socialmente prescrito ou não, os discursos são plenos de diversos lugares e significações, o que não quer dizer que não possam ser alcançados “A performatividade não é nem um livre jogo nem auto apresentação teatral; nem pode ser simplesmente assimilada pela noção de performance” (Butler, 2002, p.145).

Neste sentido podemos questionar que de um lado se colocam elementos de uma lógica prescritiva da noção de sexualidade normativa, nossas participantes se situam neste espaço quando tem homens em suas vidas, por outro lado, apresentam sua noção de lesbiandade com todo receio de um caráter supostamente desviante acusado pela sociedade.

A participante reproduz uma noção corrente no social que associa a homossexualidade a algo pejorativo ou de menor valor ao mencionar ‘nunca pensei que alguém ia querer conversa com sapatão’ se insere temporariamente nesta

categoria, na mesma fala migra para um pólo oposto ao afirmar que já viveu uma relação hetero. Novamente é uma composição de variadas experiências, sua posição é mista nem puramente masculina nem puramente feminina, além disso, nem completamente 'sapatão'.

No entre espaços estão seus desejos, vivências e fantasias. É uma sexualidade mediada por um sinuoso complexo de interações:

Podemos indagar o que acontece à sexualidade quando percorre esse circuito particular de fantasia: ela se livra de sua culpa, de seus desvios, de sua descontinuidade (...)? E se se livra de tudo isso, para onde vão exatamente essas negatividades? Elas não tendem a ser projetadas sobre aqueles que não terão ou não entrarão nesse domínio santificado? E a projeção tomará a forma de julgar os outros moralmente, de representar uma abjeção social e daí tornar-se a ocasião de instituir uma nova hierarquia de arranjos sexuais legítimos e ilegítimos? (Butler, 2003b, p. 234-235).

Relatar experiências "hetero" lhes garante o contato com o prescrito e a possibilidade de negá-lo com justificativas de quem "viveu" e "abandonou" essas práticas. Três das quatro entrevistadas relatam ter tido alguma experiência heterossexual ao longo da vida, o que corrobora os achados de Topa (2010), entretanto todas se consideram lésbicas.

Estas experiências com "homens" se personificam em seus discursos como algo negativo e que reforça seus posicionamentos sobre as masculinidades. A figura do homem aparece associada a violências extremas, incompreensão e desprezo pelos desejos e sentimentos do outro. Elas, portanto, rejeitam peremptoriamente a possibilidade de serem "masculinas", ao relatarem vivências que incluem as qualidades negadas a este.

Aqui retomamos a noção anteriormente discutida, estas mulheres admitem os atos cometidos, mas não os consideram como violência. Além disso, seus corpos são ditos como homossexuais, entretanto, são baseados em experiências heterossexuais, inclusive de maternidade em alguns casos, esta posição estaria em

um espaço intersticial entre vivências de diferentes orientações do desejo, o que reforça seu caráter híbrido e transitório:

(...) chegar a uma compreensão de como aquilo que foi excluído ou desterrado da esfera propriamente dita do “sexo” – entendendo que essa esfera se afirma mediante um imperativo que impõe a heterossexualidade – poderia ser produzido como um retorno perturbador, não somente como uma oposição imaginária que produz uma falha inevitável na aplicação da lei, senão como uma desorganização capacitadora, como a ocasião de rearticular radicalmente o horizonte simbólico no qual há corpos que importam mais que outros (Butler, 2002, p.49).

A posição lésbica seria, para elas, portanto, uma composição de diferentes elementos daquilo que se associa a homens e mulheres, uma espécie de *patch work* que demanda uma cartografia específica para sua compreensão.

Souza (2012) se refere a um espaço de tensão em que a lésbica não renuncia completamente àquilo que seria socialmente esperado de uma “conduta feminina, especialmente quando se torna mãe. Quando se depara com as “estruturas heterossexistas” da violência conjugal, baseadas em relações hierárquicas, tende a posicionar-se como um sujeito incapaz de ação e reação para defesa. As participantes, admitem a reprodução de comportamentos masculinizados por mulheres, mas colocam estas em uma categoria separada de “mulheres que se acham homens”. Como as *butchers* ou lésbicas falicizadas de Butler (2002), estas estariam em um espaço diferenciado:

Participante: Mas também tem mulher que é bem parecida com homem. Que eu tive um rolo de um ano com uma assim. Parecia homem mesmo. Ai essa violência com homem um dia eu, eu passei na minha vida, que eu já passei por isso com ela. Eu era uma dona de casa. Ela foi, só vivia saindo pra tomar uma, pra beber. Aconteceu o que? Aconteceu que uma amiga minha foi ligou pra mim, ó tua mulher está vindo aqui pro bar. Aí eu digo: é o que? Ela disse que quando chegaram lá estava a minha mulher na mesa do bar cheia de boyzinha. Aí eu fui e disse, bati nas costa dela e disse: vô ficar em casa trabalhando e tu cheia de mulher ao seu redor. Eu não sô mulher para tu não, é? Aí ela foi e respondeu na minha cara: volte pra casa, quando chegar em casa a gente conversa. Eu disse: chegar em casa não, porque hoje mesmo, hoje mesmo eu vô decidir minha vida. Aí quando ela chegou, já era o quê? Já era umas três

hora da manhã, meteu o pau em mim mesmo, foi pau que até queria, queria me jogar debaixo de um carro (CRAVO).

Pesquisador: uhum...

*Participante: aí até hoje e eu tomei “desgosto” de “homem” e **dessas mulher que se acha muito homem**, por causa disso. (Silêncio longo) (Cravo).*

Retomando a descrição feita das participantes observemos que Cravo assume uma imagem ligada ao masculino, é um ‘menininho da prisão’, entretanto, não se identifica como uma *butcher* (ou uma pesada, caminhoneira na linguagem de nossas prisões). Aqui problematizamos a pesquisa de Barcinski (2012), em seus achados o comportamento masculinizado seria típico das sapatões, em oposição às mulheres que vivenciavam relações na prisão, mas que não se definiam lésbicas. Em nosso caso é possível afirmar que o ‘menininho’ detém alguns privilégios associados ao masculino, mas não se trata de uma lésbica masculinizada.

Na própria acepção do termo ‘menininho’ podemos problematizar estas diferenças, é uma expressão carinhosa (diminutivo) que não designa os homens (adultos, violento), é mais uma manifestação de um inter lugar.

Cravo reproduz uma cena ‘clássica’ em que assumia a posição do feminino e ia para os bares, avisada por uma amiga, confrontar sua companheira que estava bebendo com outras mulheres. Neste caso, foi vítima da violência ao confrontar a companheira ‘masculinizada’. É possível que esta vivência a tenha auxiliado a reconstruir esta imagem, em seu caso, um menininho incapaz de violências tão intensas e contundentes.

Ainda observamos no discurso acima que nossa participante se utiliza de um argumento muito comum entre homens heterossexuais de que a lesbiandade seria resultado de “decepções” em relações hetero. Este recurso lhes serve para reforçar sua suposta dominação ao feminino, ao “admitirem” esta possibilidade indicam que

algum homem não teve “competência” para satisfazer ou realizar aquela mulher, o que muitas vezes recai na autoafirmação do locutor como competente.

É interessante notar como os discursos de opressão como este são reproduzidos por nossas participantes, inserindo-as em um discurso que circula socialmente, ratificando suas vivências. Esta ‘necessidade’ de inserção em um discurso hegemônico vai além de uma necessidade primária, é uma construção necessária para a constituição de “identidades” transitórias:

Os corpos vivem e morrem; comem e dormem; sentem dor e prazer; suportam a enfermidade e a violência e alguém poderia proclamar ceticamente que estes “fatos” não podem se descartar como uma mera construção. Seguramente deve haver algum tipo de necessidade que acompanhe estas experiências primárias e irrefutáveis. E seguramente há. Porém seu caráter irrefutável de modo algum implica o que significaria afirmá-las nem através de que meios discursivos (Butler, 2002, p.13)

Ressaltamos que referir sujeitos com orientação homossexual tem relação com lutas de sentido e afirmação de crenças em dada conjuntura histórico-social. A homossexualidade, assim como toda e qualquer posição social que seja nomeada, está inscrita em determinado modo de produção e conhecimento, ou seja, as formas de dizer sobre estes sujeitos são marcadas por valores e crenças inseridos historicamente em relações de poder.

A sapatão nas falas das participantes, não é necessariamente a lésbica masculina, o termo é usado para designar a ‘mulher que tem mulher’, independente de como este corpo se apresenta. É uma possibilidade de ser que envolve um híbrido de experiências e desejos.

Foucault, em História da sexualidade I: a vontade de saber (1993a), fala que a noção de uma suposta “identidade sexual” em torno da homossexualidade se constitui apenas na modernidade, mesmo reconhecendo-se que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo são milenares. Existiam termos para designar o ato

homossexual, em sua grande maioria, referidos ao homossexual masculino, oriundos de um discurso cristão católico que regulava as condutas, mas o homossexual como “espécie” só surgiu no século XIX aliado ao discurso psiquiátrico, considerado então como doença.

Percebemos, portanto, que a posição de homossexual implicada em uma conjugalidade é ainda mais recente. As entrevistadas usam o termo “minha mulher” para designar as companheiras em uma apropriação da expressão machista e heteronormativa. A utilização do pronome possessivo ‘minha’ demarca um espaço de pertença que embasaria um grande número de justificativas diante de situações de violência. Seu uso, associado a expressões de afeto, são corriqueiras, talvez no sentido de resignificar seu sentido pejorativo, entretanto aparece com força redobrada nas situações de violência, destacando e enfatizando, funcionando como um delimitador da relação. Esta relação ‘romântica’ é sugerida como uma espécie de modelo universal:

*É assim de quando as pessoas, qualquer um que se conhece fica, mesma coisa de homem e mulher ou dois homens. Viu, gostou aí rola aquele clima. É o olhar, o beijo (risos), normal. (silêncio)
(Margarida)*

Da mesma forma que assumem posições específicas que as diferencia de qualquer comportamento exclusivamente associado a este ou aquele sexo, as participantes também sustentam a tese de que existem elementos comuns a toda e qualquer relação amorosa, neste caso a aproximação, o encontro. O que nos permite questionar: não seria a violência conjugal igualmente presente nas relações íntimas? Independente do sexo?

Assim, no extrato acima podemos perceber mais um elemento designativo de pertença, ao se referir a “qualquer um que”, cria-se um espaço de similaridades entre as relações que justificaria situações similares em relacionamentos distintos,

este espaço pode ser ocupado por qualquer uma que se enquadre nos “sofrimentos” decorrentes das dificuldades em se relacionar intimamente com alguém. Margarida apela para o caráter primário, biológico de um encontro entre dois seres que se sentem atraídos, aí não há nenhuma diferença entre relações, se houverem variações estas terão um caráter simbólico. O desejo não tem sexo.

Além disso, destacamos que a criação desta posição (de mulher lésbica em um relacionamento conjugal), convoca sentidos que não se limitam apenas a questões de ordem sexual, mas legitima elementos relacionais que podem ser observados em posições sociais destes sujeitos (Avena, 2010).

Não seria apenas pelas práticas sexuais que estas mulheres seriam identificadas, mas os direitos de cidadã também seriam levados em conta. Ao referirem elementos que aproximam suas conjugalidades às conjugalidades heterossexuais, apontando “desafios relacionais” impostos ao casal, independente do sexo dos parceiros, cria-se um espaço de reconhecimento do cidadão. “Qualquer um que”, não serve apenas para justificar o comportamento violento, mas também para se inserir em um universo mais amplo em que este tipo de comportamento estaria justificado, circunscrevendo as relações lésbicas em um escopo mais amplo e garantindo-lhes ‘direitos’.

Além disso, surgem falas que ‘habilitam’ estas relações como afetivas. É observada certa tendência em afastar a imagem da lésbica de algo puramente sexual, enfatizando os afetos que emergem em qualquer relação íntima (Topa, 2012; Souza, 2012):

Por que todo mundo pensa que porque a pessoa é sapatão ela só pensa em safadeza, mas não é verdade não. Eu mesma na primeira vez que fui presa namorei uma pessoa aqui dentro um ano. Aí fui me embora, fiquei vindo “vê ela”, tudinho. Não quis saber mais de “homem”. Mas aí a gente discutiu por causa de ciúme e ela não quis mais me ver, mas acho que ela arrumou outra, mas quando a gente estava junta era assim, a gente se entendia e passava um tempão

conversando. Aí arrumei uma lá fora e foi só agonia por que ela se drogava e não tinha jeito. Aí depois voltei de novo aqui pra cadeia e namorei com uma menina aqui. Passei somente “quatro” meses com ela, aí ela muito ciumenta, aí eu peguei e dei nela e fui pro castigo. Deixei ela logo porque esse negócio de briga aqui dentro é bronca. Mas essa primeira, essa de um ano, era bem tranqüilo assim (Violeta).

Nesta fala chamamos a atenção para a expressão “Por que todo mundo pensa que porque a pessoa é sapatão ela só pensa em safadeza”, pois nela a entrevistada questiona a associação feita pelo senso comum a um suposto erotismo abandonado de afeto (pejorativo), ela destaca o lado afetivo e relacional, em detrimento a um foco exclusivo na sexualidade.

A partir desta distinção feita descreve uma relação iniciada na cadeia e que continuou depois de sua liberação. Esta descrição tem forte caráter de justificação destes afetos se nos reportamos ao território prisão. As relações construídas neste espaço são, em sua grande maioria, circunstanciais, temporárias e limitadas aos muros. Uma vez nas ruas, estes laços são comumente rompidos. Alia-se a este elemento o fato de que uma vez presa a mulher raramente recebe visitas de qualquer tipo, portanto, retornar a cadeia para visitar a namorada é uma ‘prova’ de amor verdadeiro para Violeta.

Um elemento que reforça a tese da instabilidade e fragilidade dos relacionamentos no sistema penitenciário é descrito logo em seguida na expressão ‘acho que ela arrumou outra’. Arrumar outra é, inclusive, uma estratégia de sobrevivência no cárcere.

Violeta continua em sua narrativa a descrever um relacionamento nas ruas, segundo ela prejudicado pelo uso de drogas da companheira, e outro novamente em outra detenção, desta vez terminado em violência, entretanto, ainda recorre ao afeto ‘ciúme’ para justificar o rompimento, ou seja, enfatiza o caráter afetivo em detrimento da ‘safadeza’.

De acordo com Topa (2010), grande parte da dificuldade em reconhecer estas pessoas está no silêncio que as envolve, pois, fugindo ao estigma de “safada”, as mulheres lésbicas encontram um ‘segundo armário’. As imagens pejorativas associadas à sua orientação sexual são assim constantemente negadas em seus discursos, e no lugar delas, aparecem elementos de uma relação igualitária e, sobretudo, baseada nas afetividades (Nunam, 2004).

De qualquer forma, assumir sua sexualidade ainda é visto como algo delicado e evitável. Quando a escolha por viver seus desejos é feita e são assumidos os ‘encargos’ a ela inerentes, aparecem expressões ligadas a esforço e superação, conforme vemos na fala a seguir:

Participante: Assim como lhe disse eu sou sapatão, meu negócio é com mulher, mas eu vivia no orfanato perdi minha mãe, nem tinha mãe nem tinha pai. Aí eu fui entrando na vida errada, vendendo tudo que “não” presta. Conheci esse homem, ele é cracudo, drogado sabe? Mas tinha um barraco, aí fui morar com ele, morei quinze anos, mas ficava com as vizinha tudinho, lutei pra ser o que sou (Risos). Depois de um tempo ele nem me procurava mais, a droga não deixa né? Aí fui vivendo assim (Violeta).

Destacamos o uso da expressão “lutar pelo que quer” associada a orientação sexual denota alguém que insiste em enfrentar adversidades para garantir seu direito a viver sua sexualidade livremente. Uma etapa desta luta consistiu em viver quinze anos com um usuário de drogas, enquanto se relacionava secretamente com as vizinhas.

Percebemos que o “sexo” pode ser motivo de luta, e para além deste, o direito de viver sua afetividade também pode ser enfatizado e aproximado da perspectiva da conjugalidade, pois o que é posto refere-se a uma relação íntima que comporta a livre expressão da sexualidade sem se restringir a ela. A participante resignifica sua prática sexual colocando-a como elemento de reivindicação.

Os fragmentos dos discursos apontam, portanto que a profusão de expressões e situações associadas a uma conjugalidade lésbica inscreve múltiplas posições que ora se aproximam ora se distanciam de um modelo heteronormativo, constituindo uma espécie de híbrido. Uma “mulher que tem uma mulher” refere uma pluralidade de formas denominativas e abarca um imenso leque de possibilidades relacionais.

Esta ‘posição’ é sinonímia de um espaço de tensão que organiza um grande número de experiências em torno das quais se evidenciam mulheres que também são múltiplas em seus processos identificatórios e se significam de formas variadas em diferentes formações discursivas. É sobre estas experiências relacionais que iremos tratar no próximo tópico.

5.2 Mulher é muito difícil, só quem tem é que sabe

Nossa sociedade é intrinsecamente marcada por relações de controle, com manifestações fluídas de poder que circulam por toda malha social alcançando a tudo e a todos. Algumas relações íntimas detêm como marca uma série de prerrogativas, influências e orientações daquilo que seria uma relação ‘ideal’.

As nossas participantes, em diferentes momentos de suas falas, enfatizam elementos associados a um ideal de ‘família’ e ‘casamento’, com estreitas aproximações do modelo heteronormativo (Souza, 2012). Segundo elas, para manter a ‘ordem’ é preciso que determinada ‘hierarquia’ seja reconhecida e respeitada, é interessante notar que elas usam uma série de recursos para justificar

suas atitudes, estes achados corroboram o posicionamento de Souza (2012) que identifica na conjugalidade, para além de um contrato social, um estilo de vida em que surgem valores como singularidade, igualitarismo e uma versão atualizada do amor romântico, seja em relações hetero ou homossexuais.

Estas relações hierárquicas podem sofrer rupturas ou inversões, entretanto é essencial alcançar o como elas constroem discursos e lugares intersticiais onde relações das mais variadas ocorrem. Um elemento de destaque é o uso da expressão respeito:

Por que o povo pensa assim que porque é duas mulher aí é só tranqüilidade né. É nada. Mulher é muito difícil, só quem tem é que sabe. Por essas e outras é que sempre eu que agrido ela, porque ela me agride verbalmente aí eu “não” consigo discutir “com” ninguém nem tá “machucando” ninguém com palavras aí eu vou e “dou” nela, tem que aprender a respeitar, né verdade? Sempre é da minha parte, ela nunca veio me “agredir”, é sempre eu que “agrido” ela. As vezes se... quando eu “estou” na paz “mermo”, controlada, que eu tomo controlado (risos), a massa né (maconha) aí né que ela se “aproveita” ainda dá umas tapa assim, umas porrada “em” mim, “mas” eu nem levo em consideração é de leve, coisa de mulher mesmo, sempre ciúme. (Margarida)

Embora anteriormente tenhamos observado o afastamento das participantes de um tipo de violência caracterizado por elas como ‘mais pesado’ e tipicamente masculino, não houve uma negação da violência como presente em suas relações, pelo contrário. Entretanto, as motivações para o ato violento e as formas em que ocorre são descritos de forma singular, contextualizado suas experiências e valores, elas reassumem a cada momento de seus discursos uma ‘posição híbrida’. A fala acima exemplifica este caráter de intercessão de ‘comportamentos do modelo binário.

Se por um lado são mulheres e se vêem como menos ‘violentas’, ou como perpetradoras de violências de menor potencial ofensivo, por outro, utilizam recursos fortemente baseados em um modelo sexista, mais propriamente machista. O diálogo

é o comportamento idealizado, por outro lado, a violência verbal é caracterizada por Margarida como mais grave de que a física “não consigo discutir com ninguém nem tá machucando ninguém com palavras aí eu vou e dou nela”, novamente a atitude é justificada baseada em sua “inevitabilidade”, desta vez agravada pela ‘falta de respeito’.

Este ‘respeito’, presente em outras falas, é demarcado por uma assimetria na relação. Margarida só sofre violência física quando sob efeito de medicamentos controlados ou de substâncias ilícitas. Mesmo neste caso, relata que são ‘leves’, ‘coisa de mulher’, justificada pelo ciúme. Topa (2010) aponta em sua pesquisa uma forte relação entre questões circunstanciais, com destaque a dependência econômica, e relações de dependência afetiva, os ciúmes também aparecem como uma das motivações centrais, assim como entre nossas participantes, cabe portanto aprofundar este sentimento.

5.2.1 Ciúmes

Nas palavras de Margarida ela é ‘controlada’, mas mesmo tendo feito uso de medicamentos psiquiátricos ou de drogas, perde o controle diante da desconfiança e desrespeito da companheira, vemos assim uma trajetória de violência verbal que se encerra na violência física. Ela reforça a noção de que há uma normalidade, ou justificativa, de suas violências diante desta motivação.

O ‘afeto ciumento’ é fortemente marcado pelo sentimento de posse. Segundo nossas participantes a relação deriva de um contrato, muito similar ao de

qualquer relação conjugal. Este sentimento designa uma série de 'posições dos sujeitos', que conforme observamos circulam entre os pares.

Mais que o binário fidelidade ou infidelidade o que se manifesta são as inscrições que cada um dos pares faz do outro. A idealização de si e do outro orientam as desconfianças e desconfortos, a contradição do ideal se instala no antagonismo entre o esperado e o real. Em busca de uma 'relação conjugal romântica' que articule proteção mútua, relação amorosa e prazer sexual, compartilham da legitimidade do desejo e buscam travestir suas performances para atender a idealização do outro. A questão é que ninguém se admite falho.

Cria-se uma relação baseada no desejo e os ciúmes se referem a tudo que possa fazer sair do 'espaço relação'. Os ciúmes seriam assim capazes de disfarçar as questões sentimentais em questões de direitos e poderes. São fios de uma trama que entrelaça todo complexo relacional de elementos afetivos, econômicos, sociais e de posições na conjugalidade.

A relação idealizada deve estar de acordo com a realidade e quando as pessoas não encontram ambiente favorável para o sonhado instala-se a possibilidade de desconfiança e ciúmes, assim como aponta Avena (2010), as participantes não encontram necessariamente sinais que justifiquem seus sentimentos de insegurança, esta aparece junto com os ciúmes como elementos quase inerentes a situação de ser casal.

Apesar destes percalços defende uma relação 'normal' e igualitária, em outro momento da entrevista:

*(...) era bem **normal** de verdade. Ela ia trabalhar, a gente trabalhava em horários diferentes, ela trabalhava de seis as duas e eu trabalhava de duas as dez. Aí "não" tinha, o horário que eu estava em casa eu fazia, o horário que ela estava ela fazia. A gente a gente dividia tudo, "não" tem isso: tu faz, eu faço, essa é tua parte, essa é minha parte. "não", tinha não. Era tudo junto, tu faz uma coisa, eu faço outra... quando era finais de semana que, era muito raro ter a*

folga nós duas sempre no mesmo dia, porque no supermercado é folga corrida, aí cada um dia folga... ela ainda trabalha lá, né? Eu não. Aí como é folga corrida, aí cada dia folga uma pessoa, aí às vezes a gente trocava pra poder ficar junta. Aí ela dizia, né? Assim, a gente combinava, aí tu vai lavar "roupa", vai fazer a comida, porque nunca gostei muito dessas coisas, mas a gente a gente dividia (...) tudo dividido, vida de casada, né. (Margarida).

Considerando que estas situações aparecem em relações tão 'normais' podemos compreender como este tipo específico de violência pode ser normalizado em seus discursos. Destacamos que não é qualquer manifestação violenta seria para as participantes, 'normal' haver violência desde que: física em detrimento de verbal (que pode machucar mais) e motivada pelos ciúmes. Seja na posição de desconfiança de possível traição (não necessariamente sexual), seja como vítima inocente desta desconfiança (neste caso como uma reação indignada de quem faz tudo certo.

Observado esta ultima posição ressaltamos como os esforços em reproduzir uma relação 'normal', fortemente baseada em um modelo supostamente igualitário, serviriam de prova do sentimento de amor e do interesse em fazer que esta relação dê certo assumindo performances da companhia idealizada. No caso de Margarida existe inclusive uma clara tentativa de fuga do modelo heterossexual, considerando que culturalmente atribuiu-se as tarefas domésticas as mulheres, ela afirma que mesmo incomodada busca a divisão das tarefas, a igualdade "Assim, a gente combinava, aí tu vai lavar "roupa", vai fazer a comida, porque nunca gostei muito dessas coisas, mas a gente a gente dividia (...) tudo dividido, vida de casada, né".

Assumindo as diferentes posições, o poder flutua. Se, em uma perspectiva Foucaultiana, a violência se constitui como uma ruptura definitiva nas disputas pelo poder é fundamental descrever como se dão estas dinâmicas relacionais, que refletem as trajetórias de um poder flutuante.

Para Avena (2010) existe uma grande dificuldade em casais homossexuais identificarem suas dificuldades relacionais por dois motivos: primeiro por que as campanhas educativas contra a violência conjugal e doméstica abordam apenas casais hetero; segundo, por que, nas palavras da autora: “(...) a falta de modelos saudáveis de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo permite aos agressores convencer as vítimas de que este é um comportamento normal” (Avena, 2010, p.06).

Em nossos achados é possível que esta noção seja ampliada, e que os conceitos desta autora sejam vistos como condições de possibilidade válidas que, entretanto, não se esgotam.

Neste extrato observamos que Margarida se esforça para explicar o cotidiano de uma relação estável. Ela tem uma clara conceituação de como deve ser uma relação igualitária e embora justifique suas violências não as define como algo esperado ou desejado “*tudo é por culpa dos ciúmes*”. Neste cenário ela, como defensora desta relação, se insurge contra estes ciúmes por meio da violência.

Seriam estas violências respaldadas por um movimento de manutenção da relação? Como a evitação deste sentimento embasa suas justificações? Ao que consta a justificativa da violência motivada pelos ciúmes está destacada em outros escritos sobre o tema (Nunam, 2004; Topa, 2010; Avena; 2010).

Parece surgir um lugar de defesa da ordem e da harmonia do casal, este lugar, no caso apresentado, seria ocupado por Margarida, e ao que parece pelas demais entrevistadas. A que lugares mais elas se assujeitam?

5.2.2 A casa e a rua

Continuando a leitura da fala anterior abrimos espaço para discutir a construção e dinâmica das relações cotidianas. Em casa, ambiente costumeiramente associado ao feminino, as tarefas e obrigações são divididas de forma igualitária e serena, este ambiente parece antagônico à possibilidade de conflito (mesmo que não goste das atividades elas são divididas).

Por outro lado, a rua aparece como ligada ao masculino é o espaço de expressão de uma masculinidade violenta. Recordemos o trecho anterior (tópico 5.1.3) em que Cravo retrata a presença da companheira em um bar, com outras mulheres, enquanto ela aguardava em casa. Nas falas a rua é local de assumir posições de sedução e de relacionar-se com amigos homens, estas relações conforme visto anteriormente, seriam de maior confiança e confidencialidade.

Ainda no território rua se exercem as atividades do prover a família e a casa (uma reprodução do modelo heteronormativo). No trecho abaixo vemos como Rosa defende que as atividades de prostituição devem ser aceitas, posto que são parte de sua profissão que provê as necessidades do casal. Observemos o seguinte extrato na fala de Rosa:

(...) me conheceu na cidade fumando pedra, eu fumava pedra e ela me chamou pra fazer programa, por que a pedra é trinta reais, ai ela disse que dava trinta reais e uma pedra ai eu digo bora, ali a gente (..) fazia, ela me chamou pra fazer o programa, trinta reais ela disse que ia me dá. Era... aí tá certo, tá ligado, o valor da pedra, mais fuma outra pedra, bora. (...) daí começou eu ter uma vida com ela, ai ela se acostumou, eu me acostumei a gente se “aviciou” uma na outra aconteceu (...)(...) porque eu fazia programa com outras sapatão, pra ter dinheiro e pedra (crack), ela não gostava, aí rolava muita coisa, era de pedra, pau (...) ciúme, por besteira, não tem nada a ver, coisa de mulher mesmo (...) ela tinha que aceitar né. Meu trabalho, nosso ganha pão (Rosa).

Os ciúmes do trabalho, independente do tipo de trabalho exercido são injustificáveis, especialmente se este trabalho garante o prover, ou parte dele. Além disso, podemos destacar no discurso de Rosa outro elemento: as atividades já eram exercidas antes do relacionamento, ademais ela conheceu sua companheira enquanto 'cliente' de um de seus programas, tendo ela mesmo lhe pago o programa com pedras de crack, portanto "ela tinha que aceitar".

Nossas participantes reconstroem uma 'moral' adaptando elementos tidos como 'corretos' pela sociedade mais ampla a suas experiências. Estes 'valores', além de reforçarem o caráter híbrido e contingente de suas vivências, são demarcados por um elemento central: a ideia de que o descumprimento deste código de conduta seria um motivador de situações de violência inevitáveis. Para elas algumas atitudes, alguns 'ciúmes' mais especificamente, são inaceitáveis e desmedidos "ciúme, por besteira, não tem nada a ver, coisa de mulher mesmo".

Rosa é a provedora, quem trabalha e tem família para sustentar, para Costa (2011) em casais, sejam hetero ou homossexuais, a possibilidade de término de um relacionamento envolve uma perda financeira significativa, o que indica que em alguns casos, pessoas se metem em relações abusivas para evitar estas perdas ou em casos mais extremos por não terem outros meios de subsistência.

Estes elementos de dependência se expressam de forma independente da esfera do desejo ou da orientação sexual. Criam-se assim 'moldes', processos exclusivos e discriminatórios que se operam quando alguns casais vivenciam a vida a dois. Topa (2010) discute que esta dependência econômica não está diretamente associada a ocorrência da violência, mas é usada como justificativa para as situações de violência.

As tramas do poder se revelam com certa contundência quando o elemento dependência se apresenta. O dependente acaba em um lugar de subordinação, reforçado por sua ‘necessidade’ de manter-se no relacionamento por não visualizar outras possibilidades de subsistência. Assim, para reforçar o ‘relacionamento ideal’ existiriam regras rígidas, é necessário ‘saber seu lugar’, caso contrário, a violência atua:

*Aí esse tipo de discussão acaba... gera eu “agredindo” ela, porque ela “não” chega pra conversar, aí isso ela fala “gritando”, “batendo” em todo mundo, querendo mostrar que tem autoridade sobre mim e ela “não” tem, né? Porque infelizmente só quem tá “tendo” é a “polícia” porque eu “estou” aqui porque eu errei e estou pagando pelas merdas que fiz lá fora, mas eu tenho minhas próprias coisas, minha vida. E agora danou que eu **vou deixar uma mulherzinha qualquer ficar mandando em mim com autoridade**. Isso nunca aconteceu comigo, nem deixo. Como disse ao senhor **eu sempre fui sapatão**. Antes “de eu”(…) quando eu vim recolhida aí eu estava com a minha ex mulher que eu vivi oito anos, só que a gente não estava mais fixo, a gente estava assim, né? “ficando”, mas aí então nenhum vínculo mais. Mesmo assim era tudo de boa, **a pessoa sabia o lugar dela né...** Só uma vez eu dei umas porradas nela, aí ela caiu quebrou o braço, aí a família dela deu parte, mas não fui eu a culpada não, mas ainda passei dois dias presa por isso, mas besteira de ciúme, normal como em toda relação. (silêncio), mas não gosto de falar lá de fora não (silêncio), mas essa relação foi dez (Margarida).*

A reafirmação de uma ‘identidade sapatão’ não inclui necessariamente a relação igualitária que se apregoa em casais de mulheres (Nunam, 2004).

O ‘ser homossexual’ não parece proteger o casal de uma hierarquia em que uma estaria supostamente subordinada à outra. Quando assume uma posição de comando, Margarida institui um lugar de subordinação à sua companheira que, caso cumpra suas determinações, garante uma relação de sucesso, “*a pessoa sabia o lugar dela né*”, portanto ao permanecer em ‘seu lugar’, o conflito seria evitado.

Notamos que na mesma relação nossa participante descreve uma cena de violência que termina com uma séria lesão da companheira, entretanto justifica: “*mas não fui eu a culpada não, mas ainda passei dois dias presa por isso, mas besteira de ciúme, normal como em toda relação (silêncio)*”. Novamente observamos

que embora admitam terem cometido as violências nossas participantes definem tais atos como 'necessários'. Para Margarida o comportamento da parceira justificou seus atos, mais uma vez baseados nos ciúmes, seria uma violência 'normal'.

Também destacamos que a companheira de oito anos de relacionamento não a denunciou a denúncia partiu da família assim como em boa parte das denúncias de violência conjugal em casais hetero. A negação a denúncia pode ser compreendida como um possível resultado dos processos de subordinação.

Conforme já pontuado as posições do sujeito são flutuantes, portanto, em uma relação de dominador e dominado os papéis não são estáveis, existindo inclusive a resistência como resultado do exercício do poder. Entretanto, não podemos desprezar que existem condições de possibilidades, a dependência, por exemplo, limita as possíveis reações de insurgência às estratégias de dominação e controle.

Na teia relacional as possibilidades de exercício de poder e resistência estão imbricadas em tramas que ora se sobrepõem, ora se afastam. É necessário compreender a coerção, e conseqüentemente a sujeição em uma perspectiva processual.

No pensamento Butleriano os processos de sujeição geram além da repressão a melancolia que seria um dos elementos de constituição dos sujeitos. Na melancolia o mundo social parece desaparecer, surgindo em seu lugar um outro mundo demarcado por um sentimento de ambivalência constituído por autocensura e consciência exacerbada, conformados por uma perda não resignificada (ou não chorada). Esta melancolia seria uma condição de possibilidade para a resistência. Certas formas de amor seriam possíveis, outras não, a sanção social

produz estas possibilidades de amor, atuando como um ideal regulador, que pode ter como base uma violência originária.

A culpa, que emerge no curso da melancolia, serve para prolongar o amor (ou o objeto idealizado deste amor). O sujeito social da melancolia seria, portanto, limitado em suas possibilidades de amar, com tendência de amar pela idealização (enraizada nas normas sociais), mais que pelo corpo. Este corpo poderia, portanto, ser violado, sem prejuízo ao ideal (Amigot Leache & Pujal Llombart, 2009).

Margarida reforça elementos de um modelo heteronormativo, normaliza a contenda como comum em toda relação e reforça seu próprio lugar de não subordinação “*e agora danou que eu vou deixar uma mulherzinha qualquer ficar mandando em mim com autoridade*”. A expressão ‘mulherzinha’ denota a suposta hierarquia estabelecida entre o casal, a condição de Margarida é de não submeter-se, este lugar cabe a outra pessoa da relação, e a violência garante que esta condição seja cumprida. Mesmo quando a ‘inevitável’ situação violenta ocorre, ela se livra da culpa, pois não afetou um ideal e sim um corpo:

Podemos indagar o que acontece à sexualidade quando percorre esse circuito particular de fantasia: ela se livra de sua culpa, de seus desvios, de sua descontinuidade (...)? E se se livra de tudo isso, para onde vão exatamente essas negatividades? Elas não tendem a ser projetadas sobre aqueles que não terão ou não entrarão nesse domínio santificado? E a projeção tomará a forma de julgar os outros moralmente, de representar uma abjeção social e daí tornar-se a ocasião de instituir uma nova hierarquia de arranjos sexuais legítimos e ilegítimos? (Butler, 2003b, p. 234-235).

A possibilidade de ‘julgar o abjeto’ é presente nos discursos, existe uma apropriação por parte das entrevistadas, de diferentes elementos difundidos socialmente como presentes em uma relação supostamente ideal (hetero). Estes elementos são mesclados, hierarquizados e compõem a fantasia de um relacionamento ideal e legítimo, criando uma hierarquia que vai do abjeto ao santificado.

Esta hierarquia apontada por Butler pode nos orientar a uma possível problematização sobre uma ação da categoria gênero enquanto elemento de dispositivos de poder, atuando em conjunto com outros dispositivos e estando firmemente apoiado nestes. Observemos os casos dos dispositivos da sexualidade e maternidade.

5.2.3 A Os usos das ‘posições de gênero’ como dispositivo de poder

Para Butler o dispositivo da sexualidade atuaria como produtor de relações, de subjetividades e da própria diferença arbitrária instituída aos sexos. Ela supõe que nestas haveriam práticas sociais inteligíveis e reguladas a partir deste dispositivo e das relações de poder dele decorrentes, assim identidades e corpos estariam a serviço de atender a especificidades históricas e sociais. Podemos tomar, como exemplo, a homogeneização do termo mulher que se embasa em genealogias sempre limitadas e situacionais (Amigot Leache & Pujal Llombart, 2009).

Com relação à maternidade Marcello (2009) discute o caráter político das relações instituídas à maternagem. Para esta autora a construção deste “lugar mãe” está eivada de limites e responsabilidades que tem clara relação com as orientações arbitrárias, típica do pensamento heteronormativo e binarista, de supostas diferenças entre os gêneros. Estas orientações, mais uma vez, serviriam para acirrar diferenças e justificar uma suposta subordinação da mulher ao homem.

Além disso, a ‘categoria gênero’ sempre respondeu a momentos históricos, como vimos em capítulo anterior ela é resultado de uma conformação arbitrária que

se mantém atualizando-se para responder a demandas atuais, intrinsecamente ligadas a um modo de produção capitalista. Ainda, é sem sombras de dúvida um conceito multilinear que abarca todo um conjunto de elementos relacionais baseado em regras e orientações rígidas.

Em uma sociedade de suposto controle não caberia buscar na religião, política ou escola o germe destas orientações, o poder é difuso existindo múltiplos dispositivos de controle na sociedade em que vivemos. O fato de não identificarmos diretamente a “fonte” destes discursos, pode significar que elas já tenham sido tão fortemente incorporadas ao senso comum que não causa mais estranhamento. Ao utilizar limites rígidos e regras disciplinares em suas relações conjugais se estabelece um jogo, sem papéis fixos, em que aparecem “leis”, prêmios e punições, nesta trama não existe uma dicotomia entre vitimizadora e vítima, mas uma espécie de dança em que cada uma ocupa diferentes posições em momentos diversos.

A teoria Foucaultiana vista até aqui nos orienta a pensarmos que as práticas discursivas ocorrem em um contexto social e, portanto, não estrito às relações destas mulheres. Para se tornar sujeito a pessoa se ‘sujeita’, e esta sujeição se dá nos processos de subjetivação através de verdades ancoradas em saberes que respondem ao poder, que se ajustam para objetivos maiores de controlar corpos e vivências, criando o mais permanentemente possível disposições sociais.

Foucault discute em “Vigiar e Punir” (1977) como a partir dos séculos XVII e XVIII houveram mudanças significativas na produção do poder, instaurando-se uma nova “economia do poder” com todo um conjunto de dispositivos para facilitar a circulação ininterrupta deste poder que agora era diferente do das relações de soberania.

Estas novas “tecnologias”, além de menos dispendiosas, seriam mais eficazes ao possibilitarem menores possibilidades de resistência. Agora o poder não se baseava mais na exclusão (como a loucura), mas na inclusão em determinada identidade para que pudesse ser acompanhado, ou melhor, vigiado. É dócil um corpo que pode ser transformado para ser usado.

Para Oliveira (2011) os mecanismos disciplinares, conforme apontados por Foucault, não tem espaço em um cenário permissivo como o brasileiro, aqui temos a vigilância não necessariamente a disciplina. Vemos, desta forma, uma ‘sociedade indisciplinada’ constituída sobre uma miscelânea de ferocidade e permissividade, o processo ‘civilizatório’ parece ter fracassado aqui. Apesar desta constatação, não negamos as inúmeras possibilidades de mecanismos de poder, pelo contrário, é provável que em um cenário tão caótico estas possibilidades tenham se proliferado e as tecnologias se aprimorado. Uma estratégia seria buscar os ‘modelos’ daquilo que se espera como desejável, ou normal.

Buscamos, portanto, a nomeação daquilo que é dito como normal é desejado e esperado nos relacionamentos. Embora para Avena (2010), não exista um modelo relacional em quem os casais homossexuais devem se inspirar é possível observar nas falas de algumas de nossas participantes como o modelo clássico heteronormativo de homem provedor e mulher cuidadora aparece com contundência:

É diferente de um “homem”, né? Porque a “mulher” “entende” tudo da “outra”. Pra mim é assim, né? Eu acho assim, normal. Ela, uma entende a “outra”, sabe o que a pessoa sente tudinho, direitinho. (...) Ela dizia que quando saísse daqui “não” ia... que ela vivia “roubando”. Que ela “não” ia “roubar”, ia “trabalhar” pra viver eu, ela e meus “filhos”, tomar conta de mim e dos meus “filhos”, alugar uma casa “para” me “botar” “dentro”, tudinho. Que ela não, não tinha filho. Ela queria cuidar de mim e dos meus “filhos”. (...) A gente ficava na cela separada, ela na cela 30 e eu morava na cela 32. “Não” vivia na “mesma” cela, não. (...) Eu só acho que ela acabou porque ela ficou com “outra”. Mas não gosto de falar disso não (silêncio) (Violeta).

Observamos na fala de Violeta a referência a esta possibilidade relacional que ganha elementos de um híbrido. Ela inicia sua fala apontando as vantagens de estar com alguém que é 'igual a si': mulher entende tudo da outra. Segue defendendo uma relação em que ela e os filhos serão cuidados pela companheira.

Quando afirma 'mulher entende tudo da outra' sinaliza certa ideologia de que relações entre mulheres, independente do estatuto desta relação (amizade, parentalidade, amor, etc.), seriam em princípio compreensivas e pacíficas. Este mito parece embasar toda uma linha 'identitária' que filia os sujeitas à uma categoria 'mulher'. Defendemos, conforme já discutido em vários momentos do texto, uma perspectiva não essencialista e não identitária.

O que observamos, no lugar de 'identidades', são posições do sujeito e estas não se assujeitam a uma suposta essência, não há, portanto nenhuma forma cristalizada de ser mulher ou de relacionar-se entre mulheres. As possibilidades são múltiplas e plásticas, portanto, não negamos a possibilidade da compreensão e passividade em uma relação entre mulheres, mas afirmamos que: este não é um modelo geral ou uma essência; uma mesma relação comporta variadas possibilidades, ou seja, o dócil de hoje poderá ser o violento de amanhã, tudo depende das experiências e condições de possibilidades. Não afastamos inclusive a noção hierárquica e de valores readaptados. No caso ilustrado é esperado que os filhos sejam cuidados pó ambas.

Segundo Topa (2010) a hierarquia se estabelece naturalmente em algumas relações entre mulheres, e com ela viria o germe do controle e do poder sobre o corpo daquela que é cuidada.

O corpo sempre esteve submetido a diferentes tipos de controle, mas para Foucault (1977) o século XVIII foi inovador, pois a partir dele passou-se a trabalhar

muito mais detalhadamente com os corpos passando de um controle do que o corpo faz, até um modelo mais coercitivo, não apenas para controlar o produto, mas o processo. Para se ter corpos dóceis e úteis é necessário o emprego de métodos (disciplinas), que se ocupam com a organização do tempo, do espaço e das capacidades.

A disciplina é uma técnica, não uma instituição. Ela funciona de modo a ser maciça e quase totalmente apropriada em certas instituições (casas de detenção, forças armadas) ou usada para fins precisos em outras (escolas, hospitais); ela poderia ser empregada por autoridades preexistentes (controle das doenças) ou por parte do aparelho judiciário do Estado (polícia). Porém, não é irreduzível ou identificável com nenhuma destas instâncias particulares. (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 169)

Este método disciplinar em um primeiro momento organiza os sujeitos nos espaços, o que Foucault chama de *quadriculamento*, através de instituições cercadas (conventos, escolas, prisões, hospitais), assim possibilita-se que “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (Foucault, 1977, p. 123).

Retomando Oliveira (2011), e seu afastamento dos mecanismos clássicos disciplinadores no cenário do Brasil indisciplinado, problematizamos o seguinte ponto: não seriam os arranjos familiares baseados na monogamia e na propriedade do espaço (minha casa), mais uma forma de ordenar os grupos? Mais uma tecnologia do poder baseada em adaptações? Desta forma, as relações conjugais estariam, de certa forma, atendendo a uma espécie de *quadriculamento*?

Aí, até hoje nunca mais voltou. É a vida mesmo, mas também essa minha “mulher” da rua “não” gostava de ter filho. Ela gostava mais de cachorro que de menino tratava muito mal as crianças. Aí meu filho chegava pra mim, dizia assim: mamãe essa tia “não” gosta de mim não, né mainha? Aí eu dizia: gosta, gosta sim. E ele: gosta não mainha eu sei que ela não suporta eu. Aí já era motivo de arenga né? Porque assim não se deve tratar uma criança. Aí já ficava um clima estranho e tal, um dia ela “com” ciúme de mim, a gente “tava” bebendo. Aí nós duas “tava” “bebendo” eu e ela. Aí quando “chegamos” em casa ela: não, por que eu vim fazer as coisa pro teu menino e ele é muito mal educado. Aí eu disse: tu veio nada FRAN! isso é mentira tua! Aí “começou” cacete. Eu e ela. (silêncio)(Cravo).

A negação da condição de companheira de uma mulher com filho faz da parceira de Cravo um estranho. Para nossa entrevistada, portanto, um elemento que deveria caracterizar uma relação entre duas mulheres é o apoio mútuo no cuidado com os filhos, a negativa deste cuidado abre espaço para o 'julgamento do abjeto', a noção de rompimento de um valor que pode justificar as violências.

Existe uma noção social de que em uma relação de casamento é esperado aceitar e apoiar a outra no cuidado com os filhos. Esta reação de rejeição corrobora o que Souza (2012) aponta em sua pesquisa quando define que em nenhuma das relações investigadas a mulher idealizava um relacionamento que implicasse na opção de exclusão dos filhos. Além disso a maternidade é apropriada como lugar de fragilidade, a mulher-mãe deve ser cuidada.

O comportamento prescritivo de cuidado se estende para outros elementos do cotidiano. Segundo nossas participantes nas relações existem horas específicas para diferentes atividades. Um horário para sair e outro para chegar em casa, há ainda um outro para as atividades domésticas e mais um para 'dar atenção à companheira'.

As capacidades também seriam organizadas. Quem é mais ou menos apta para as atividades domésticas, para o trabalho (diferentes tipos de trabalho). Estas capacidades criariam hierarquias em que se pode mais ou menos, a depender da capacidade de cada uma.

Afinal o objetivo do poder é o adestramento, que se utiliza: a vigilância hierárquica, que vigia; a sanção normalizadora, que normaliza; e o exame, que normaliza e vigia (Foucault, 1977).

O castigo disciplinar surge neste cenário com o objetivo de acabar com os desvios tendo como orientador um padrão previamente estabelecido, que visa a

'normalidade', porque pretende que cada um se pareça com os outros e todos se pareçam com o padrão. Foucault conclui que a disciplina fabrica os sujeitos: 'O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação "ideológica" da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama disciplina". (1977, p.161)

Existem, portanto, coisas que são construídas a partir da organização imposta pelo poder, cabendo a disciplina eliminar desvios e aumentar a "utilidade" dos sujeitos. Entretanto chamamos atenção para o seguinte ponto: ninguém é detentor da disciplina, além disso, vivemos em uma sociedade indisciplinada assim, em um momento em que alguém tenta 'disciplinar' outrem, ambos estão sendo sujeitados ao poder, a ideia de agir sobre o outro não passa de ilusão, sendo ela mesma (a ideia) fruto das tecnologias do poder.

O poder produz a realidade, produz sujeitos e o conhecimento que dele possa advir, entretanto, não existe individualidade anterior ou exterior ao poder e suas relações, o próprio poder disciplinar é que produz a noção de individualidade (Foucault, 1977). Além disso, fortalece as possibilidades de apontar as normas relacionais:

*Eu mesmo não boto o nome: não isso tá certo. Se eu ver que ele tá errado ele vai pagar pra mim, tá errado. Eu sou assim. **Ele ou a menina é tudo igual.** Mas abandonar como tô hoje não (...) No começo minha mulher vinha me visitar ela chegava, vinha me ver, conversava aí chegou um momento que ela veio estranha e disse eu tô desconfiada de tu. Aí eu disse: por que tá desconfiada de mim? Desconfiada que tu tá com outra. Aí eu fiz: isso é bobagem da sua mente. Aí ela: é mesmo? Aí eu digo: é. Aí depois quando ela veio no outro domingo eu peguei e cheguei pra ela, eu disse olhe você não merece que eu lhe minta, eu estou ficando com uma pessoa aqui dentro. É melhor eu chegar pra você e dizer a você. (Cravo).*

Podemos destacar claramente nesta frase, além do caráter híbrido em uma performatividade de gênero (Ele ou a menina é tudo igual), a contingência deste controle. A disciplina impele Cravo a revelar para sua companheira que tem se

envolvido com outra mulher na cadeia, embora esta não tenha contato com o universo da prisão, e que nossa participante corra o risco de ser abandonada. Percebemos assim que independente da vigilância de uma sobre a outra existem aparatos mais sutis, onipresentes e imperceptíveis. Essas tecnologias acompanham as formas de subjetivação, o ‘erro’ fica como que estampado no rosto e é percebido pela companheira.

Entretanto ela relata ter vivido em uma relação em que não existiam estes conflitos:

Já de oito anos. Essa foto aí me lembra ela porque era assim bem tranquila, normal. Nunca teve arranca rabo nenhum. Nenhuma violência, nunca, nem discussão, não. A gente era tranquila, mal a gente se encontrava dentro de casa e no momento que a gente se encontrava tinha nem motivo de discutir, porque existia a base da, do relacionamento que era a confiança. Então, “não” tinha discussão entre eu e ela, nem eu e a essa que ia me visitar (...).

Já, ao observar a quarta fotografia comenta:

Está vendo o que tô dizendo ao senhor como é que é coisa né? Olha aí elas discutindo. Todas “mulher”, mas mulher, mulher mesmo, sem esse negócio de menininho⁹, que eu brigo elas nunca “deram” em mim não. (...) O problema é ciúme. Quando eu saía ela perguntava, ela perguntava a hora. Tu só, tu saiu sem a hora? Tu chega agora e até agora “tava” “fazendo” o que? “Tava” “bebendo”, é isso. Eu sempre de boa com os amigos. A última pessoa que eu gosto de beber que é com minha família “mesmo”. Minha “mulher” só com minha família. Eu gosto de beber, só que eu gosto de beber com meus amigos “mesmo”, com “homem” “mesmo” (Cravo).

Ao retratar sua história em um primeiro momento, Cravo opta por uma descrição romanceada, negando que para além de uma relação de amor conjugal normativa, suas ‘diferenças’ se configuram como objeto de desejo. É possível que a ênfase dada no ‘normal’ esteja relacionada a busca pela aceitação e a uma postura de melancolia baseada no amor a um objeto idealizado, conforme descrito anteriormente.

⁹ “Menininho” é a expressão usada pelas participantes para designar mulheres que se apresentam com características como roupas e gestuais masculinos. Algumas delas inclusive utilizam nomes masculinos, como é o caso de Cravo.

No momento seguinte, ao ver a fotografia em que mulheres discutem, retoma o discurso hierárquico e heteronormativo, se afastando, inclusive da companhia de mulheres quando se encontra no espaço da rua. Durante este momento ela utiliza um gestual claramente associado às masculinidades e descreve comportamentos igualmente associados a homens, observamos como a matéria dos corpos não se dissocia das normas e regras que geraram sua materialização.

Ao assumir a 'posição de gênero' delineada culturalmente como masculino Cravo naturaliza os comportamentos que seriam atribuídos culturalmente aos homens como seus. Esta posição ganha forma em seus relacionamentos nas ruas, em sua preferência pela companhia de homens, na crítica a associação da bebida com a noção de família. Ela demarca espaços e cria possibilidades relacionais que reforçam certa tendência em relegar as violências a uma consequência inevitável do 'desrespeito' produzido pela companheira. Desrespeito este gerado por uma hierarquia instituída no relacionamento.

Ao que parece a construção deste relacionamento é que não deve pender para um referencial binário em que pólos opostos se situam demarcando territórios instituídos pelo social. Neste caso não temos uma relação heteronormativa, portanto, ao assumir posições cada companheira delinea suas possibilidades enquanto reafirma os lugares da outra. Trata-se de um jogo constante de exercício de poder e resistência em que limites são criados, testados, rompidos e novas possibilidades surgem em seu espaço.

Assim, é quando vão morar juntas que elas assumem uma relação de companheirismo fortemente demarcada por ideais heterossexuais (monogamia, matrimônio, filhos), neste sentido Butler (2003) alerta que estas situações não expressam uma transposição de modelos, estas pessoas não estão

necessariamente interessadas pela reprodução de todos os elementos de uma relação heteronormativa. É um jogo de colagem de diferentes elementos que compõem o híbrido de uma relação homoconjugal, em si subversiva aos modelos impostos e .caracterizada pela instabilidade.

Estas falas demonstram como os gêneros são constituídos através de performatividades, ao assumirem uma relação conjugal, existe apropriação de um conjunto de regras, mais ou menos estável, que delimita os comportamentos deste ou daquele cônjuge. Embora estas apropriações sejam híbridas e os comportamentos possam circular entre as companheiras, nos discursos, nossas participantes parecem ostentar atributos associados ao masculino.

Entretanto, suas falas também revelam que existem diferentes e diversas masculinidades e feminilidades que são enfraquecidas pelo reforço nas estruturas binárias em que masculino e feminino estão em pólos opostos, outras possibilidades acabam por ser associadas e uma espécie de ‘posição de gênero’ menos autêntica (considerando haver um suposto ‘modelo’).

Retomando a cartografia destas experiências temos: o sujeito assume determinada ‘posição de gênero’, ocupado lugares não prescritos mas que apontam possibilidades, a partir de então performa experiências articuladas a seus desejos e modos de ser no mundo, que foram constituídos em suas próprias relações com esse mundo, seja ele real ou imaginário. Assim, guiado por experiências e ilusões constitui uma frágil e tênue imagem de si e do outro, alimentadas em um espaço de constantes tensões resultantes de um ‘jogo de poder’.

A repressão e a regulação social geram um “voltar-se contra si mesmo”, neste momento entrariam em conflito a consciência e a má consciência estruturantes do sujeito social. O sujeito pode assumir uma forma psíquica em um

exercício contínuo de reflexividade e vigilância, o que pode gerar inclusive um desejo pela submissão.

‘Mulher, ulher mesmo, sem esse negócio de menininho’ aponta a identidade feminina heteronormativa, a consciência pode gerar uma autorregulação em relação aos prejuízos sociais da não sujeição, gerando sentimentos de medo, vergonha e culpa, que têm a função de mantê-la em uma situação de inteligibilidade social. Entre homens este processo ocorreria de maneira oposta (Amigot Leache & Pujal Llombart, 2009). Estes mecanismos podem nos ajudar a compreender como nossas participantes circulam nas diferentes posições do gênero, ora se subordinando ora se insurgindo e assumindo uma ‘posição de dominação’.

Estas novas tecnologias do poder reforçam a tese de que todos estamos submetidos a ele, sendo utilizados como instrumentos, no constante jogo de docilizar corpos e conferir-lhes utilidade.

Mas como se dá de fato este controle? Como o poder extrapola para a violência? Como funcionam as resistências? É sobre estes pontos que pretendemos discorrer no próximo tópico.

5.3 Violenta eu? Entre mulher não tem disso

O controle falado anteriormente, as tecnologias de docilização do corpo se expandiram a partir do século XVIII. Em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, (1993a), Foucault define que, a partir de então, se iniciou o controle da população como um todo, o que ele denomina “Biopoder”. A população passa a ser vista como um conjunto de corpos e começa a haver um poder sobre a vida

objetivando aumentar a força do Estado, que procura investir na saúde e bem-estar da população (investimentos que deveriam ser resgatados no futuro).

Para o advento do biopoder foi necessário criar novas estratégias e mecanismos de saber sobre o corpo (em especial através da medicina), além de mecanismos disciplinares que atuam sobre os corpos, e mecanismos regulamentadores, atuando sobre a população. A estes mecanismos Foucault denomina “tecnologias do corpo” e afirma que eles atuam em conjunto visando uma espécie de equilíbrio global, sobre tudo que possa acontecer com a população. A disciplina permanece, mas dessa vez não se volta mais para o homem-corpo, e sim para o homem-espécie.

Neste ponto destacamos a crítica feminista feita ao sujeito foucaultiano como um “sujeito masculino”. De fato, este autor pouco avançou no sentido de discutir as questões de gênero aliadas ao sujeito, entretanto, ao discutir o biopoder e o “homem-espécie” ele abre um importante caminho para os estudos de gênero. Ao pensar na regulamentação da vida, servindo a mecanismos globais, podemos iniciar a discussão sobre as desigualdades, pois embora o biopoder atue de forma massiva e indiscriminada, não deixa de atender a um certo processo de hierarquização entre os gêneros

Para Foucault os diferentes níveis de repressão podem ser observados ao longo dos séculos, entretanto, ele afirma que por ser homem não saberia dizer se existiriam diferenças fundamentais entre os sujeitos masculino e feminino (Amigot Leache & Pujal Llombart, 2009). Esperamos ser possível suprir esta lacuna com as contribuições Butlerianas à sua teoria, assim nada nos impede de problematizar suas ideias baseadas em uma perspectiva de gênero.

Entre o corpo e a população surge nas palavras de Foucault a sexualidade, e toda uma “política da sexualidade”. A sexualidade depende de mecanismos disciplinares de controle e ao mesmo tempo carece de mecanismos de regulamentação, por conta de seus efeitos na procriação (Foucault, 1993).

Neste ponto observamos que o biopoder passa a estimular os discursos sobre o sexo ao invés de limitá-los, a sexualidade passa a ser falada especialmente no seu caráter “patológico” e no reprodutivo, este discurso articula o sexo ao futuro da humanidade. O elemento que circularia entre o disciplinar e o regulamentador seria a “norma”, que permitiria o controle concomitante da disciplina do corpo e eventos populacionais. O biopoder instituiu assim uma sociedade normalizadora. A lei passa a funcionar como norma a partir de aparelhos disciplinadores como a igreja e as escolas. Assim a sociedade passa a produzir subjetividades em massa.

Foucault (1997) em um de seus últimos seminários ministrados no Curso do Collège de France, intitulado “Subjetividade e verdade”, dedica-se a aprofundar suas discussões sobre:

Como um sujeito foi estabelecido, em diferentes momentos e em diferentes contextos institucionais, como objeto de conhecimento possível e desejável ou até mesmo indispensável? Como a experiência que se pode fazer de si mesmo e o saber que se pode fazer de si mesmo, e o saber que deles formamos foram organizados através de alguns esquemas? Como estes esquemas foram definidos, valorizados, recomendados, impostos? (Foucault, 1997, p. 109).

Objetivando responder a estas questões Foucault fala das “tecnologias de si”, caracterizadas como um conjunto de procedimentos que visa manter ou transformar a identidade dos indivíduos, tendendo a objetivos determinados. Aqui ele se propõe a estudar não as ideias ou os comportamentos, mas algo que possibilita a experiência de si. Estas tecnologias de si possibilitam aos sujeitos,

efetuarem por si mesmos, operações sobre seus corpos, ou qualquer outra forma de ser, obtendo transformações de si mesmos.

A experiência de si resulta do cruzamento entre discursos que definem a verdade do sujeito, práticas reguladoras e formas de subjetividade, esta experiência constitui-se em uma perspectiva histórica.

Institui-se através da confissão (Foucault, 1993) a ideia de que dizer a verdade sobre si, incluindo os desejos mais profundos, seria a única forma de conhecer a si e possibilitar que os outros o conheçam. É um ato de controle: ao falar de si, o indivíduo se constrói, pois constrói sua própria identidade na fala, assume posições.

Ao falarem das situações de violência, nossas entrevistadas se sujeitam a uma 'posição de gênero ligada a violência', criando uma identidade, embora frágil e temporária, acoplada a um discurso de controle, embora as leis e instituições as determinem como responsáveis únicas pelo ocorrido fica claro que estas vivências são resultados de um complexo jogo relacional em que a violência estava presente desde os alicerces, não apenas do relacionamento em si, mas desde a concepção social sobre conjugalidade.

Neste sentido, acrescentamos que práticas performativas são acionadas para permitir a exposição destas experiências que, momento algum são individuais ou unilaterais. As supostas 'algozes' foram e são 'vitimadas':

E então ela me “esculhambava”. Me chamava de puta, de rapariga, de tudo que “não” presta. Aí a, a fúria subiu em mim, eu ia “para” cima dela e começava a dar nela. Eu “não” “podia” estar “falando” “com” ninguém que ela já dizia: já vai, né? E que “não” sei o que... Começava me “esculhambando”, aí eu ia e “dava” nela. Era! (...) aí pendurei “as” “chuteira”. (...) Termina piorando outra vez eu dê-lhe uma facada nela, porque ela deu uma aqui em mim. (Violeta).

Destacamos na fala de Violeta as graves violências verbais e a resposta a uma violência física (facada) praticadas pela companheira contra ela. Observamos o

continuo estabelecido entre as diversas formas de violência verbal/psicológica antecedendo o ato físico, comumente descrita em situações de violência conjugal no modelo heteronormativo.

Novamente os ciúmes aparecem como causa referendando a ideia de uma posse sobre o outro '*eu não podia estar falando com ninguém*' aparece como indicativo desta possessão e das normas não ditas presentes no campo deste relacionamento. A situação também nos parece reforçar a perspectiva da melancolia, pois as palavras são dirigidas ao 'corpo' desmerecido, não necessariamente a imagem idealizada. Mesmo após os graves insultos e violências a relação permanece, o que não indica uma ausência de intencionalidade, mas possivelmente um desvio do objeto nos momentos de fúria.

Nestas ocasiões observamos claramente a presença das práticas performativas. Performatividade designa a interminável dinâmica da reiteração de normas que significam e materializam os corpos dos sujeitos. Nesta perspectiva é possível compreender as 'posições de gênero' como baseadas em um conjunto de 'ideais' que cria e governa corpos, materializados na e pela performatividade. Desloca-se, portanto, a ênfase em uma suposta identidade, para a concepção de um tornar-se, uma 'identidade' como movimento.

Violeta é vítima, algoz, vítima, em um ciclo que só cessa na denúncia e na responsabilização pela 'verdade jurídica' de um culpado. O outro, o estranho, o direito disciplinador de uma sociedade indisciplinar rotula, estigmatiza. A voz desta mulher fica contida, destituída de valor e significado para o meio social em que vive ao passo em que é lançada no micro-cosmo prisão, onde as normas e leis são próprias e servem a sobrevivência. Cremos que assumir esta submissão seja tão contingente quanto uma possível dominação, ambas são partes dos 'jogos' e não

nos parece possível dissociá-las. Resta compreender como elas se fazem possíveis e como são experienciadas.

5.3.1 Posições de gêneros e condições de possibilidades

Conforme dito anteriormente nos interessa saber o 'como' estas possibilidades, estas realidades são criadas. Compreendendo-as como relacionais, cabe retomar o conceito de performatividade que surge com Austin (1998), referindo-se a atos de fala, proposições linguísticas que vão além da mera descrição, seriam discursos que fazem as coisas acontecer, criam e recriam as realidades.

De acordo com Silva (2007) “contrariamente à visão que geralmente se tem, a linguagem não se limita a proposições que simplesmente descrevem uma ação, uma situação ou um estado de coisas” (p. 92). Haveriam, portanto, falas que produzem aquilo que nomeiam, seriam estas as preposições performativas.

Aproximando este construto lingüístico das 'posições de gênero', Butler define que o gênero resulta de atos de fala, e outras linguagens, que produzem uma estrutura binária e hierarquizada completamente arbitrária e baseada em uma heterossexualização compulsória dos vínculos sociais. O gênero, enquanto performatividade é norma derivada do poder das citações que impõem, se um enunciado é exitoso

(...) não é porque uma intenção governa com êxito a ação do discurso, mas porque essa ação é o eco de uma ação anterior e

acumula o poder de autoridade através da repetição ou citação de um conjunto de práticas autoritárias precedentes” (Butler, 2002, p. 58).

Uma performance funciona ao recorrer e esconder as convenções constitutivas que a ativam:

Quando, no jargão lacaniano, diz-se que alguém assume um sexo, a gramática da frase cria a expectativa de que existe um ‘alguém’ que ao despertar, faz uma verificação e decide qual sexo assumirá hoje (...). Mas se essa ‘assunção’ é *imposta* por um aparato regulatório de heterossexualidade (...) que reitera a si mesmo através da produção forçosa do ‘sexo’, então a ‘assunção’ do sexo é constrangida desde o início (Butler, 2001, p. 166).

Vemos assim que existem profundas restrições à materialização do sexo, registradas simbolicamente. Ao assumir uma posição sexual o sujeito adentra uma dinâmica binária de “opostos complementares”. Esse processo é determinado por “verdades” e por uma suposta ‘disciplina’ com regras e castigos dela decorrentes.

Até aqui temos visto que a sociedade fabrica os sujeitos de tipos diversos, através de suas verdades e práticas disciplinadoras, entretanto ressaltamos que existem os tipos “ideais”. Entretanto, existem os indisciplinados, os apáticos, enfim, os que fogem as normas. Estes devem ser “combatidos”, pois constituem o que em termos foucaultianos podemos chamar de resistência. O poder se transmuta em psiquismo:

(...) o poder social se transmuta em psíquico e produz , por um lado , certas formas de reflexividade no assunto e, por outro , certas formas de concretização; Por fim, limita a sua sociabilidade (o conteúdo é relacionado à categoria social específica para a qual ele é questionado desse assunto) . Ou seja, o poder social opera por meio de fenômenos psíquicos, restringindo a produção de desejo e a área habitável de sociabilidade (Tradução nossa) (Amigot Leache & Pujal Llombart, 2009, p. 144).

Seria necessário, fundamental, se aproximar ao máximo de padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero. “O humano se concebe de forma diferente dependendo de sua raça e a legibilidade desta raça; sua morfologia e

reconhecimento daquela morfologia; seu sexo e a verificação perceptiva desse sexo; sua etnia e a categorização dessa etnia” (Butler, 2004, p. 2).

Assim, Violeta aponta que em uma relação com outra mulher é possível vivenciar cobranças que seriam socialmente associadas à mulher (as cobranças por um ciúme, segundo ela tipicamente feminino), e estranha este comportamento:

Olhe aí outra de confusão, de dor de cabeça. Não tô dizendo. Duas mulher é jacaré (risos) Quero mais nunca porque pra querer é “dor” de cabeça, fico com “dor” de cabeça ai, mulher é muito ciumenta, fica... Sei lá! Diz coisa sem ter nada a ver, “não” tem nem lógica as “coisa” que ela diz comigo. Fica dizendo: “está “pensando” que “sou” otária, está “pensando” que não tô ligada não, é? Que tu fica dando em cima dos menininhos?” Digo: menina, eu não quero ninguém não, eu só quero tu. Para com essas tua “tabaquice”?! (...) (Violeta).

A fala ‘duas mulher é jacaré’ nos parece bastante ilustrativa, pois parece indicar uma espécie de problema anunciado, uma ‘dor de cabeça’ baseada na ideia de subversão da norma heteronormativa compulsória. Lembramos que ao assumir determinada ‘posição’ o sujeito assume riscos, estando estes acentuados quando os lugares ocupados são subversivos, contrários a norma. Assim, o desejo torna-se perigoso e evitável.

Em seus enunciados Violeta circula entre os lugares ‘mulher’ e ‘sapatão’, são duas possibilidades que se complementam e entrelaçam. Observemos que sua companheira teme os menininhos (mulheres masculinizadas), portanto, para ela o ‘lugar’ masculino compreende uma ameaça, aparentemente maior que o feminino. São tentativas de construir espaços relacionais em que variados recortes se complementam. Violeta, por outro lado, resiste a ideia de um suposto interesse em outra pessoa reforçando o caráter de ilógica no argumento da outra. No entre desejos se institui a desconfiança que gera violência.

Ao pensar nestas subversões e tentativas de refazer o humano, conferindo-lhe um novo curso, Butler recorre a categoria do cyborg de Haraway. Para Butler

uma humanidade refeita seria mais aberta e inclusiva, baseada em processos de assimilação, ao invés de exclusão, para ela:

“Se Fanon escreve que ‘um negro não é um homem’, quem escreve quando Fanon escreve? Que possamos perguntar ‘quem’ significa que o humano excedeu sua definição categórica e que está na e através da elocução abrindo a categoria a um futuro diferente” (Butler, 2004, p. 13).

Se discutimos a “humanização” destas mulheres assumimos dois posicionamentos críticos: o primeiro de admitir que existe de fato um processo de desumanização e exclusão delas, o segundo de que as assimilando proporcionamos a própria revisão do humano. Para que isso ocorra é necessário desfazer conceitos discriminatórios e restritivos, normas e regras, em benefício de conceituações multiplamente habitáveis.

Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais (Butler, 2003a, p. 139).

Para Foucault todo poder pressupõe resistência, e a resistência nunca poderá ser exterior ao poder “[...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1993a, p. 91). Conforme complementa Veiga-Neto: “[...] a resistência ao poder não é a antítese do poder, não é o outro *do* poder, mas é o outro *numa relação de* poder – e não *de* uma relação de poder [...]” (Veiga-Neto, 2007, p. 151).

Não é possível ignorar o caráter relacional do poder no pensamento Foucaultiano, em toda relação de poder existem elementos múltiplos que representam o adversário, o alvo, o apoio, enfim não se deve pensar em um poder

de mão única ou em um ponto isolado de resistência, elas são a contrapartida das relações de poder.

Grandes pontos de resistência são raros, observados apenas em grandes revoltas, em sua maioria são móveis e transitórios, presentes em todas as relações de poder

[...] que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. (Foucault, 1993, p.92).

Assim, as relações entre resistência e poder são concomitantes e indissolúveis. O poder só pode existir se houver resistência, ao mesmo tempo é a resistência que rompe o poder. Da mesma forma que o poder é difuso e está presente em toda parte a resistência “atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais” (Foucault, 1993a, p.92).

Foucault aponta estados de dominação em que as relações de poder são permanentemente assimétricas, e exemplifica esta ideia a partir da estrutura conjugal tradicional. Segundo ele embora não se possa dizer que a mulher estava completamente controlada pelo cônjuge, posto que poderia mentir, enganá-lo, rechaçá-lo sexualmente ou tirar-lhe dinheiro, estava de fato em um estado de dominação, pois estas estratégias não chegavam jamais a retirá-la de sua situação de subordinação. Nos estados de dominação é difícil que as resistências sejam de fato efetivas e que possam se multiplicar estrategicamente (Amigot Leache & Pujal Llombart, 2009).

Não há o lugar do poder, assim igualmente não existe um lugar da resistência, ela se pulveriza em pontos transitórios, flexíveis e móveis, e se distribui por toda trama social. A resistência assim não tem um objeto, a todo momento as relações de poder abrem possibilidades de resistência.

A resistência e a sujeição, portanto, ao mesmo tempo que sujeitam habilitam o surgimento de um sujeito agente. Como ativo no processo de resistência, os sujeitos, em uma perspectiva Butleriana, criam estratégias para debelar o processo. Estas estratégias estão ligadas às suas possibilidades de resistência e seu nível de vulnerabilidade, em situações extremas elas não são possíveis. O próprio “lugar mulher” seria um espaço de vulnerabilidade.

(...) a mulher - objeto como um "objeto de desejo do outro" em um duplo sentido: ser de outro na dependência e ser de outro na carência, já que simbolicamente em nossa cultura o homem não é o outro da mulher, mas a mulher é sim o outro do homem. Isto conforma subjetivamente as mulheres com um “plus” de dependência como um "Ser de Outro", em linhas gerais, despojando-as subjetivamente em um grau maior. Esta é a vulnerabilidade fundamental das mulheres como seres sociais: tornam-se "um sujeito do desejo do outro" em um sentido forte. Uma profunda vulnerabilidade e pesada em um processo de transformação subjetiva e social das identidades de gênero e da relação entre os sexos (Amigot Leache & Pujal Llombart, 2009, p. 139)¹⁰.

As tentativas de burlar estas condições se fazem presentes em diferentes momentos de fala de nossas participantes. Observemos o discurso de Violeta que afirma não desejar se relacionar mais com homens (embora na fala anterior tenha afirmado que não queria mais mulher), ela cria a estratégia da relação com um menino (lésbica com características masculinas), segundo ela, nesta relação estaria mais próxima de uma “normalidade” sem se vulnerabilizar diante de uma figura masculina:

Eu não quero mais homem nunca, e já arrumei um menino lá fora é direitinho ele. Ele disse que vai me ajudar, me dá força pra eu não viver nessa mais, eu quero isso pra mim e pros meus filhos. E ele aceita meus filhos. Ele disse que vai na minha casa onde está meu irmão, lá onde eu moro... É porque meu irmão não deixa ele levar

¹⁰ Tradução livre do original: (...) sujeto-mujer como un “sujeto de deseo del otro” en un doble sentido: ser de otro en la dependencia y ser de otro en la carencia, ya que simbólicamente en nuestra cultura el hombre no es el otro de la mujer, pero la mujer si es el otro del hombre-Uno. Ello conforma subjetivamente a las mujeres con un “plus” de dependencia, como un “Ser de Otro”, en mayúsculas, despojándolas subjetivamente en un grado mayor. Esta es la vulnerabilidad fundamental de las mujeres como seres sociales: devenir en “un sujeto de deseo del otro” en un sentido fuerte. Una vulnerabilidad profunda y pesada en el proceso de transformación subjetiva y social de las identidades de género y de la relación entre los sexos.

meus filhos. Disse que vai na minha casa, lá onde eu moro no Curado pra apanhar meus filhos pra gente viver nossa vida. Eu, ele e meus filhos normal (Violeta).

Esta estratégia embora pensada como solução para a vivência de uma relação idílica de ‘normalidade’ pode, não ser exitosa por seu caráter subversivo. Observamos que Violeta segue em seus planos o padrão da relação familiar nuclear burguesa (Eu, ele e meus filhos normal), considere-se que nossa participante vem de um longo histórico de situações de violência resultantes de sua insubordinação a este modelo, além disso, lembramos que ‘menininho’ designa uma lésbica com traços masculinos, não um homem, portanto estaria novamente fora do padrão ‘normal’.

Por outro lado, parece indicar um retorno a situação anterior, conforme apontamos anteriormente, assumir um ‘lugar mulher’ nos ditames do modelo social se configura como um lugar válido, em especial, se este lugar não limita a vivência de sua homossexualidade. Podemos pensar assim que assumir determinado nível de submissão, em uma relação com um ‘menininho’, indica um inter-espço desejado, uma família híbrida que atende uma mescla de desejo e necessidade. Uma forma de resistência em que se mantêm parte do ideal social e parte do que se entende como ideal particular, é uma forma de resistir com o mínimo de embate.

Para Foucault não existem relações de poder soberanas e totalmente vencedoras, a todas se pode resistir, o que interessa são as lutas e movimentos dinâmicos produzidos pelas interações entre poder e resistência. Inexiste um poder onisciente e onipotente, não existe, portanto, sociedade disciplinada, mas sociedade disciplinar, os dispositivos existem o que não significa que funcione para todos, por outro lado, as resistências não funcionam de maneira uniforme.

Estar em posições diferentes das ditas “normais”, ou seja, fora da lógica heterossexual, impulsionaria o indivíduo a adotar posições híbridas, perceptíveis na

linguagem. Ao investigar a heterossexualidade compulsória Butler aponta que “a lógica heterossexual que requer que identificação e desejo se excluam mutuamente é um dos instrumentos psicológicos mais redutores do heterossexismo” (2002, p. 76). Mas alerta de que esta lógica discriminatória e excludente não é prerrogativa exclusiva da heterossexualidade:

Na realidade, essa mesma lógica pode caracterizar e sustentar as posições de identidade lésbica e gay que se constituem através da produção e repúdio do Outro heterossexual; esta lógica se reitera na incapacidade de reconhecer a bissexualidade assim como na interpretação normalizadora da bissexualidade como uma espécie de deslealdade ou falta de compromisso: duas cruéis estratégias de exclusão (Butler, 2008, p. 169).

Butler tece severas críticas às teorias que definem existência de identidades coerentes advindas de um integro “núcleo psicológico”, que supostamente seria adquirido ao assumir este ou aquele sexo, para ela:

Isto de “ser homem” ou ser mulher são questões internamente instáveis. Estão sempre assediadas pela ambivalência precisamente porque toda identificação tem um custo, a perda de algum outro conjunto de identificações, a aproximação forçada a uma norma que a pessoa nunca escolhe, uma norma que nos escolhe, mas que nós ocupamos, invertemos e resignificamos, já que a norma nunca consegue determinar-nos por completo (Butler, 2008, p. 186).

Butler argumenta que estes processos de materialização dos sujeitos, firmemente baseados em matrizes excludentes, criam os gêneros inteligíveis e o domínio do abjeto. A primeira estaria de acordo com as “regras”, ligado a ideia binarista de homem, mulher e filhos em uma família monogâmica e heteronormativa, a segunda estaria ligada ao “abominável”: “certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural” (Butler, 2003a, p. 39). Estes não seriam aceitos como sujeitos, cujas vidas são “menos importantes”. A estes ‘abjetos’ “são-lhes impostos custos morais, políticos, materiais, sociais, econômicos, mesmo que, hoje, a desobediência a essa ordem e o desvio

dela sejam mais visíveis e até mesmo mais 'suportados' do que em outros momentos" (Louro, 2004, p. 88).

É fundamental ressaltar que, dependendo dos níveis de desigualdade e vulnerabilidade social, as possibilidades de resistências se tornam cada vez mais escassas. Partindo de uma matriz de gênero podemos considerar que: uma mulher em nossa sociedade tem menos possibilidades de resistência; uma mulher lésbica menos ainda; e o que seria possível dizer de uma mulher lésbica e tida como "violenta"? Estas resistências, que cremos sejam limitadas, devem ser vistas pulverizadas, em pequenas práticas do cotidiano, nas palavras e nos silêncios.

Compreender a categoria gênero enquanto performativa não requer, portanto, incentivar o abjeto, mas questionar os próprios mecanismos excludentes que materializam os sujeitos na tentativa de conformá-los a identidades rígidas.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Neste momento é fundamental reconhecer que o trabalho desenvolvido gerou muito mais perguntas do que respostas. Esperamos ter sido possível desvendar alguns fios das teias e tramas que compõem as situações de violência na conjugalidade entre lésbicas, numa perspectiva de gênero. Buscamos questionar e transgredir “verdades” fabricadas e eternizadas pelo poder, jamais respostas ou teorias finais.

É fundamental considerar que o que foi aqui discutido é volátil, provisório e altamente influenciado pelas condições de possibilidades tanto de nossas participantes, quanto as nossas, como pesquisadorxs. Em outros lugares, com características culturais diversas, é possível que emergjam questões distintas das aqui discutidas.

Chamamos a atenção, por exemplo, para a ausência de indicações nos discursos analisados, de questões ligadas a raça/etnia e condições sócio-econômicas. Três se declararam brancas e apenas uma parda. Duas declararam ter condições econômicas favoráveis (uma inclusive cursava desenho em uma tradicional escola da cidade), e duas se declararam pobres, entretanto, nenhuma articulou essas condições a suas vivências de violência em suas conjugalidades. A ausência de relação entre estes fatores e suas experiências pode indicar desde uma ênfase a aspectos emocionais, até uma leitura de que as discriminações e violências a que estariam expostas se minimizam por suas situações ocorrerem em espaços de intimidade.

É nesta intimidade que estas mulheres se constituem, e é a partir dela que se falam. A primeira característica que destacam em si se refere a não violência. As entrevistadas admitem ter cometido violências das mais variadas contra suas companheiras, entretanto, defendem que este comportamento faz parte de uma 'normalidade' inerente à situação de conjugalidade. Elas afirmam que as situações de violência são decorrentes de situações que precisam ser 'coibidas' para a própria manutenção do relacionamento trata-se, portanto, de violências 'inevitáveis', além disso, são igualmente vítimas de situações de violência.

A denúncia neste caso aparece como uma quebra. Um estranho, 'a justiça' designa em seu regime de verdades, a responsável por toda violência vivida que é estigmatizada e punida. O resultado é todo um complexo de resistências a este discurso que as aprisiona antes mesmo dos muros da prisão. Segundo suas falas o jurídico ainda não conseguiu se apropriar de toda complexidade que envolve um relacionamento entre duas mulheres. Questionamos em que medida o direito se apropriou das singularidades de qualquer relacionamento.

Não questionamos aqui o valor ou aplicabilidade das leis mas os limites de sua aplicabilidade, em especial, a situações em que não se localizam pólos opostos e antagônicos com tanta clareza.

Para elas, homens são violentos por natureza e utilizam de violências extremas em suas relações, chegando a assassinar suas companheiras. Esta situação deve ser evitada, entretanto, definem que situações de violência mais 'leves' são necessárias para manterem um ordenamento na relação.

Termos utilizados em relacionamentos heterossexuais são reproduzidos, entretanto, não significam necessariamente que as participantes assumam posturas masculinas. É interessante notar como seus discursos flutuam: ora de um discurso

comumente associado ao masculino, quando tratam da necessidade de ordem e respeito na relação, como são cuidadoras e provedoras de suas famílias, de como reagem aos ciúmes exacerbados da outra; ora utilizando o mito da mulher submissa, dócil, pacífica e vulnerável, incapaz de violência (pelo menos da violência extrema a que associam aos homens), que têm a necessidade de serem cuidadas e amparadas. Avena (2010) e Topa (2010) apontam este mito da docilidade, entretanto não no discurso de mulheres apontadas como responsáveis por situações de violência conjugal.

É neste ponto que nossa pesquisa se diferencia. Nossas participantes declaram-se homossexuais, “sapatão” para sermos fiéis ao termo. Mas o que significa ser “sapatão”? Para elas é um híbrido (Butler, 2002): o inter-lugar situado entre as posições binárias de masculino e feminino. Não são puramente nem homens nem mulheres, as condições de possibilidade e de resistência a que estão sujeitadas geram o espaço que constituem suas subjetividades.

Seus desejos não se adaptam aos padrões de uma norma hetero compulsória, são subversivos. Assim, o “ser” sapatão lhes permite não renunciar completamente ao feminino, nem se associar totalmente ao masculino. Este espaço de tensão (Souza, 2012), lhes permite uma fluidez que justificaria suas ações. As participantes admitem existir mulheres “masculinizadas”, mas não se inserem nesta categoria. Estes posicionamentos nos permitem visualizar inter-relações entre as concepções das participantes acerca de diferentes posições de gênero e suas performatividades em vários momentos de seus relacionamentos, até se envolverem em situações de violência conjugal.

Os sentidos que elas atribuem à violência conjugal/de gênero estão intimamente ligados ao “modelo binarista” e dele se alimentam, sem prender-se ao

mesmo. Os discursos produzidos indicam que as participantes se colocam, e se sentem compelidas a se colocarem em determinados momentos, em uma posição hierarquicamente superior que tem como função orientar as normas de respeito e convívio em suas conjugalidades. Elas não são o “masculino” da relação, como apontam representações do senso-comum, estão temporariamente ocupando este lugar passível de sofrer resistências e conseqüentemente mudanças. O que destacamos são as formas pelas quais elas defendem a necessidade de haver e de se manter este lugar, posições estas que podem ser compreendidas em si como também de resistência ao modelo heteronormativo imposto.

Podemos nos questionar se a ocupação desta “posição”, não necessariamente ligada ao prover econômico, a divisão de tarefas ou ao cuidado, mas intrinsecamente ligada a uma hierarquia de manutenção de uma ordem de subordinação na conjugalidade, tenha sido, segundo as participantes, conseqüência de assumir responsabilidades pela manutenção do relacionamento. Haveriam, assim, possíveis relações entre regulações das posições de gênero e vivências de violência na relação conjugal.

Não constitui objetivo de nosso trabalho concluir se os envolvimento em situações de violência nas conjugalidades são conseqüências (ou mesmo causas) deste lugar enunciativo. Gostaríamos apenas de aprofundar nossa leitura enfatizando as falas de nossas participantes no que concerne a esta prática, segundo elas natural e “normalizadora”, ao articular nossos achados à seguinte questão norteadora: estes fenômenos podem ser compreendidos como um uso das posições de gênero enquanto dispositivo de poder?

São variados e altamente complexos os dispositivos de controle dos corpos na contemporaneidade. A mídia, a internet, os celulares e os rastreamentos por

satélite, era algo impensável há poucos anos. Entretanto, por mais bem planejados que sejam estes mecanismos sempre há a possibilidade de resistência e insubmissão. O mesmo aparato que pode auxiliar no controle, pode contribuir para burlá-lo. A “norma” que nossas participantes defendem aparece como complementar a todos os elementos de controle, entretanto, no pensamento Foucaultiano, quando esta se manifesta pela violência o poder cessa deixando espaço apenas para a melancolia Butleriana caracterizada pela culpa e limitações nas possibilidades de amar. Aparece o amor idealizado, enraizado no social e não no corpo que se torna objeto de violações e degrado (Amigot Leache & Pujal Llombart, 2009).

É fundamental atentar novamente a seguinte questão: a violência conjugal se tornou em problema passível de ser pensado e discutido nos espaços entre diferentes disciplinas que apresentam verdades recentes e provisórias, e estas tramas participam da constituição dos sujeitos. Portanto, esta proposta de leitura se apresenta como possibilidade.

As expressões de dominação incorporadas por estas mulheres em suas relações, sejam estas manifestações públicas ou íntimas, aparecem como uma reinterpretação de antigxs personagens de uma mesma história. Suas vivências podem ser compreendidas como re-leituras do modelo binarista em que homens e mulheres aparecem como dominador e dominado.

Ainda que de forma não tão evidente nos discursos podemos supor:

O que se pede ao pensamento político contemporâneo é traçar as inter-relações que conectem, sem unir de maneira simplista, uma variedade de posições dinâmicas e de relacionamento dentro do campo político. Além disso, será decisivo encontrar formas de ocupar tais lugares e, ao mesmo tempo, submetê-los a uma oposição democratizadora na qual são reelaboradas perpetuamente (ainda que nunca possam ser superadas de todo) as condições excludentes de sua produção (Butler, 2008, p. 172).

Se pudéssemos pensar em gradações para as relações de poder, as diversas violências sofridas pelas mulheres (ai incluso o próprio lugar de subordinação a elas delegado), certamente seriam o mais elevado grau de contundência e gravidade a que se pode chegar. Não objetivamos desconsiderar o sujeito político mulher, nem descaracterizar os essencialismos estratégicos necessários muitas vezes para a concretização de ações políticas. O que destacamos é o perigo que se esconde nas generalizações.

Nossas participantes nos apresentam um híbrido de vivências em que circulam por diferentes posições sociais e que, inclusive, superam a ideia binarista de homem e mulher. Compreender os jogos de poder, posicionamentos e performances experienciados nos parece fundamental para ampliar o debate sobre como estas estratégias e mecanismos podem operar em qualquer relação, seriam os reflexos da utilização da categoria gênero enquanto elemento de dispositivos de poder, e nunca uma prerrogativa deste ou daquele tipo de relacionamento.

Costa (2011) aponta que existem muitas similaridades entre as relações homo e hetero sexuais, entre elas o silêncio das vítimas e um padrão na violência, destaca ainda três elementos de diferenciação: um preconceito internalizado por parte da vítima, que a faz sentir-se merecedora da “violência”; a ameaça de revelação pública de sua sexualidade; uma relação entre soro positividade e violência (em que o par soro positivo seria vítima de situações de violência extrema). Nenhum destes elementos foi mencionado por nossas participantes, entretanto, reforçamos o posicionamento da autora no que concerne a repetição de situações de violência ao longo do relacionamento, criando um padrão cíclico e interminável. Por outro lado, ainda que possa ter havido silêncio das vítimas por determinado período, este foi quebrado (lembrando que as entrevistadas foram denunciadas).

Reforçamos assim, a leitura de que pode haver a utilização da posição gênero como um dispositivo. Esta possibilidade se apresenta quando atentamos a conceituação multilinear destas posições, em especial nos desdobramentos do binarismo de gênero (Pujal Llombart & Amigot Leache, 2010), observamos sua inter-relação a elementos históricos e suas vinculações a outros dispositivos.

Os reflexos, ou ressonâncias deste uso como dispositivo se fará sentir nas relações de proximidade. Baseamo-nos, aqui, em duas questões: a primeira de que este 'dispositivo de gênero' se desvincula da perspectiva binarista, assim ele poderá ser observado entre pessoas, independente do sexo biológico; suas ressonâncias estariam presentes nos discursos acerca da conjugalidade e seria um reflexo das normas que regem as relações de poder entre os gêneros.

Sendo assim, baseados em uma perspectiva foucaultiana, defendemos que este "dispositivo de gênero" demarca comportamentos e performances, entre elas algumas intimamente ligadas às violências, que embora possam estar articuladas a ideia de masculinidade (em um modelo hegemônico) não são uma prerrogativa do homem (considerando que existem muitas e diversas formas de ser homem), este entendimento se coaduna com as perspectivas de Pujal Llombart e Amigot Leache (2010).

Nesta perspectiva a leitura das "identidades" forjadas pelo gênero, enquanto dispositivo de poder, se apresenta com grande potencial analítico de um sem número de situações de violência e nos afasta de uma perspectiva essencialista sobre a subjetividade e o sexo, além disso, podemos considerar as experiências e os efeitos de dominação em diferentes níveis relacionais, sejam micro ou macrosociais, sem nos ligarmos a pólos antagônicos. É possível observar exercícios

de dominação e de resistência circulando de maneira contínua e interminável em um constante jogo de busca pelos desejos, subversão e realização.

Se insurgir contra este modelo se inicia no reconhecimento deste dispositivo que se apresenta como uma trama cuidadosamente articulada para controlar a todos. A ideia de subversão aparece como uma fenda nestes discursos, a resistência a estas estratégias de dominação.

Nossas participantes estão mergulhadas nestas condições de possibilidade. Não devem ser apontadas como as “responsáveis”, as algozes. Elas atuam em um jogo bem mais amplo e complexo que se manifesta em suas intimidades.

Ao serem nomeadas pela justiça como ‘criminosas violentas’, as entrevistadas são lançadas, pelo discurso legalista, à um “lugar social” de extremo desterro. As condições de possibilidade a que estiveram expostas são negadas bem como os diversos níveis de violência e discriminação a que estiveram expostas. É fundamental, portanto compreender suas vulnerabilidades e limitações, ouvir seus discursos, para que se esbocem compreensões que se expandam do individual para o social. Não se justifica aqui suas práticas, ratificamos apenas seu direito de fala e as compreendemos como partícipes de uma relação demarcada por interdependência. Só desta forma nos parece possível entender, mesmo que de forma limitada, este fenômeno que é um dos mais graves problemas de nossa contemporaneidade.

Neste prisma ao aproximar o fenômeno ao construto gênero e problematizar acerca da possível existência de um “dispositivo de gênero” característico de nossa cultura e momento histórico, e que teria nas relações de violência um de seus elementos centrais, esperamos criar uma possibilidade compreensiva que acolha diferentes maneiras de viver e relacionar-se, sem nos prendermos a modelos fixos.

Esperamos que assim o debate possa alcançar um número expressivo de situações e relações que até então não seriam visualizadas, e que, portanto, permanecem à sombra de um modelo hegemônico.

REFERÊNCIAS

Adrião, K. G., Toneli, M. J. F. (2008). Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia & Sociedade*. [online], 20(3), 465-474. Recuperado em Agosto 16, 2013, de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102>

Almeida, A. C. (2007) *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.

Amigot Leache, P., Pujal Llombart, M. (2009). Una lectura del género como dispositivo de poder. *Sociológica (Méx.)*, México, v. 24, n. 70, 115-152. Recuperado em Novembro 10, 2015, de <<http://www.revistasociologica.com.mx/pdf/7005.pdf>>.

Avena, D. T (2010) A Violência doméstica nas relações lésbicas: realidades e mitos. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, 07. Recuperado em Junho 05, 2014 de <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3907>>.

Barbosa, B. C. *Nômades da norma: corpo, gênero e sexualidade em travestis de diferentes gerações*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis, UFSC, 2008.

Barcinski, Mariana. (2012). Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. *Psico-USF*, 17(3), 437-446. Recuperado em Novembro, 01, 2015, de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&tlng=pt>.

Barros, Ana Maria de (2007). *Fé, Política e Prisão*. Pastoral Carcerária e Administração Prisional – Um Estudo na Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru – PE. [Tese de doutorado]. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 1v.

Bouyer, G.C. (2009). O método da genealogia empregado por Foucault no estudo do poder saber psiquiátrico. *Memorandum*, 16, 64-76. Recuperado em Março 20, 2013, de <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a16/bouyer01.pdf>>

Brasil. Lei 11.340 (Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Recuperado em Agosto, 23, 2012, de <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>.

- Butler, J. (1997). "Merely Cultural" *NLR*, 1/227, Jan./Feb. 1998c. p. 33-44. Recuperado em Março, 12, 2013, de <<http://www.soc.duke.edu/~grg5/Family/Sept13/Butler1997MerelyCultural.pdf>>.
- Butler, J. (1998a). Actos performativos y constitución de género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. *Debate Feminista*. Recuperado em Março, 12, 2013, de < <http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/actosp433.pdf>>.
- Butler, J. (1998b). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n. 11., 11-42. Recuperado em Março, 12, 2013, de < file:///C:/Users/windows%207/Downloads/cadpagu_1998_11_2_BUTLER.pdf>
- Butler, J. (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: Louro, G. L. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 151-172.
- Butler, J. (2002). Criticamente subversiva. In: Jiménez, R. M. M. *Sexualidades transgresoras: Una antología de estudios queer*. Barcelona, Icaria editorial, p. 55 a 81.
- Butler, J. (2003a). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2003b). O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cadernos Pagu* [online] n.21, pp. 219-260. Recuperado em Abril, 5, 2013, de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>.
- Chan, C. (2005). Domestic Violence in Gay and Lesbian Relationships. *Australian Domestic and Family Violence Clearinghouse*, Sydney. Recuperado em Junho, 28, 2014, de <http://www.austdvclearinghouse.unsw.edu.au/PDF%20files/Gay_Lesbian.pdf>
- Costa, L. G., Machado, C. A. (2011), Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade, *Psicologica*, n 1, 2-15. Recuperado em Junho, 28, 2014, de < <https://www.rea.pt/imgs/uploads/doc-estudos-2009-violencia-relacoes-homossexuais-face-oculta-agressao-intimidade.pdf>>
- Costa, Juliana Mazza Batista (2013). *Do lilás ao roxo : violências nos vínculos afetivo-sexuais entre mulheres*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- Debert, Guita Grin, & Gregori, Maria Filomena. (2008). Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), 165-185. Recuperado em Novembro, 11, 2015, de <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=pt>>

Ferreirinha, I. M. N., Raitz, T. R. (2010) As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, abr. Recuperado em Fevereiro, 22, 2012, de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid >.

Fischer, R. M. B. (2001) Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa em educação*. São Paulo, n. 114, dez, 197-223. Recuperado em Março, 15, 2012, de < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>.

Foucault, M. (1977) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (1979) Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1986) *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, M. (1993a) *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1993b) *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1995) O sujeito e o poder. In: Dreyfus H. L., Rabinow, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, p. 231-249. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1997) *Resumo dos cursos do Collège de France (1970–1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Foucault, M. (1999) *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2003) Poder e saber. In: Foucault, M. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2005) *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M.(2009) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro.

Foucault, M. (2010) Ética, sexualidade, política. In: Foucault, M. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gimeno, Beatriz (2008) *La construcción de la lesbiana perversa*. Barcelona: Gedisa.

Gregori, M. F.(1993), *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo, Paz eTerra/Anpocs.

Guedes, R.N. (2007) *Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob o olhar de gênero*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem.

Hall, Stuart. (2006) *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.

Jeronymo, Celina (2005). Análise do discurso: as marcas do sujeito. *Revista Conteúdo*, São Paulo, n. 22, mar, 135-142. Recuperado em Março, 15, 2012, de <file:///C:/Users/windows%207/Downloads/13-42-1-PB.pdf>.

Laqueur, T. W. (2001) *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Louro, G. L. (2001) Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*. vol.9, n.2, 541-553. Recuperado em Março, 30, 2012, de < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> >.

Louro, G. L. (2003) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Louro, G. L. (2004) *Um corpo estranho – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Madlener, F., Dinis, N. F. (2007) A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. *Revista do departamento de psicologia da Universidade Federal Fluminense* [online]. vol.19, n.1, 49-60. Recuperado em Fevereiro, 14, 2012, de <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid> >.

Marcello, F. A. (2009) Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.2, 226-241,

2009. Recuperado em Agosto, 20, 2014, de
<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/marcello.htm>>.

Mariano, S. A. (2005) O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, 483, jan. Recuperado em Agosto, 20, 2013, de <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300002>>.

Medrado B; Mélló R. P. (2008) Posicionamento crítico e ético sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*. 20. Ed. Especial, 2008.

Medrado, B., LYRA, J. (2008) Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 809-840. Recuperado em Agosto, 20, 2013, de <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104>.

Mello, Ricardo Pimentel. (2012) Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 24, n. 1, abr. 197-207. Recuperado em Agosto, 20, 2013, de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102>.

Menezes, Rhute Figueiras (2012). *A Lei Maria da Penha: entre (im)possibilidades de aplicabilidade para feministas e operadores do direito*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.

Minayo, M. C. de S. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(Supl. 1), S7-S18. Recuperado em Abril, 2011, de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102>

Minzon, C. V; Danner, G. K.; Barreto, D. J (2010). *Sistema prisional: conhecendo as vivências da mulher inserida neste contexto*. Akrópolis Umuarama, v. 18, n. 1, p. 71-81, jan.-mar.

Oliveira, E. P. T. de (2009). *Mulheres em conflito com a lei: a resignificação de identidades de gênero em um contexto prisional*. RBLA, Belo Horizonte, v. 9, n. 2.

Oliveira, Luciano (2011). Relendo 'Vigiar e Punir'. In: *DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS – UFRJ. Recuperado em Outubro, 28, 2015, de <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas-4-2Art5.pdf>>.

Organización de los Estados Americanos (OEA). (1994) Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Belém. *Convenção de*

Belém do Pará. Recuperado em Março, 2011, de <http://www2.mre.gov.br/dts/violencia_e.doc>.

Paiva, A. C. S (2006). A conjugalidade homossexual no sistema de gêneros. *Revista de Ciências Sociais*, 37, 63-76. Recuperado em Novembro, 10, 2015, de <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v37n1/rcs_v37n1a6.pdf>

Pujal Llombart, M.y Amigot Leache, P. (2010) El binarismo de género como dispositivo de poder social, corporal y subjetivo. *Quaderns de Psicologia*, 12 (2), 131-148. Recuperado em Maio, 2015, de <<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/770>>.

Rodrigues, C. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidade, saúde e sociedade*, Rio de Janeiro, n. 10, abr. 140-164.

Rosa, A. G. da et al. (2008) A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde social*. São Paulo, 17(3), 152-160. Recuperado em Junho, 2013, de < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104>.

Rubin, Gayle. (1986) *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. México: Nova Antropologia.

Santos, A. C. (2012) 'Entre duas mulheres isso não acontece'– Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Critica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos sociais, Setembro. n 98, 3-24. Recuperado em Junho, 28, 2014, de < <http://rccs.revues.org/4988>>.

Schraiber L. B.; D' Oliveira A. F. P. L e Cols. (2009) Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(4):1019-1027. Recuperado em Fevereiro, 12, 2014, de <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232>>

Silva, Tomaz Tadeu (org.). (2000) *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

Souza, E. M. de, Machado, L. D. e Bianco, M. de F. (2008) O homem e o pós-estruturalismo foucaultiano: implicações nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*. Salvador, v. 15, n. 47, 71-86,dez. Recuperado em Fevereiro, 22, 2012, de <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92>>

Souza, E. M. de e Carrieri, A. de P. (2010) A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*. vol.11, n.3.

Recuperado em Março, 13, 2012. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678>.

Souza, E. R. (2012) Intenções entre homossexualidade, família e violência: relações entre lésbicas na região de Campinas (SP). *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v.15, n.2, 297-308, jul./dez.

Souza, E. M. de, Souza, S. P., e Silva, A. R. L. da. (2013) O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. *Revista de administração contemporânea* [online]. 2013, vol.17, n.2, 198-217. Recuperado em Março, 13, 2012. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415>

Topa, H. (2010) No arco-íris também há roxo: violência conjugal nas relações lésbicas. *LES Online*, v. 2, n.1, 2010. Recuperado em Junho, 28, 2014, de <
<http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal>>.

Topa, H. (2009), *Violência doméstica em casais homossexuais: das representações sociais dos profissionais que trabalham com vítimas à vivência das vítimas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Valadão, R. de C., Gomes, R. (2011) A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, dez. Recuperado em Março, 12, 2012, de <
<http://www.scielo.br/scielo.S0103-7331>>.

Veiga-Neto, A. (2007) *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Veiga-Neto, A. (2009) Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*. FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [34]: 83-94, setembro/dezembro. Recuperado em Setembro, 20, 2012, de <
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1635/1518>>

Willing, Carla (2008). Foucault's discourse analysis. In: *Introducing Qualitative Research in Psychology*, Chapter 07. p.112-131, 2^o edition.

ANEXOS

ANEXO I - ÁLBUM









